



SUPLEMENTO

MOÇÕES GLOBAIS AO 22º CONGRESSO
NACIONAL DO PARTIDO SOCIALISTA

MOÇÃO A - REINVENTAR PORTUGAL
MOÇÃO B - GERAÇÃO 20/30



PS



CONGRESSO NACIONAL

MOÇÃO A REINVENTAR PORTUGAL

1.º SUBSCRITOR: DANIEL ADRIÃO

COMO FOI FEITA ESTA MOÇÃO?

A presente Moção é o resultado da recolha de centenas de contributos, propostas, estudos, debates, conversas e demais interações e diferenciados suportes, com militantes, simpatizantes e outros cidadãos, sobretudo próximos da família socialista ou social-democrata, especialistas e não especialistas, com diferentes idades, atividades profissionais e experiências pessoais e de diversos meios económicos, sociais e culturais.

A formação e conformação das ideias e propostas da Moção obedeceram às seguintes linhas estratégicas: (i) genuína adequação à missão e desígnios da Moção, incluindo seus subscritores e apoiantes, a eles vinculados; (ii) fidelidade e fidedignidade à realidade presente e futuro sustentado; (iii) clareza, simplicidade e concretização das medidas.

«Tu avanças sempre e não recuas
Quando se ergue a hora da ameaça
Mesmo que tenhas de morrer nas ruas
Mesmo que tenhas de morrer na praça

Porque não estás só mas continuas
Todos os que lutam e lutaram
P'ra que não haja grades nem mordaga

Porque não estás só mas continuas
E os outros unem suas mãos às tuas
P'ra que um mundo mais justo e livre nasça

Por isso avanças sempre e não recuas
Connosco a poesia está nas ruas»

SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN,

"Para os Militantes do PS" (1975)

POR UM PARTIDO DE TODOS E PARA TODOS OS MILITANTES

Nós acreditamos profundamente neste título. Para nós, tal como para os fundadores do Partido Socialista, este título não foi, não é, nem nunca será um slogan, por isso ele é o desígnio concreto da presente moção "REINVENTAR PORTUGAL". Mais, também não é só um título e um mero desígnio para se esgotar no próximo Congresso, ou Congressos, é um pacto inabalável que subscrevemos para com toda a comunidade socialista, o para o presente e futuro do nosso Partido Socialista!

Este desígnio, nesta moção, tem, portanto, uma palavra de ordem:

CUMPRIREMOS O QUE PROMETEMOS
E SÓ PROMETEMOS AQUILO EM QUE ACREDITAMOS

As nossas promessas são propostas claras, concretas e reais, ao serviço do interesse nacional e do interesse do Partido. Não são taticamente vagas para atrair mais apoios, nós não queremos os votos a qualquer custo, as nossas propostas são jornadas democráticas a fazerem-se com todos os militantes, não são meras formalidades, propaganda ou para consumo mediático. Tampouco serão adiadas, enviadas ou desvirtuadas. São promessas para concretizar, com o seu voto, no dia seguinte à eleição.

Nós acreditamos nos princípios, regras, processos e práticas democráticas e éticas!

Nós acreditamos no talento, capacidades e potencial dos militantes, individual e coletivo, e que devem ser reconhecidos e libertados, de forma autêntica, democrática e efetiva!

Nós acreditamos nos congressos, na militância e nos partidos!

Os congressos partidários são, devem ser, espaços humanos democráticos, nos quais camaradas e demais cidadãos podem livremente intervir, conviver, debater, reunir, votar, aclamar eleitores e eleitos e, assim, prestigiar o seu partido e prestar contas a toda a sociedade, para, no final, sem vencedores nem vencidos, o partido sair mais forte, unido e preparado para os combates com os reais ad-

versários. Um congresso é, deve ser, uma **Festa da Democracia e de União do Partido!**

Os partidos políticos são, devem ser, espaços humanos da liberdade, pluralidade, debate, eleição, representativos da expressão democrática da vontade política dos militantes e dos cidadãos, de formação e preparação política dos eleitores e eleitos para um exercício aberto e responsável na vida pública democrática e, assim, instrumentos e exemplos de desenvolvimento das instituições democráticas. Um partido é, deve ser, uma **Casa da Democracia e de Boa Governação!** Infelizmente, sabemos todos que nem sempre é assim! Porquê?! Quem detém o Poder? Será o poder invisível? Serão as medidas invisíveis? Seremos Nós, os Militantes, invisíveis?

O poder está em Nós, Militantes do Partido mais português de Portugal, e Nós Reinventaremos a Política e Governação em Portugal pelas nossas ideias e propostas!

DA RAIZ POLÍTICA DO PARTIDO SOCIALISTA

Parafraseando o historiador Tony Judt, há algo de profundamente errado no modo como hoje vivemos, participamos, votamos e selecionamos candidatos ou nomeados no Partido Socialista. O grau e qualidade da (com)vivência, intervenção, comunicação, gestão e liderança dos militantes estão excessivamente dependentes dos atributos e interesses de quem os lidera em cada secção, concelhia ou federação, e de certas "capacidades" e "habilidades" como a dependência laboral, o cacique acrítico ou o pagamento de quotas alheias dos militantes. Dizem que a culpa é do "sistema" ou de quem "manda", não, não é! O "sistema" somos nós, quem "manda" são os militantes! Não acredite nestes mitos, que alguns querem impor, sub-repticiamente, para conquistarem e manterem o "seu" poder. Não se renda, nem desista! Se quer ter um Partido diferente e quer acreditar na mudança real, vote em nós. Ser militante não tem que ser uma maldição ou uma frustração, porque o voto conta e quem vota somos nós!

MILITANTES LIVRES, PARTICIPATIVOS E CRÍTICOS FAZEM UM PARTIDO LIVRE E DEMOCRÁTICO

É verdade, sabemos que algo está mal, mas não valorizamos o bem e as soluções que temos. Conhecemos e testemunhamos, à exaustão, os erros, os comportamentos antidemocráticos e as manigâncias processuais e eleitorais, mas nem aprendemos nem acreditamos que os podemos superar. Sabemos o preço das coisas, mas não fazemos ideia do que valem. Sabemos o que não queremos, há muita coisa de que não gostamos, mas não sabemos por onde ir e em quem acreditar. O QUE DEVEMOS FAZER? COMO DEVEMOS FAZÊ-LO? EM QUEM DEVEMOS CONFIAR?

A confiança é um caminho esforçado, demonstrado e coletivo. Em tempos de elevada volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade, diz a sabedoria que o melhor é regressar à terra, i.e., à raiz e razão da nossa identidade e pertença (*back to basics*).

No Partido Socialista existem várias razões que exigem um regresso à raiz para melhor determinarmos um caminho e um futuro sustentável para o nosso Partido e o **socialismo democrático** (distância histórica, evolução ideológica, transformações humanas, sociais e tecnológicas, crescentes práticas internas desvirtuosas, perdas de espaço de intervenção e crítica, perda de pertença e crença pelos militantes e demais cidadãos).

A RAIZ DO PS É SOCIALISTA E HUMANISTA,
E ASSENTA NA DEFESA DA LIBERDADE, DA DEMOCRACIA E DA IGUALDADE.

O Partido Socialista tem uma **Declaração de Princípios**, aprovada pelo XIII Congresso do PS, em novembro de 2002. Nela se refere, logo a abrir, que:

"1. O Partido Socialista é a organização política dos cidadãos (...) que defendem inequivocamente a democracia".

E, umas linhas abaixo, afirma que:

"[o PS] nasceu e cresceu na luta contra o fascismo e pela instauração da democracia".

E, ainda no mesmo parágrafo, declara que:

"Para o PS, a liberdade foi sempre o elemento essencial do combate por uma sociedade mais solidária, justa e fraterna, mais igualitária e coesa; e o pluralismo das ideias e das opiniões foi sempre a [sua] marca característica".

Posto isto, Camaradas, várias questões difíceis, mas de resposta corajosa, se colocam na atualidade ao Partido Socialista e aos militantes e simpatizantes, entre elas:

- Qual é o estado democrático atual do PS? É prestigiado? É reconhecido? É exemplar? É plural? É intergeracional? É moderno? É dinâmico? É sustentável? É participado? É democrático?!

- E quanto às "marcas características" do PS, para o País e sua governação, são engrandecidas? São participadas? São sustentadas? São discutidas? São aplicadas?!

É pela defesa da raiz do Partido Socialista, de mais e melhor democracia e de uma melhor e moderna, socialista e sustentável governação, que apresentamos ao próximo XXII Congresso Nacional do Partido Socialista, a Moção "REINVENTAR PORTUGAL" com integral, profunda e combativa intransigência e defesa:

- (i) Dos espírito, tradição e valores democráticos e republicanos,
- (ii) Da honra e história popular e sindical do PS e dos seus fundadores,
- (iii) Do não retrocesso das conquistas democráticas, sociais, económicas e culturais, no Partido e no País,
- (iv) Da luta contra as desigualdades, iniquidades e disparidades, a nível individual e coletivo, no plano nacional, regional e local,
- (v) Da afirmação de um Partido prestigiado, moderado, moderno e responsivo às necessidades, exigências e ideais dos cidadãos e dos membros da família socialista!

OS COMPROMISSOS

Nós não prometemos apenas aquilo em que acreditamos, nós fazemos destas crenças, compromissos, porque acreditamos que os valores e os princípios do Partido Socialista são intemporais e impessoais, mas realidades transmissíveis.

O Partido Socialista existe para servir os cidadãos e os seus militantes! E compete ao Partido lutar, trabalhar e promover a melhor forma de os emancipar, capacitar e valorizar!

NÃO NOS RENDEMOS À IMPOTÊNCIA DEMOCRÁTICA!

O Partido Socialista nunca foi um Partido unanimista, nunca foi um Partido radicalista, nunca foi um Partido sectarista, nunca foi um Partido antiquado, nunca foi um Partido situacionista! Não foi, nem, connosco, será!

Mais, não só o declaramos, como nos comprometemos com **propostas reais e concretas** para o Partido e para Portugal!

Não são chavões, lugares-comuns, bordões ou mnemónicas! A Política não é uma atividade vulgar, o poder não existe para servir vaidades e os votos não são vulgaridades.

Nós queremos o seu voto, mas consciente, deliberado e como contrapartida da nossa obrigação e responsabilização pelas ideias e propostas que fazemos e acreditamos.

Nesta base, o nosso pacto eleitoral (e pós-eleitoral) para com os militantes e a comunidade socialista pode resumir-se a 4 compromissos inderrogáveis:

1.º REFUNDAR E UNIR O PS

com mais e melhor democracia, ética, liderança, gestão e tecnologia na militância, mais direitos, deveres e oportunidades de intervenção e eleição, e mais camaradagem!

2.º REINVENTAR A POLÍTICA

para reformar as "reformas", com mais e melhor autenticidade, descentralização, horizontalidade, proximidade, transparência, seriedade, escrutínio, bom senso, despojamento pessoal e boa governação!

3.º REINVENTAR AS POLÍTICAS NACIONAIS

baseadas nas pessoas, de todas as gerações, e em factos e evidências, com abordagens inclusivas, equitativas, locais, inovadoras e socialistas!

4.º RECENTRAR E FAZER PROSPERAR PORTUGAL, NA EUROPA E NO MUNDO

com mais e melhor, e diferente, valorização e aproveitamento da riqueza nacional, tangível e intangível, pública e privada!

POSICIONAMENTO E ENQUADRAMENTO DA CANDIDATURA

A nossa moção é, essencialmente, uma moção para reformar e unir o Partido Socialista, mas defendemos também uma melhor governação, um melhor governo e um novo modo de governar.

Nós apoiamos António Costa como candidato a Primeiro-Ministro pelo PS nas pró-

ximas eleições legislativas, mas também é evidente a necessidade de adotar novos paradigmas no modo de governação e dar um novo rumo à implementação de políticas do ideário social-democrata que faça jus à história, ideologia, modernidade e vanguardismo do PS.

Apesar de vencido nas eleições legislativas de 2015, o Partido Socialista conseguiu formar uma maioria de apoio parlamentar que lhe permitiu formar Governo, liderado pelo camarada António Costa. Esta solução governativa, a que se tem designado por "gerigonça", a ele se deve, juntamente com os partidos da ala extrema da esquerda ideológica, o Partido Comunista Português e o Bloco de Esquerda, embora sem a participação destes na composição governamental.

Esta solução foi necessária e eficaz nos objetivos de viragem de certas políticas e medidas de austeridade, no curto-prazo, pois visou primordialmente o afastamento do governo da direita (através de uma coligação PSD e CDS/PP), vencedor nas citadas eleições e liderado pelo anterior Primeiro-Ministro, Pedro Passos Coelho.

Esta solução, a "gerigonça", no futuro, não pode ser, obviamente, um objetivo do Partido Socialista. O objetivo principal do PS é ganhar as próximas eleições legislativas, com maioria e mérito, mas também deve ter objetivos internos e de governação que possam concretizar as ideias e os desígnios socialistas, no Partido e no País.

Que fique claro, sem tibiezas: defendemos que o camarada António Costa, claro vencedor das Primárias do PS para candidato a Primeiro-Ministro, realizadas em setembro de 2015, e atual Primeiro-Ministro de Portugal, deve continuar a ter a confiança de todos os militantes e cidadãos portugueses para liderar o Governo.

O que não deve continuar é o atual estado empobrecedor, interno e público, do Partido Socialista e dos portugueses em relação à Política e à Democracia! Tal afeta igualmente a legitimidade e as mudanças de paradigma indispensáveis para vencer os problemas estruturantes do país e elevarmos a nossa a governação da nossa nação.

Além do mais, não pode a vida de um Partido de governo ficar à mercê de quem governa o País! Tal não é só insustentável para esse partido, é inviável para ganhar (futuras) eleições.

**O PS NÃO É UM EXÉRCITO ELEITORAL,
É, DEVE SER, MUITO MAIS DO QUE ISSO!**

Há quem se satisfaça com vitórias enxertadas, porém, vencedores são aqueles que se elevam sob o seu estatuto, rompem com a sua circunstância e antecipam o futuro que todos podem aproveitar. Só esses nos mostram e demonstram as sendas da independência, da restauração, da liberdade e da prosperidade, como indica a nossa história nacional.

Vencer é fazer o que está certo e vencedores são aqueles que não se abrigam em maiorias receosas e descrentes, em números que mascaram a pobreza, a submissão, o conservadorismo, o egoísmo, a covardia, a prepotência e, no fundo, a desesperança.

É por demais evidente que o PS está fraco, ferido e fragmentado, e que precisa, pois, de ser robustecido, reconstruído e reconciliado com os seus militantes, as suas bases e as suas massas. Ser um partido grande em militantes e eleitores não é o mesmo que ser um grande partido junto dos governados, sobretudo quando aqueles esmorecem como sombras no deserto.

O estado atual do Partido Socialista é o de um partido, de um modo geral, fechado e reservado, ao nível da sua direção e gestão, organização e funcionamento, e encontra-se numa situação de grande fragilidade e insustentabilidade, na perceção do militante e do cidadão, e particularmente do ponto de vista da liderança, dos processos democráticos (eleitorais, de fiscalização, escrutínio, transparência, prestação de contas e responsabilização perante os militantes e a comunidade), do pensamento político, da transparência financeira, do exercício de direitos dos militantes, das boas práticas de trabalho político.

Os factos, atos, omissões e comportamentos indevidos, sobretudo nos processos eleitorais e de responsabilização internos, multiplicam-se, com larga visibilidade mediática e comunicativa, e bem. Urge, pois, corrigir e prevenir esses comportamentos através de regras e instituições que contribuam para um partido aberto, forte, responsável, transparente e plural.

Além disso, fruto das eleições primárias de 2014, entre António José Seguro e António Costa, cuja diversidade e adversidade eleitoral só dignificam e fortalecem o Partido, é um partido funcionalmente fragmentado e, no âmbito das cúpulas do vencedor, inadmissivelmente segmentado, fechando e personalizando o Partido, desunindo militantes e fazendo desligar do Partido simpatizantes e cidadãos, potenciais membros e contribuintes para o desenvolvimento e crescimento do Partido.

ISTO NÃO FAZ PARTE DA HISTÓRIA NEM DA HERANÇA DO PARTIDO SOCIALISTA!

Um grande partido é um partido que procura ser exemplar, dentro de si, antes de prometer respostas e políticas para toda a sociedade; é um partido de pessoas antes de ser de poder; é um partido de causas e respostas para toda a comunidade socialista (militantes, simpatizantes e demais cidadãos); é um partido de convic-

ções, de “comuns” e de lealdades, não de tacticismos, cargos e caciques; é um partido de oportunidades e de igualdades, onde qualquer cidadão possa participar, debater e candidatar-se, sem medo e sem necessidade de ter a coragem das outrora gerações perseguidas e arredadas! É um partido onde se possa fazer política com democraticidade, transparência, abertura e boa conduta. É um partido que forme e capacite o seu capital humano, sobretudo candidatos; que valorize a transferência do conhecimento e da experiência dos mais velhos para os mais novos, sem paternalismos, focada nos princípios praticados e projetos realizados, independentemente dos cargos desempenhados. É um partido que oiça, sirva e responda aos seus militantes e cidadãos, com humildade, proximidade e trabalho diário. E onde estes possam conhecer, eleger e escrutinar todos aqueles que são candidatos pelo seu partido.

Um partido exemplar não é um partido de “virgens”, “anjos” ou “justiceiros”, tampouco de demagogos, oligarcas e tecnocratas, é um partido “democrático” ao serviço de toda a comunidade socialista, mas subordinado ao interesse público e nacional, que tem de mostrar serviço efetivo e real junto dos socialistas, cidadãos, comunidades locais e da nação, que serve e representa; é um partido que adota as condutas dos seus princípios e referências declaradas, e que procura fazer da sua governação interna, com os militantes e simpatizantes, exemplo daquilo que quer, e os cidadãos desejam, para o seu País.

Por outro lado, assiste-se a uma erosão da participação e interesse dos portugueses pela Política. Pior, a uma má imagem da Política e dos políticos por parte dos cidadãos e demais círculos e atores sociais.

Nas primeiras eleições livres realizadas em Portugal em 1975 votaram 91% dos eleitores, nas últimas eleições de 2015, votaram 56%. Nas últimas duas eleições legislativas, em 2011 e 2015 verificou-se um fenómeno extremamente preocupante que nunca tinha ocorrido antes, os deputados eleitos passaram a representar menos de 50% do eleitorado. Se somarmos a abstenção, os votos brancos e nulos e os votos nos partidos antissistema que não tiveram votos suficientes para ter representação parlamentar, temos **mais de 50% dos eleitores fora do sistema de representação**. O que significa que os deputados que se sentam hoje na Assembleia da República representam menos de metade dos eleitores do País. Isto é, os nossos deputados não chegam a representar, eleitoralmente, meio País!

ESTE QUADRO É INSUSTENTÁVEL!

No índice democrático do *The Economist*, de 2016, numa lista encabeçada pelos Países escandinavos, Portugal encontra-se num modesto 28.º lugar, atrás inclusive de Cabo Verde (retirando-lhe um papel exemplar e de liderança na lusofonia), em parte devida à baixa classificação nacional em três dos cinco indicadores usados na categorização (funcionamento do Estado, participação política e cultura política).

A CONFIANÇA É O PILAR DA CULTURA CÍVICA!

Segundo os resultados de estudos e inquéritos mais recentes (OCDE, DECO e Instituto de Ciências Sociais; ISCTE; Observatório da Democracia, Eurobarómetro, SEDES), os portugueses pouco ou nada conhecem as instituições com elevado impacto nas suas vidas e pouco ou nada confiam nelas, sendo uma confiança negativa no caso das instituições partidos, Governo e Parlamento, e amiúde entre os piores resultados comparativos na União Europeia.

Seja a nível nacional ou internacional, com Países comparáveis, Portugal figura sistematicamente entre os últimos da lista, com níveis muito baixos de envolvimento dos cidadãos nos assuntos políticos e públicos.

A confiança dos cidadãos nas instituições e, inclusive, na sua vida e no seu País, depende também da forma como se formam adotam e implementam as decisões políticas, ou seja, da qualidade do processo decisório e do nível de “voz” que os cidadãos possuem, e percebem que possuem, naquele processo e no seu País.

Atualmente, a democracia formal é, e sempre foi, insuficiente. O principal indicador de **uma democracia já não é, se é que alguma vez foi, a existência de eleições**, é, antes, a qualidade do processo democrático eleitoral, pré e pós-eleitoral! É a qualidade da democracia que distingue as democracias avançadas e liberais das democracias arrançadas, nepotistas e musculadas.

É a qualidade democrática que influencia a credibilidade e a confiança dos cidadãos nas instituições, públicas e privadas! Ademais, a qualidade da democracia assume uma correlação positiva com o desenvolvimento e crescimento económico: quanto maior é a primeira, maior é a prosperidade da segunda.

A qualidade da democracia e os resultados económicos são correlativos e constituem fatores de sucesso e enriquecimento individual e coletivo!

A democracia liberal assenta em instituições democráticas (pluralismo, debate, participação, diversidade, igualdade), partidos políticos (democráticos, inclusivos, com visão de futuro, assentes no interesse nacional), e na ética política (combatentes da corrupção, do tráfico de influências, do nepotismo, da criminalidade económica, do abuso de poder, da prevalência de interesses e carreiras políticas individuais e da falta de moralização da política e de credibilidade e responsividade ética).

A ética e a conduta transparente trazem confiança. E quando há confian-

ça nas instituições, nos seus interlocutores, nos projetos e nas pessoas, torna-se mais fácil investir em relações duradouras, onde haverá mais empenho e assaz um envolvimento com maior nível de compromisso. É com a ética que conseguimos sobrepôr o bem-estar geral ao interesse pessoal, alcançando níveis de desenvolvimento superiores, eficiência económica maior e uma superior capacidade de gerar riqueza.

Na presente sociedade, está a impor-se um modelo que privilegia relações e organizações em rede, colaborativas, com partilha de recursos e informação. Um modelo que exige uma relação de médio e longo prazo para se alcançar valor.

Um dos fenómenos mais nefastos para o bom funcionamento do regime democrático é a prática da corrupção, que assume diversas configurações. Segundo o Eurobarómetro, relativamente a dados de 2017, 86% dos portugueses considera que a corrupção é generalizada no nosso País, existindo um claro favorecimento de famílias e amigos para obtenção de vantagens e posições individuais. Segundo o Índice de Perceção de Corrupção, da Transparência Internacional, Portugal está abaixo da média da União Europeia, situando-se em 29.º lugar, tendo o nível percecionado de corrupção do Qatar ou Taiwan.

O combate à corrupção faz-se com uma transparência de rendimentos, uma prestação de contas contínuo, sujeito a um escrutínio permanente e a uma conduta irrepreensível e insuspeita. Definindo muito bem a esfera de interesses.

Torna-se então necessário enveredar por uma grande campanha que sensibilize as pessoas para a importância dos comportamentos éticos e da transparência, sem esquecer as consequências negativas da corrupção para o desenvolvimento e para a competitividade.

Por conseguinte, todos os dirigentes partidários, e políticos, deveriam assinar um código de conduta ética que balizasse bem os comportamentos aceitáveis e os inaceitáveis, definindo, igualmente, a esfera de interesses (direta e indiretamente), obrigando a publicitação pública e transparente.

A confiança nas instituições, nos políticos e nas várias lideranças da sociedade portuguesa alcança-se com carácter e competência. O carácter está associado às boas práticas e à integridade de comportamentos. Enquanto que a competência está associada às capacidades (aptidões, conhecimento e experiência) e aos resultados (reputação, credibilidade e bom desempenho).

Acresce ainda que a democracia, incluindo a democracia partidária, possuem novas dimensões, tão decisivas quanto as eleições ou o processo eleitoral, que se prendem com o grau de participação, transparência, responsabilização, prestação de contas, quanto a sua integração tecnológica e nas redes sociais, do conhecimento individual e acumulado, da inteligência conectiva e coletiva, sem prejuízo dos contextos de volatilidade, incerteza, complexidade e ambiguidade que, inevitavelmente, qualquer líder, cidadão, militante ou instituição tem de atender e enfrentar.

Para piorar todo este quadro negativo, o cenário não é melhor, porque o “sistema” limita-se ou a discursos e narrativas, ou a implantar mudanças de cosmética ou meramente para consumo “mediático”. Esforços inúteis, porque os políticos são malvistos, os partidos políticos são malvistos, a filiação partidária é malvista, a dedicação à política é malvista, algo tem de se fazer, algo tem de mudar, deveras! O divórcio, crescente, entre os cidadãos e a política está a minar a sociedade portuguesa, a nossa Democracia e a nossa Economia.

De nada vale melhorar um sistema que diariamente dá provas de que já não funciona!

Caminhamos para uma situação em que a moderação poderá ser substituída pelo radicalismo, como advogam os populismos; e as reformas, pela sua incapacidade ou ineficácia de respostas, poderão ser substituídas por revoluções, não democráticas! Ora, quer numa, quer noutra, defendemos que elas sejam DEMOCRÁTICAS! Independentemente da terminologia, o certo é que tem de se mudar disruptivamente o sistema político e partidário e os paradigmas da governação, assente nos princípios e garantias constitucionais.

Ou seja, tem de haver aquilo que nós denominamos **CHOQUE DEMOCRÁTICO** para o PS e o Interesse Público do País e **PROGRAMA ESTRATÉGICO** para a Nação e **GOVERNAÇÃO!**

CHOQUE DEMOCRÁTICO

Um choque democrático, ou seja, uma introdução corajosa e disruptiva de princípios, regras, instituições e instrumentos que visem o aprofundamento e modernização democráticos do sistema político e partidário, em especial no PS, atacando a raiz dos problemas.

É prioritário **renovar e regenerar o PS e o poder político**, cujos sistemas são inadequados e insustentáveis perante as necessidades, exigências e expectativas dos cidadãos e para a prosperidade e coesão de Portugal. Só com um choque democrático será possível recuperar a confiança dos cidadãos nas instituições democráticas. Por isso defendemos uma mudança de “alto a baixo” e de “baixo para cima” no sistema político, de modo a devolver o poder às pessoas, dar mais poder às pessoas e promover uma cultura política democrática de altos padrões de legitimidade, eficácia e responsabilidade na perspetiva dos princípios aplicáveis.

É urgente assumir que as democracias representativas estão em profunda crise.

As chamadas formas de intervenção política formal continuam em acelerado processo de deslegitimação democrática e erosão de representatividade. Quer por via dos crescentes níveis de abstenção, dos votos brancos e nulos, quer pelo aumento da base eleitoral dos partidos não comprometidos com o *status quo*.

Os cidadãos anseiam **por um novo modelo de organização política**, que não seja imposto de cima para baixo, mas que seja construído a partir das bases e da cidadania. Que seja capaz de gerar uma democracia com maior qualidade, com novas práticas e protagonistas, que seja capaz de garantir níveis mais elevados de participação, de legitimação, de transparência, de combate à corrupção e às derivas populistas. Em suma, um sistema político mobilizador e credível, onde os cidadãos sejam parte integrante do processo de construção política, isto é, onde os cidadãos se sintam parte da solução.

O aprofundamento da democracia política não basta, ele tem que abranger também a **democracia económica**. Os exemplos recentes de diversos casos de escândalos de bancos mal geridos, de resgates pagos pelo dinheiro dos contribuintes, dos programas de assistência financeira externos, dos aumentos colossais de impostos, essencialmente suportados pelas classes médias, o agravamento das condições económicas para muitos portugueses, bem como os casos de corrupção e má governação, são razões suficientes para que o choque democrático não se fique pela política e pelos políticos.

A democracia necessita, acima de tudo, de *instituições plurais e contrapesos*, de processos democráticos e de democratas como protagonistas e de democratas que possuam e estejam vinculados, nas suas condutas, a estritos princípios e controlos jurídicos e éticos.

Do ponto de vista da democratização interna, apesar do longo caminho a percorrer no PS, tem sido dos partidos portugueses percursos na introdução de experiências de democracia participativa. Por exemplo, foi dos primeiros a introduzir as eleições diretas para o cargo do Secretário-Geral e dos Presidentes das Federações e o primeiro a instituir umas primárias abertas aos simpatizantes para o candidato a Primeiro-Ministro.

Com efeito, as eleições primárias realizadas pelo PS a 28 de setembro de 2014, romperam com uma longa tradição partidocrática vigente em Portugal, inaugurando um novo "contrato político" entre o PS e os cidadãos. A expectativa de abertura do partido à sociedade civil, gerada por esta experiência inovadora, foi, todavia, lamentavelmente, defraudada com a decisão de não dar continuidade a essa experiência extraordinariamente bem-sucedida. Em nossa opinião, o **processo das primárias urge ser retomado e alargado**, quer para a eleição da liderança do partido, quer para a eleição dos candidatos a titulares de cargos políticos.

O PS tem de liderar em Portugal a aposta na confiança e credibilização da política e dos partidos. Como? Promovendo uma reforma de funcionamento organizacional que aumente a democratização interna, não apenas introduzindo as eleições primárias, mas definindo uma reforma estatutária, dos direitos e deveres dos militantes ao reforço da matriz livre, plural e democrática do PS, com exercício do poder militante para os militantes, sem manipulações e aproveitamento pessoais. É nossa convicção que **a reforma dos partidos é condição mais do que essencial para uma reforma mais profunda do sistema político**, que aproxime eleitos e eleitores, designadamente através da reforma da lei eleitoral, com a introdução de um modelo misto, que combine círculos uninominais com um círculo de compensação nacional, tal como constava no programa eleitoral do PS às eleições legislativas de 2015, bem como na primeira versão do programa do Governo.

Choque democrático significa, assim, combater a impotência democrática e a imoralidade política, e mudar de paradigma quanto à eleição e exercício dos políticos; ao modo, escrutínio e responsabilização de fazer política; e quanto à abertura, estrutura, organização, funcionamento, processos e práticas dos partidos políticos, dirigentes e demais membros associados ou próximos do Partido Socialista.

PROGRAMA ESTRATÉGICO PARA A NAÇÃO E GOVERNAÇÃO

Uma Visão e um Programa Estratégicos para a Nação e Governação, asentes no primado da política sobre a economia, na confiança dos cidadãos na política, na criação de riqueza mais repartida e usufruída por todos e, tanto quanto possível, por todo o território nacional, nos ativos nacionais próprios e "naturais" (língua, clima, mar, minérios, património, cultura, capital humano, segurança, moderação, turismo, gastronomia, floresta, logística) e no máximo aproveitamento equitativa e racional dos poderes e recursos públicos, e privados, na inovação, coesão e responsabilização social e económica e cívica.

Tal implica uma agenda estratégica efetiva e prioritária que valorize os recursos próprios nacionais criadores exponenciais de riqueza, e combata os maiores défices nacionais, particularmente os: (i) **défice democrático**, (défice de confiança e participação cívico-políticas, de representação das instituições, de valores – transparência, prestação de contas), (ii) **défice do Estado** (Estado fraco, Estado paralelo, Estado capturado pelas elites e interesses individuais e corporativos e demais pequenos poderes, silos administrativos, multiplicação organizacional, incompetência de lidar com os "negócios públicos", ineficácia das políticas públicas e desligamento com os cidadãos e demais agentes sociais, económicos e culturais), (iii) **défice social** (défice de emprego (nomeadamente qualificado) e de igual-

dades, rendimentos, oportunidades, de género, de diálogo social e empreendedorismo social, de sindicalismo moderno e da defesa coletiva adequada e ajustada à realidade dos trabalhadores), (iv) **défice humano** (défice do aproveitamento do potencial humano, das lideranças, de organizações saudáveis, de valorização dos trabalhadores, de liberdade das melhores ideias, de lideranças democráticas), (v) **défice orçamental** (escassos recursos financeiros, deficiente planeamento e comunicação orçamental, fragmentação da contabilidade pública pelas Administrações Públicas, gestão financeira desadequada aos objetivos de despesa e poupança pública, e eficácia dos resultados).

Uma estratégia orçamental de controlo e redução do défice é essencial, mas que parta de uma análise objetiva das necessidades quer sociais quer económicas ("*bottom-up*") para fazer o país sair da situação de crise que continua a enfrentar, e que de uma forma gradual entre verdadeiramente numa nova fase de recuperação sustentada de rendimentos, da economia, e de desenvolvimento.

A **Dívida Pública** portuguesa constitui um enorme constrangimento ao investimento, desenvolvimento e crescimento económico do País, para não falar nos graves impactos sociais e humanos. Em bom rigor, esta dívida não está a diminuir, em termos absolutos. O recente Boletim Estatístico nº 3, março de 2018, do Banco de Portugal assinala que, entre 2013 e 2018, no âmbito da dívida pública, a dívida total das Administrações Públicas aumentou em 40,3 mil milhões de euros, apesar da diminuição do financiamento estrangeiro em 17 mil milhões de euros. Outro grande fator da subida da dívida prende-se com o financiamento da banca em 21,68 mil milhões de euros, tendo a dívida total aumentado entre 2013 e 2015, em 21,9 mil milhões de euros, e, entre 2015 e 2017, 18,3 mil milhões. Este é um problema estruturante da economia e prosperidade nacional. Para se ter uma ideia, em 2018, só em juros, vamos pagar uma dívida das Administrações Públicas na ordem dos 7.126 milhões de euros, e isto se não aumentarem as taxas de juros, pois um "mero" aumento de um ponto percentual (por exemplo, passar de 2,3% para 3,3%) são mais cerca de 3.000 milhões de euros em juros de dívida pública. Quantos investimentos em serviços públicos (escolas, hospitais, tribunais, etc.), descongelamentos da função pública, ou programas e apoios sociais e económicos não se poderiam realizar!

Entretanto, os apoios necessários do Estado à banca não param, prevendo-se no Orçamento de Estado para 2018 cerca de 800 milhões de euros para o Fundo de Resolução, dos quais cerca de metade são para o Novo Banco, cujas perdas parecem também não terminar.

Por outro lado, a dívida total nacional (Administrações Públicas, empresas públicas, empresas privadas e particulares), em janeiro de 2018, atingiu os 750.000 milhões de euros, sendo que pouco mais de um quarto da mesma é devida ao estrangeiro, segundo a mesma fonte do Banco de Portugal, o que denota bem a situação de extrema dependência do País relativamente ao exterior.

É igualmente aflitivo o aumento colossal das dívidas à **Segurança Social**, cuja sustentabilidade financeira é de gravidade crescente e premente. O grosso da dívida decorre de contribuições não pagas, embora declaradas, sendo o fosso agravado pelas contribuições devidas, mas não declaradas (por efeito da fraude e evasão contributiva), cujo montante não é sequer conhecido.

Nos termos dos Pareceres da Conta Geral do Estado, do Tribunal de Contas (de 2005 a 2016, o último disponível), entre 2005 e 2016, a dívida total à Segurança Social aumentou de 2.150 milhões de euros para 12.579 milhões de euros (um aumento de 485%), com a agravante de que a assumida irrecuperabilidade da dívida declarada, por impossibilidade ou incapacidade de meios, entre 2005 e 2016, a qual aumentou de cerca de 234 milhões de euros para 7.450 milhões (i.e., um aumento de mais de 3.000%), para não falar da dívida resultante de contribuições não declaradas.

É absolutamente crucial para o desenvolvimento e crescimento nacional, gerar novas fontes de financiamento, implementar programa de valorização e multiplicação da riqueza, rendimentos e ativos nacionais (recursos geomarinhos, mar, minérios, património, língua, logística, capital humano e social, segurança, turismo, floresta, etc.), reduzir a importação nacional e apoiar a produção nacional de bens e serviços importados, existir políticas de condicionalidade interna, por exemplo apoios e benefícios sujeitos a "contrapartidas", com o menor custo para o Estado e obtenção dos máximos benefícios para toda a comunidade, implementar planos anti economia "paralela e informal", focar políticas na redução dos custos de vida, aumento da qualidade de vida e prevenção de doenças, riscos e acréscimos de despesa pública.

A visão estratégica nacional deve ser concreta e desenvolvida num modelo virtuoso de "reforma" da *ação e função pública* (Estado e administrações públicas) que vise:

- Poupar dinheiro ao estado e contribuintes, reduzir o défice orçamental e a dívida pública, consolidar a despesa e colocar os recursos e mais-valias da Administração Pública ao serviço da estratégia política de bem-estar dos cidadãos, famílias e empresas;
- Encorajar, capacitar e fortalecer os atores sociais (governantes, políticos, cidadãos, empresas, associações) para a confiança, criação, cooperação e partilha de valores ou resultados coletivos, comunitários e de bem comum (institucionais, sociais, económicos, ambientais, culturais);
- Transformar a cultura e sistema de valores para que a intervenção pública seja

eficaz, equitativa e sustentável e os cidadãos tenham capacidade de intervenção e confiança na política.

Deste modo, ao nível da governação pública, deverá promover-se, em síntese, a realização de (i) um **Estado-estratega**: Estado forte, eficaz, facilitador, catalisador, descentralizador, e capacitador dos atores, das decisões políticas e da implementação de políticas); (ii) um **Estado-inteligente**: "reticular" e "conector" (agregador e facilitador), antecipador (não curador), "políticas e normas inteligentes"; (iii) um **Estado-fomento**: focado no desenvolvimento económico, social, cívico e comunitário; (iv) um **Estado-transparente**: aberto, "prestador de contas" e "responsivo"; (v) um **Estado-empresendedor**/"ativador": coprodutor, multiplicador do capital humano e promotor da cultura de confiança e proactividade; (vi) um **Estado-simples**: com simplicidade, estabilidade e clareza de regras, avaliações e resultados, bem como de políticas estruturantes nas áreas consideradas estratégicas para o país.

Não há respostas simples para problemas complexos, ao contrário das que defendem os populistas, mas é uma ilusão pensar que a pequena governação ou a *antiga governação*, bem como a *governação reativa do costume* vai resolver ou reduzir os problemas estruturantes que o País enfrenta, e que só serve precisamente para a disseminação do populismo. E também é um engano dizer que não há recursos, porque a questão política é uma questão de prioridades! É óbvio que não há uma panaceia para todos os males nacionais, por isso tem de haver uma visão e uma agenda estratégica para o país.

A criação e mobilização para uma agenda estratégica de governação socialista deve, pois, atender, aos maiores flagelos nacionais, dos quais se destacam os seguintes, para além dos défices e das dívidas já referidos.

A **Pobreza** é um flagelo nacional. Com base nas estatísticas do INE (ex.: "Rendimentos e condições de vida 2017...", de 30 de novembro de 2017), em Portugal, antes do pagamento de pensões e de outras prestações social, a percentagem de portugueses na situação de pobreza era, em 2016, de 45,2% da população o que, em face da população nacional total, correspondia a cerca de 4.660.000 portugueses. E que após o pagamento das pensões e de outras prestações sociais (i.e., da Segurança Social e CGA) tal número diminuía para 1.886.652 portugueses (18,3% da população total) na situação de pobreza ("limiar de risco de pobreza").

Indicadores EUROPA 2020, Portugal, EU-SILC 2014-2017

Ano do inquérito	Unidade: %			
	2014	2015	2016	2017 (Po)
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais	19,5	19,5	19,0	18,3
Taxa de privação material severa	10,6	9,6	8,4	6,9
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	12,2	10,9	9,1	8,0
População em risco de pobreza ou exclusão social	27,5	26,6	25,1	23,3
EU-SILC	2014	2015	2016	2017 (Po)

P_o - Valor provisório

Nota: O indicador População em risco de pobreza ou exclusão social combina indicadores construídos com base em informação relativa ao ano de referência do rendimento (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral *per capita* muito reduzida) com um indicador com informação relativa ao ano do inquérito (Taxa de privação material severa).

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Em 2016, o limiar de risco de pobreza era de 5.442€ (i.e., 453,50/mês, dividido por 12). Aquele limiar da pobreza, sendo 60% do rendimento mediano, corresponde a um rendimento mediano de 12.040€/ano, ou seja, 860€/mês.

Indicadores de pobreza e desigualdade económica, Portugal, EU-SILC 2014-2017

Ano de referência dos dados	unidade	2013	2014	2015	2016 (Po)
Limiar de risco de pobreza	€	4 937	5 061	5 269	5 442
Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)					
Antes de qualquer transferência social	%	47,8	47,5 Rc	46,1	45,2
Após transferências relativas a pensões	%	26,7	26,4	25,0	23,6
Após transferências sociais	%	19,5	19,5	19,0	18,3
Dispersão do limiar do risco de pobreza					
Após transferências sociais (70% da mediana)	%	27,1	27,0	26,4	25,4
Após transferências sociais (50% da mediana)	%	13,8	13,8	13,0	12,4
Após transferências sociais (40% da mediana)	%	8,6	8,5	7,3	7,5
Indicadores de desigualdade do rendimento					
Coefficiente de Gini	%	34,5	34,0	33,9	33,5
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	n.º	6,2	6,0	5,9	5,7
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	n.º	11,1	10,6	10,1	10,0
EU-SILC	2014	2015	2016	2017 (Po)	

P_o - Valor provisório

Rc - Valor retificado

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Porém, é preciso notar que a variação do limiar da pobreza depende do rendimento mediano nacional, se este aumenta ou diminui aquele aumenta ou diminui, respetivamente. Por outras palavras, o valor do limiar da pobreza é enganador, porque não se refere ao estado real da situação económica e social de uma pessoa ou fa-

mília (o seu poder de compra real), antes tem como referência o rendimento mediano de todos os portugueses (o qual pode ser afetado por aumentos de impostos, cortes remuneratórios, aumento da inflação, etc.). Estima-se, com base nas estatísticas do INE, que Portugal deve ter mais de dois milhões de pobres, abaixo do limiar de pobreza, incluindo pessoas empregadas.

Quadro 1. Proporção do rendimento auferido pelos 20% da parte superior (S90) e da base (S10) da distribuição, países europeus (2015) (%)

	S90	S10		S90	S10
Bulgária	28,9	1,8	Alemanha	23,3	3,1
Lituânia	27,7	2,0	Dinamarca	23,2	3,3
Sérvia	27,4	0,9	Polónia	22,9	3,0
Portugal	25,9	2,6	Malta	22,8	3,7
Chipre	25,8	3,4	Hungria	22,6	3,3
Letónia	25,6	2,3	Croácia	22,1	2,7
Grécia	25,1	2,0	Holanda	22,1	3,6
Espanha	24,9	2,0	Áustria	22,0	3,3
França	24,7	3,6	Suécia	21,8	3,1
Itália	24,4	1,8	R. Checa	21,6	4,1
R. Unido	24,3	2,6	Finlândia	21,5	4,1
Luxemburgo	24,1	2,9	Islândia	21,2	4,3
Roménia	24,1	1,8	Noruega	21,0	3,5
Suíça	23,9	3,4	Bélgica	20,7	3,7
Estónia	23,7	2,7	Eslovénia	20,1	3,8
Macedónia	23,7	1,8	Eslováquia	19,9	3,3
Irlanda	23,5	3,5	UE28	23,8	2,8

Fonte: Income and living conditions statistics em linha – EU-SILC (Eurostat).

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

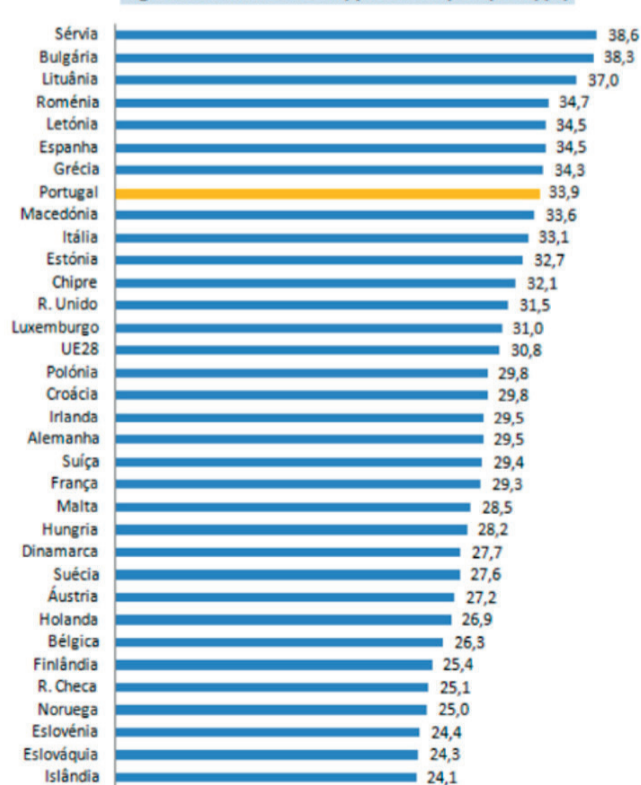
O Índice de Privação Material na população portuguesa, segundo a mesma fonte, mantém-se em níveis inaceitáveis, com quase metade da população sem capacidade para pagar férias fora de casa e mais de um terço sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a um empréstimo. É uma situação que retrata bem as desigualdades sociais e de rendimentos no país. Por isso, outro domínio que exige uma atuação e visão estratégica de governação é o combate às **Desigualdades Sociais e de Rendimentos**, cada vez mais premente na sociedade portuguesa: 82% dos trabalhadores produtores de riqueza auferem pouco mais de um terço da riqueza que criam, enquanto os donos das empresas recebem diretamente 42,8% do PIB.

As causas e persistências das desigualdades tem múltiplas dimensões, devendo-se a um conjunto diferenciado de variáveis, de setores e de sistemas. Certo é que o país sofre de desigualdades estruturais no que respeita ao rendimento e às oportunidades

Segundo o Observatório das Desigualdades, Portugal é um dos países europeus (em 4.º lugar) no qual o rendimento disponível auferido está mais concentrado no decil superior, segundo um rácio S90/S10, que constitui "um indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 10% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 10% de menores rendimentos".

O Coeficiente de Gini (indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição: entre 0 - quando todos os indivíduos têm igual rendimento - e 100 - quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo) em Portugal é de 33,9 (valor disponível de 2015), sendo assim o oitavo país mais desigual (no rendimento), registando um valor para este índice cerca de três p.p. acima da média da UE28 (Observatório

Figura 2. Coeficiente de Gini, países europeus (2015) (%)



Fonte: Income and living conditions statistics em linha – EU-SILC (Eurostat).

OBSERVATÓRIO DAS DESIGUALDADES

das Desigualdades).

Aliás, é sintomático que Portugal, tenha quase tantos milionários quanto a Arábia Saudita, o maior exportador mundial de petróleo. Com efeito, e com dados relativos a 2017, existem 68.000 em Portugal e 69.000 na Arábia Saudita, e a tendência é, em ambos, de subida exponencial (fonte: *Global Wealth Report*, 2017). Pode, pois, concluir-se que, considerando que a população saudita é o triplo da portuguesa, há mais milionários per capita em Portugal que no segundo maior país árabe do mundo! A melhoria de vida das pessoas não depende somente do volume de riqueza nacional criada, nem do crescimento económico, tampouco se reduz à economia, mas é um problema muito grave que o rendimento real das classes médias está estagnado há décadas, sobretudo quando falamos de classes trabalhadoras. A **Mobilidade Social** das classes baixas e médias está estagnada e cada vez mais tem de se trabalhar intensivamente, e por mais tempo, para se manter o mesmo nível de vida, sendo cada vez mais difícil uma criança nascer no âmbito destas classes subir para níveis de rendimentos acima dos seus pais. A estrutura laboral e remuneratória é cada vez mais rígida e segregada, e a participação cívicas e política cada vez mais distante, por falta de confiança e de esperança nos políticos e nas instituições políticas, públicas e privadas, assistindo-se a uma autorreprodução das elites, por via de vínculos familiares e pessoais, para se obter empregos, bons empregos ou os melhores empregos.

Tais flagelos sociais e nacionais destroem o **Capital Social e Humano** da nossa sociedade (generosidade, filantropia, voluntariado, confiança, participação, colaboração, partilha, liberdade e transmissão de conhecimento, coesão intergeracional), não havendo nenhuma no mundo que consiga emancipar-se e prosperar quando os seus valores são baixos. Políticas Públicas de elevação da mobilidade social são absolutamente exigíveis a um Partido e a um Governo socialistas.

Nas matérias do **Emprego** e do **Trabalho** assiste-se a uma **crecente proletarização e precarização laboral, baixa de salários e expulsão de trabalhadores** com baixa escolaridade, resultados que implicam elevados custos sociais e humanos da sociedade portuguesa. Os dados do INE, entre 2000 e 2017, assinalam o peso dos trabalhadores por conta de outrem no emprego total, que aumentou de 72,7% para 83%. No mesmo intervalo temporal, os “trabalhadores por conta própria como isolados” (terminologia do INE, mas que na prática são os denominados “recibos verdes”), ou seja, sem empregados, diminuiu, em percentagem da população empregada, de 17,5% para 11,8%, estando assim longínqua a ideia de que o “empreendedorismo” está a vingar em Portugal e que o trabalho assalariado está a mudar. Os dados do INE revelam também que, entre 2000 e 2017, a percentagem de empregadores (na terminologia do INE “Trabalhadores por conta própria como empregadores”) na população empregada total desceu de 4,5% para 3,3% do total. Mais, ainda, o INE indica que 83% de toda a população empregada, em 2017, vivia do seu salário. A precarização reflete-se no na subida da percentagem, entre 2000 e 2017, de trabalhadores com contrato a prazo, de 13,7% para 18,5%, para os trabalhadores por conta de outrem, e trabalhadores por conta de outrem consistiam somente em 34,2% da riqueza criada por eles (PIB), ao passo que o Excedente Bruto de Exploração detido pelos empregadores e empresários representava (3,3% da população empregada), correspondia a 42,8% do PIB. A expulsão de trabalhadores de baixa escolaridade chega aos 1,378 milhões no período entre 2007 e 2015, segundo o INE, verificando-se também a substituição de muitos trabalhadores com o ensino básico por trabalhadores com o ensino secundário e superior, sem o correspondente aumento de remunerações, pelo contrário (todos os dados do Inquérito de Emprego-INE/2017).

As **Desigualdades Regionais** são deveras preocupantes, pois não há mudanças estruturantes na trajetória de subida das assimetrias regionais em Portugal nem da concentração da riqueza e do poder numa imensa minoria, segundo as Contas Regionais do INE: o poder de compra médio de um habitante do concelho de Lisboa é superior ao triplo do poder de compra *per capita* do verificado para os habitantes em 121 concelhos do país e é mais do dobro do de 176 dos demais concelhos. Resultados que não se justificam num país que se pretenda verdadeiramente igualitário e coeso, tampouco pelas diferenças de produtividade do trabalho entre as diversas regiões territoriais, incluindo as regiões autónomas.

Há que levar a sério e valorizar a Unidade de Missão criada para a “valorização do interior” e combater a “litoralização progressiva do país, acentuando-se a tendência para o despovoamento, envelhecimento e empobrecimento das regiões do interior, as quais representam cerca de 2/3 do território nacional. A perda de coesão territorial e social nestes territórios tem vindo a agravar-se, e convoca-nos para a procura urgente de soluções que contrariem uma trajetória insustentável”, conforme se pode ler no Programa nacional para a Coesão Territorial, entre outros trabalhos daquela unidade de missão. Note-se que **esperança média de vida** aos 65 anos não é a mesma em todas as regiões do país, agravada pelas diferenças de rendimentos, ou entre ricos e pobres, cujos custos e dificuldades de acesso à saúde e qualidade de vida reforçam as desigualdades territoriais nacionais (em Portugal, a esperança de vida à nascença situou-se, em 2016, em 77,61 anos para os homens e em 83,33 anos para as mulheres).

O estado de arte da **Demografia** nacional é outra área que carece de urgente visão e agenda política estratégica de longo prazo. Apesar da ligeira recuperação dos anos 2015 e 2016, o país mantém um dos mais baixos níveis de fecundidade da Europa e do mundo. Segundo as Estatísticas Demográficas do INE, nas últimas

cinco décadas o número de nascimentos em Portugal desceu para menos de metade. No início dos anos sessenta, havia mais de 200 mil nascimentos por ano no país, hoje esse número é inferior a 90 mil, e o cenário não é animador, pois a tendência de declínio dos nascimentos continua persistente. O número médio de filhos por mulher em idade fértil é de 1,36 filhos (2016). A idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho passou de 30,2 para 30,3 anos e a idade média da mãe ao nascimento de um filho (independentemente da ordem de nascimento) de 31,7 para 31,9 anos (Estatísticas INE, 2016). Entre 2011 e 2016 a proporção de jovens (população com menos de 15 anos de idade), face ao total de população residente, passou de 14,9% para 14,0%; a proporção de pessoas em idade ativa (população de 15 a 64 anos de idade) também diminuiu de 66,0% para 64,9%; em contrapartida, a proporção de pessoas idosas (população com 65 ou mais anos de idade) aumentou de 19,0% para 21,1%. Ou seja, o índice de envelhecimento passou de 128 para 151 pessoas idosas por cada 100 jovens!

A **Emigração**, incluindo a fuga de cérebros, é outro grave problema estruturante do país que carece de uma visão estratégica urgente de políticas e ações da governação. Segundo o último relatório do Observatório da Emigração (de 2017), Portugal “continua a ser, em termos acumulados, o país da União Europeia com mais emigrantes em proporção da população residente (considerando apenas os países com mais de um milhão de habitantes). De acordo com as últimas estimativas das Nações Unidas, para 2015, o número de emigrantes nascidos em Portugal superou os dois milhões e trezentos mil, o que significa que **cerca de 22% dos portugueses vive fora do país**. (...) a percentagem de portugueses a viver na Europa passou de 53%, em 1990, para 62%, em 2015, de acordo com estimativas das Nações Unidas” (p. 23). No global, incluindo nacionais de 2.ª e 3.ª geração, existem mais de 5 milhões de portugueses a viver no estrangeiro, é um número impressionante tendo em conta a população portuguesa e representa um enorme potencial de prosperidade económica e cultural para todos os nacionais de Portugal. Daí a nossa proposta de criação de um **Ministério da Diáspora, da Língua e da Globalização**, com valências horizontais, mas focado na vertente económica e cultural. É preciso não esquecer que a Língua Portuguesa está entre as cinco línguas mais faladas no mundo, é a língua mais falada do Hemisfério Sul, com cerca de 260 milhões de falantes e estima-se que duplique até ao final do século, segundo projeções das Nações Unidas.

Infelizmente, o País assiste a uma fuga de portugueses qualificados, maioritariamente por razões menos boas, em que muitos têm de emigrar para auferirem salários decentes e condições de trabalho e de desenvolvimento da carreira que não encontram no seu país de origem. Mais grave que a emigração, são as motivações dessa emigração, quando aquelas se prendem com falta de segurança no trabalho, (a principal), má governação ou instabilidade política, a impossibilidade de poupança, maus líderes, organizações e ambientes de trabalho; falta de mérito, de reconhecimento e de condições de evolução da carreira ou da sua atividade profissional; ou mesmo elevados custos de contexto e de progresso para a criação ou desenvolvimento de negócios.

A **Educação** desempenha um papel crucial na competitividade e prosperidade de um Estado e verifica-se uma correlação positiva entre eles. Portugal, segundo os mais recentes estudos e avaliações nacionais e internacionais, carece de uma estratégia profunda em ordem a preparar os cidadãos para um mundo que está em constante transformação e em transição paradigmática entre revoluções tecnológicas e fusões da tecnologia com o mundo físico, digital e biológico.

A recente avaliação realizada pela OCDE, de 2017, conclui que Portugal não tem uma “estratégia nacional clara, abrangente e partilhada” capaz de orientar as decisões das instituições de ensino. Nesse sentido, a OCDE fez várias recomendações ao governo português para reforçar as qualificações, designadamente: efetuar uma avaliação rigorosa a todos os programas de ensino e formação vocacional/profissional; unificar os diferentes sistemas de formação vocacional criando um único sistema dual de ensino e formação vocacional, que inclua uma componente de aprendizagem em contexto laboral nas empresas; assegurar mais apoio individualizado de forma atempada aos estudantes em risco de repetir o ano escolar; melhorar a formação dos professores e direcionar os recursos para o ensino básico e pré-escolar; reforçar as ligações entre a investigação e o sector empresarial.

As respostas são mínimas, as medidas casuísticas e não há uma estratégia de fundo, que corporize uma visão de médio/longo prazo, com metas bem definidas. Pior, há claramente um desfazamento entre o sistema de ensino e o mundo real.

O paradigma ainda dominante no nosso sistema educativo foi concebido e desenvolvido para responder às necessidades impostas pelos primórdios da revolução industrial, que necessitava de uma força de trabalho que acima de tudo transmitisse os valores capazes de garantir a produção em série: assiduidade, pontualidade, obediência e silêncio. A forma como a escola e em particular a sala de aula se organiza replicou o modelo de organização do trabalho das fábricas, onde a matéria-prima (os livros de texto) é fornecida aos trabalhadores (os alunos) que ocupam uma posição fixa na linha de montagem (a sala de aula organizada em filas) e onde o chefe de secção (o professor) distribui as tarefas (a matéria, os exercícios, os exames).

O último relatório PISA, que regista uma melhoria nas competências dos alunos portugueses, sinaliza que ainda assim persistem forças de bloqueio ao nível da

escola pública. O relatório aplaude a "flexibilidade" demonstrada pelos professores no cumprimento do plano curricular face à especificidade e aos ritmos de aprendizagem dos alunos, mas também diz que ela é muito maior nas instituições de ensino privado, devido à subjugação das orientações impostas pelo Ministério da Educação.

Temos de olhar para o mundo e para a governação como uma visão holística (e não setorial) que amplie a autonomia pedagógica e de gestão das escolas, que respeite as diferenças, as capacidades e os ritmos de aprendizagem dos alunos e que promova um maior alinhamento das políticas educativas com as dinâmicas sociais e económicas do nosso tempo. Temos de olhar e copiar, com as devidas adaptações, os excelentes exemplos. Temos de mudar o atual paradigma informacional e mecanicista de ensino, como plataforma de distribuição massiva de informação do professor para o aluno, para um modelo construtivista, relacional e motivacional em que o processo de aprendizagem é sempre interpretativo e dedutivo.

Em suma, é urgente transformar o atual sistema de ensino, num efetivo sistema de aprendizagem, centrado na aquisição das competências necessárias para a sociedade e a economia do Séc. XXI, as chamadas "21st century skills", designadamente, o pensamento criativo, o pensamento crítico, a capacidade de resolver problemas, o trabalho colaborativo e a capacidade de comunicação.

Na **Saúde**, é mais do que evidente um dos maiores problemas na perspetiva da governação é o subfinanciamento do setor e seus serviços, tendo diminuído o total de transferências do Orçamento do Estado para o Serviço Nacional de Saúde o que faz perigar a produtividade e prosperidade do país. Nesta área é absolutamente crucial investir na formação de boa gestão, fiscalização, nos cuidados continuados, na medicina preventiva e nos cuidados informais em detrimento da medicina curativa hospitalar, mais gravosa para o erário público. A difusão dos genéricos é outra das prioridades, considerando que o volume de unidades vendidas se situa nos 36,1% do mercado de medicamentos, porém a quota de mercado do valor global monetário é de apenas 18,7%, sendo o mercado dominado pelas grandes farmacêuticas e laboratórios.

O impacto das **Alterações Climáticas** é ameaçador, real e está comprovado fáctica e cientificamente, para o Planeta e para Portugal. Segundo o último estudo internacional da Conferência do Clima das Nações Unidas, sobre Alterações Climáticas, de 2017, o aumento da temperatura provocará um risco mais elevado de inundações, devido ao aquecimento global, um clima mais seco e quente, e menor precipitação extensiva, cujos efeitos se refletirão, de forma negativa, nas reservas e abastecimento de água, na agricultura, pesca, praias, qualidade do solo e da vegetação, e na conservação e proteção das florestas. Daí também a necessidade de preparar o País para este flagelo e adequar políticas e instituições de modo a tornar Portugal uma nação autossuficiente em termos alimentares e de produção agrícola, para não agravar impactos negativos económicos. Por fim, é urgente existir um claro e efetivo posicionamento estratégico de Portugal, no âmbito europeu e mundial, perante a era da **Globalização e da Quarta Revolução Industrial**, que *está e vai continuar a transformar a humanidade, o modo como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos* (Klaus Schwab). Portugal deve preparar-se para uma era que já se iniciou, que vai ter impacto na economia, emprego, negócios, regiões, cidades, nas relações humanas, na gestão, cuja impreparação poderá atirar o País para a pobreza e décadas de estagnação. A célere e integrada difusão de tecnologias inovadoras, com crescente integração comercial, como a Inteligência Artificial, robótica, Internet das Coisas, veículos autónomos, armazenamento de energia, impressão 3D, nanotecnologia, biotecnologia, ciência dos materiais, computação quântica, e a propagação da fusão de tecnologias dos mundos físico, digital e biológico (Klaus Schwab) é uma realidade efetiva e disruptiva, logo, Portugal precisa de uma governação e visão efetiva e disruptiva, em ordem a adequar, adaptar e aproveitar o potencial da 4.ª Revolução Industrial ao País e aos portugueses.

No domínio da era digital e industrial é prioritário o governo e as instituições públicas adaptarem-se institucionalmente e estarem na linha da frente na integração das novas realidades digitais e tecnológicas na satisfação das necessidades coletivas, no planeamento e formação de políticas públicas e nas respostas aos desafios sistémicos, particularmente no domínio das desigualdades e riscos sociais (concentração de poder, valor e riqueza nos beneficiários da 4.ª Revolução Industrial, menor criação de emprego, níveis diferenciados de produtividade, (des)valorização de certas competências, diferenças de género, envelhecimento, assimetrias territoriais, regionais e de recursos locais), para assim melhor distribuir os benefícios, acessos, impactos e riscos e dotar as famílias, empresas e comunidades de recursos para enfrentar os maiores impactos desta revolução, assente no digital e na fusão tecnológica e interação entre o mundo físico, digital e biológico.

Resumimos os nossos propósitos, as nossas propostas, os nossos compromissos:

- 1.º **REFUNDAR E UNIR O PS**
- 2.º **REINVENTAR A POLÍTICA**
- 3.º **REINVENTAR AS POLÍTICAS NACIONAIS**
- 4.º **RECENTRAR E FAZER PROSPERAR PORTUGAL, NA EUROPA E NO MUNDO**

Este é o caminho a seguir, no Partido Socialista e no País, que de seguida concretizaremos com propostas-chave e reformadoras, centradas em mais e melhor democracia, mais e melhor riqueza e mais e melhor humanismo, ao serviço do interesse público e de um desenvolvimento diferente e mais e melhor sustentável.

PRIMEIRO: REFUNDAR E UNIR O PARTIDO

"[o PS] tem de ser refundado de alguma maneira, tem de ser melhorado, tem de discutir política a sério e tem de ter política a sério e grandes ideias para o futuro!"
MÁRIO SOARES (2011)

Queremos mais e melhor poder e democracia para a comunidade socialista, especialmente militantes e simpatizantes do PS.

Queremos uma nova cultura democrática para estar, viver e trabalhar no partido e exercer a Política como um dever de cidadania.

Queremos efetivar e aprofundar a democracia interna, unir o Partido em torno da família socialista, e dotar o PS de instrumentos e instituições internas que façam cumprir com a sua herança ideológica de um grande partido democrático, de enraizamento popular e de união interna entre socialistas!

Queremos abrir e atrair para o nosso partido mais cidadãos, adequar o sistema político às exigências e expectativas destes, tornar o modo de fazer política mais preparado e próximo das pessoas, promover novos paradigmas de políticas e da governação e uma visão estratégica para o País na Europa e no Mundo.

Defendemos um PS forte, dinâmico, prestigiado e a trabalhar com a sua base social de apoio, dos seus militantes e simpatizantes e demais cidadãos, em conjunto, de forma democrática, transparente e mobilizadora.

Queremos um PS capaz de Reinventar Portugal e um País capaz de enriquecer, inovar, e desenvolver-se, com as ameaças, oportunidades e desafios que assistem ao mundo, sociedade e economia atuais!

Defendemos, pois, uma constante e contínua discussão, progressão e união entre todos os socialistas. Queremos fazer do PS e no PS aquilo que os pais fundadores quiseram fazer com a sua criação: cumprir com o ideal do socialismo democrático, ou seja, um partido de cidadãos, ideias e práticas, reconhecido pela sua liberdade, pluralidade, justiça, coesão, combatividade, contemporaneidade.

Um partido exemplar, no País e no mundo!

Por conseguinte, é urgente um choque democrático para reinventar a governação do partido a pensar no País e sua governação. Um choque democrático no PS e na classe política, e também na legislação dos partidos políticos, em ordem a reconfigurar as instituições partidárias, os freios e contrapesos democráticos internos dos partidos, o trabalho partidário e a relação dirigentes-militantes, e simpatizantes, e estes perante os dirigentes.

OS SOCIALISTAS CONTAM, O PARTIDO CONTA!

1. **Introduzir as Eleições Primárias**, para a eleição de candidatos do PS para Secretário-Geral (SG); Primeiro-Ministro (PM); Deputados à Assembleia da República; Deputados ao Parlamento Europeu; Presidente dos Governos da Madeira e dos Açores; Deputados às Assembleias Regionais da Madeira e dos Açores; Presidentes de Câmaras Municipais e de Juntas de Freguesia.
2. **Separar o Estado (governos) do partido**: proibir a acumulação de cargos partidários executivos e cargos governamentais nacionais, regionais e locais (ex.: entre SG e PM, entre Secretariado Nacional/Presidentes das Federações e membros do Governo, ou presidentes de câmara, ou presidentes de junta) e entre cargos executivos públicos e cargos partidários eleitos ou nomeados pelo partido.
3. **Proibir a acumulação de funções políticas executivas**: aos titulares de cargos ou membros de órgãos políticos executivos locais, aos titulares de cargos ou membros de órgãos partidários executivos; aos deputados nacionais e regionais com o exercício de cargos executivos do Poder Local (nomeadamente nas Câmaras Municipais e nas Juntas de Freguesia), bem como limitar a dois mandatos sucessivos, no mesmo cargo ou função, todos os eleitos internamente no partido.
4. Aprovar uma **Declaração de Direitos e Deveres do Partido Socialista**, alinhada com a Declaração de Princípios do Partido.
5. **Aprovar e implementar um Código de Ética e Boa Conduta do PS**, cujo foco está principalmente nas condutas e atitudes eleitorais (pré, durante e pós período eleitoral), bem como nos procedimentos e processos eleitorais e, ainda, no exercício efetivo da militância, alinhado com as declarações acima referidas, cuja subscrição é obrigatória para todos, especialmente para os candidatos a eleições, e sujeitos a seleção, designação ou nomeação pelos órgãos do partido.
6. **Institucionalizar, estatutariamente, um órgão permanente de participação**, debate e produção de pensamento, propostas e práticas políticas e

públicas (que conjugue a abordagem "top-down" dos "Estados Gerais" com a abordagem 'bottom-up' do "LIPP", e incorpore o âmbito dos gabinetes de estudos do PS).

7. Instituir o **sistema eleitoral de representação proporcional** para a eleição dos membros de todos os órgãos deliberativos (executivos, jurisdicionais e financeiros) do Partido, através do método da média mais alta de Hondt, exceto os órgãos uninominais que são eleitos pelo sistema maioritário.
8. Introduzir o **Voto Secreto** nas eleições para órgãos e votações relativas a pessoas (substituindo o tradicional voto por braço no ar).
9. Implementar um **registo interno de interesses e bens** de pessoas singulares para todos os titulares e membros de órgãos internos diretivos.
10. Instituir um **convívio nacional anual do PS**, como já foi a Universidade de Verão, orientado para ser uma marca original e plural do PS, que reflita os valores e princípios do Partido na abordagem da sua conceção e seja exemplar na forma como o PS encara a abertura, pluralidade, debate, produção e convívio políticos de militantes e simpatizantes do PS, e que seja prestigiada pela sua abordagem *bottom-up* (i.e., centrada na comunidade socialista - militantes, simpatizantes e demais cidadãos -, e não em figuras, imagens e personalidades partidárias), estatuto de independência e espírito de inovação.
11. **Reforçar os direitos e liberdades dos militantes**, nomeadamente:
 - Instituir o direito à filiação "on line" e "na hora", com transferência (eliminar a figura "proponente" de militante);
 - Instituir o direito à informação dos militantes do trabalho realizado pela respetiva, secção, concelhia e federação;
 - Tornar obrigatório uma audiência e prestação de contas semestral de todos os deputados eleitos em plenários distritais de militantes;
 - Instituir a liberdade de apresentação de moções ao Congresso (extinguir o garrote percentual exigido nos estatutos);
 - Instituir o direito de acesso prévio a toda a documentação e regulação de eleições internas e de atos eleitorais;
 - Instituir o direito à formação política, apostar na formação no partido, para toda a comunidade socialista (militantes, simpatizantes e demais cidadãos) e criar uma estrutura central, permanente e profissional, de âmbito nacional, de formação política e cívica aos militantes e simpatizantes, em especial formação autárquica e contratação pública numa base acessível, digital e tendencialmente gratuita;
 - Instituir o direito a referendar coligações partidárias pré e pós-eleitorais;
 - Instituir o direito de petição interna (incluindo revogação de mandatos); direito de igual e livre acesso à informação interna, de todos os órgãos internos instituídos, nomeadamente para efeitos eleitorais e por parte de todas as listas e militantes; direito à convocação de plenários por 10% dos militantes inscritos do respetivo âmbito territorial ou temático;
 - Instituir e regular a figura do "simpatizante", com determinados deveres e direitos, em especial a capacidade eleitoral ativa;
 - Desmaterializar a inscrição e militância;
 - Instituir e regular a figura dos militantes e simpatizantes;
 - Implementar uma auditoria de necessidades de conhecimentos e de medição do potencial de capital humano nas estruturas nacionais e locais do PS, com o objetivo de enriquecer o partido e a política do País;
 - Criar a figura do Provedor do Militante e Simpatizante;
 - Instituir o direito de qualquer militante apresentar uma moção com 25, 50 ou 100 subscrições de militantes, aos congressos partidários concelhios, federativos e nacionais, respetivamente.
12. **Valorizar a organização e funcionamento interno do PS**, através das seguintes medidas:
 - Autonomizar o partido do governo; reestruturar a divisão territorial e organizacional do partido, atualmente em Federações Concelhias, e Secções;
 - Reformar as secções, criar uma rede social interna, ao nível central (nacional), e promover Laboratórios de Ideias pelo PS (on-line, aberto, inovador, partilhado, de ideias e contactos entre militantes, simpatizantes e organizações comunitárias locais, acessíveis *on line*, à distância, e aos que têm necessidades especiais);
 - Eliminar ou reduzir o direito a voto dos membros inerentes dos órgãos partidários;
 - Ajustar a divisão geográfica do Partido às freguesias;
 - Introduzir nas comissões de jurisdição e Comissões Organizadoras dos Congressos (COC) simpatizantes e em proporção do número de listas proponentes, sendo o estatuto de membro incompatível com qualquer outro cargo interno;
 - Introduzir a representação proporcional nos órgãos executivos e deliberativos (secretariados, conselhos, comissões, assembleias, etc.) quer seja no plano concelhio, federativo ou nacional;
 - Tornar obrigatório a convocatória de todos os órgãos de, no mínimo, duas reuniões ano, em cada semestre, aberta a todos os militantes e simpatizantes, sem prejuízo de periodicidade mais elevada consagrada nos estatutos;

- Tornar obrigatória a publicitação de todas as contas do partido de forma concreta, clara e transparente, bem como as remunerações do respetivo pessoal.

13. **No que respeita às quotas:**

- Eliminar o pressuposto das "quotas em dia" para exercer o direito de voto;
- Introduzir quotas reforçadas e obrigatórias (0,5% da remuneração bruta, com um mínimo de 25€/mês) para todos os eleitos, e nomeados, para cargos, internos ou externos, de representação partidária;
- Possibilitar o pagamento presencial das demais quotas e definição de quota simbólica (sem quantia fixa, mas mínima: de 1€) para militantes e simpatizantes;
- Promover campanhas frequentes de donativos, eventos periódicos de *crowdfunding* e aumentar os meios de donativos ao partido, e permitir que estes sejam intangíveis (banco de horas, voluntariado, estágios, formações, *talks*, seminários, visitas, apresentações, e afins).

SEGUNDO: REINVENTAR A POLÍTICA

"É caso para dizer que a democracia é, também, o mais exigente de todos os regimes. obriga a um exercício constante de cidadania, sob pena de degenerar numa plutocracia";

VIRIATO SEROMENHO MARQUES

Queremos mais e melhor poder e democracia para as pessoas. As instituições políticas e partidárias, o exercício do poder, e a democracia devem ser efetivamente plurais, participativas e escrutinadas em todas as suas dimensões (ética, normativa, processual, eleitoral, económica).

Queremos uma Política inclusiva, responsiva e centrada exclusivamente naqueles a quem a Democracia se destina: povo e população de Portugal.

Queremos uma Política feita com as pessoas e que "responda" e "sirva" as pessoas; que as trate como "cidadãos de 1ª"; que as torne politicamente "proprietárias" da construção e melhoria das suas vidas. Queremos uma Política que satisfaça as motivações e as necessidades dos cidadãos e que tenha em consideração as suas legítimas expectativas.

Queremos medidas que capacitem as pessoas a agirem e a defenderem o bem comum. Desejamos, em suma, estimular uma participação ativa, responsável e solidária de todos os cidadãos visando o desenvolvimento e progresso da nossa sociedade.

Queremos, igualmente, uma Política equitativa que promova a realização do bem-estar, da felicidade e da prosperidade das pessoas. Uma Política que respeite as suas liberdades, direitos e garantias. Uma Política que incentive os seus talentos e paixões. Uma Política que fomente os seus interesses individuais e familiares, que assegure as suas iniciativas e desenvolvimentos profissionais.

Queremos aproximar as pessoas da Política e esta dos cidadãos, aumentar a qualidade da democracia, eliminar o fosso entre a classe Política e os cidadãos e, ainda, levar os cidadãos a assumirem a Política e a Democracia como "assunto" e "dever" "seu"!

Queremos restaurar a confiança no sistema político e colocar a justiça e demais serviços públicos ao serviço da vida e ideais das pessoas e com os recursos e desafios do País!

Queremos promover novas formas de organizar, interagir, liderar, debater, conceber e fazer Política, mais adequadas aos comportamentos, preferências, equipamentos e demais recursos utilizados pelos cidadãos e agentes sociais.

É uma ilusão, governar menosprezando a democracia, a massa crítica e a inteligência coletiva da sua base institucional e social de apoio, e tendo apenas como horizonte a "conjuntura". Continuamos a fazer Política muito centrada em ações táticas e soluções individualizadas, mas sem estratégia democrática e de desenvolvimento sustentável para resolver os enormes défices, problemas e desafios que os portugueses e o País enfrentam. Precisamos de implementar, já, respostas eficazes e céleres para as transformações e disrupções civilizacionais, que ameaçam o atual paradigma de desenvolvimento, e de, no mínimo, acompanhar os inovadores movimentos democráticos reformadores e inovadores, realizados e exigidos pelos cidadãos e instituições em todo o mundo.

É preciso assumir que, em grande medida, o afastamento da população e dos eleitores, relativamente à causa pública, deve-se à ausência de acessos, ferramentas e instrumentos de participação e ação dados aos cidadãos, quer dentro dos partidos, quer na sociedade civil, bem como a ausência ou insuficiência de efetivos controlos, freios e contrapesos institucionais, que permitam reduzir ou compensar as más lideranças.

Deste modo, impossibilita-se os cidadãos de participarem nos destinos do seu País e de exercerem um efetivo "controlo democrático" da evolução do País e das suas vidas. Impedindo que estes, possam ser eles próprios condutores, produtores e/ou agentes de satisfação das suas necessidades e expectativas.

As novas formas de intervenção no espaço público dão aos cidadãos a oportunidade de se transformarem em agentes proactivos do processo político, permitindo-

-lhes desestruturar os velhos modelos de organização centralista e substituí-los por processos de comunicação baseados num diálogo horizontal e em rede, estabelecendo uma relação direta entre eleitos e eleitores, sem a interferência dos aparelhos partidários. Esta é uma nova realidade que está a ameaçar o poder estabelecido e a sua constelação de interesses e interdependências.

Mas a **sociedade digital** também comporta perigos, em particular para as liberdades individuais e para a própria democracia. Perigos que surgem de onde menos se espera, nomeadamente da parte de alguns governos que têm utilizado o controlo informático que detêm sobre os cidadãos para, em nome da chamada "segurança de Estado", espiar as suas vidas e violar a sua privacidade. Os cidadãos sabem que não podem esgotar a sua participação cívica nos momentos eleitorais e que é necessário estarem vigilantes e serem interventivos. É hoje claro que os partidos tradicionais estão em crescente erosão, principalmente os partidos socialistas, que têm visto fugir uma parte importante da sua base social de apoio para novas formações políticas e mais descomprometidas com o sistema dominante. Paradoxalmente, a crise do capitalismo afetou muito mais os partidos socialistas do que os partidos de direita.

Os eleitores, principalmente os de esquerda, culpam os socialistas por se terem revelado incapazes de sustentar os desmandos do capitalismo e de não terem conseguido apresentar uma alternativa à ideologia neoliberal, tendo, ao contrário, muitas vezes contribuído de forma ativa para a sua proliferação. O modelo neoliberal promoveu uma concentração da riqueza nas mãos de um número cada vez mais reduzido de indivíduos e de empresas, matando assim o sonho socialista da redistribuição justa e equitativa da riqueza. Há uma verdade histórica indelével: quem detém o poder detém a riqueza.

A distribuição da riqueza depende, antes de tudo, da distribuição do poder. Para aqueles que querem um mundo menos desigual, o principal desígnio político para o século XXI deve ser exatamente esse: garantir a redistribuição do poder.

Entendemos que há que mudar de paradigma, especialmente nas instituições da representação e ação Política nacionais. Há que pensar, em primeiro e último lugar, no País e nas pessoas. Encarar o poder como instrumental, como parte de uma estratégia de desenvolvimento estruturante. Por conseguinte, devemos pensar o País e as pessoas de uma forma mais democrática, transparente e disruptiva. Neste sentido, poderemos dar uma resposta, de forma a conseguir acompanhar os ideais e as ideias dos cidadãos, das suas organizações e populações.

As Pessoas contam, a Política conta, os Cidadãos contam!

14. Introduzir **círculos uninominais** nas eleições para a Assembleia da República, para as assembleias regionais e locais, através da combinação com um círculo plurinominal, com voto preferencial, possibilitando a participação de independentes. E ainda tornar relevante a universalidade dos votos para o apuramento de mandatos, no âmbito nacional, regional e local, o que não sucede atualmente em alguns distritos, com o método de Hondt.
15. **Eliminar o monopólio de representação política parlamentar partidário**, permitindo, em condições específicas, candidaturas parlamentares por parte de movimentos não partidários de cidadãos, à semelhança do que sucede nas eleições autárquicas.
16. Consagrar um **Catálogo Mínimo de "Direitos dos Militantes"** na Lei dos Partidos Políticos, em linha com os melhores exemplos "democráticos" do Direito Comparado Europeu, reforçando particularmente os direitos de impugnação dos atos, processos e procedimentos eleitorais, incluindo os preparatórios ou intermédios.
17. Introduzir um **Portal de Participação Política** e aprovar uma **Lei de Bases da Participação Pública**.
18. Dar cumprimento integral das recomendações do **GRECO** (*Group of States Against Corruption* – Grupo de Estados Contra a Corrupção), **do Conselho da Europa**.
19. Instituir a **Regulação Nacional do Lobbying**, em particular: criar um sistema de acreditação e registo de lobistas incluindo as agências de comunicação, escritórios de advogados, consultoras financeiras, antigos políticos e altos quadros da administração pública; publicação das agendas dos decisores políticos e públicos para tornar mais transparente o processo de decisão; criação de um mecanismo de "pegada legislativa" que permita o acompanhamento do processo legislativo e de quem para ele contribuiu; promoção de uma maior transparência e rigor na contratação de serviços de consultoria, nomeadamente através de concursos públicos.
20. Aprovar, por ato legislativo, um **Código de Bom Governo e Boa Governança Pública**.
21. Aprofundar a **Gestão Democrática Comunitária** nas autarquias e em todos os serviços públicos.
22. Instituir um **Programa Nacional de Responsabilização Democrática** dos serviços públicos, particularmente na saúde, educação e segurança social.
23. Disseminar a utilização da chamada **Democracia e Governança Digital**, com vista à melhoria da comunicação, colaboração e partilha de dados entre serviços e agentes sociais e cívicos.
24. Garantir a **pluralidade e concorrência dos media** e impor a publicidade e transparência de todos os titulares de participações sociais de empresas de comunicação social, incluindo os acionistas das empresas proprietárias dessas participações.
25. Reformular o conceito, acesso e visibilidade dos tempos de antena e campanhas eleitorais nos media, com reforço da participação cívica e dos movimentos sociais, e transparência do financiamento.
26. Adequar e criar ministérios e secretarias de estado em função dos desígnios, prioridades e problemas políticos, e não fazer a vice-versa (por ex.: criação de conselhos de coordenação interministerial; criar um **Ministério da Diáspora, da Língua Portuguesa e da Globalização**).
27. Consagrar explicitamente a judicial **Ação Popular** em matéria de responsabilidade financeira e de dinheiros públicos, eliminando a exclusividade do Ministério Público nesta matéria e assim permitir a que qualquer cidadão ou grupo de cidadãos a possa exercer nos termos da lei de ação popular, já consagrada.
28. Criar uma plataforma permanente representativa dos **Movimentos Sociais**, para efeitos de consulta, audição e até eventualmente no âmbito de órgãos sociais.
29. **Reduzir o número de deputados** dos 230 para 229 para evitar empates no parlamento.
30. **Institucionalizar a Comissão de Ética na AR**, como órgão autónomo e independente.
31. **Reforçar a exclusividade profissional de funções dos deputados** (em linha com outros titulares de soberania, como os juízes), sem prejuízo de funções associativas, voluntariado, e outras de cariz social, não remuneradas, medida que deve ser associada à limitação de 2 mandatos consecutivos (independentemente do seu término ou duração), mas atribuir compensações remuneratórias justas e de períodos de descontos para a reforma.
32. **Limitar a três os mandatos parlamentares** sucessivos ou duas legislaturas completas.
33. Estender o **direito de voto (capacidade eleitoral ativa) para os 16 anos**.
34. **Criminalizar o enriquecimento sem causa** (ilícito e injustificado), em conjunto com medidas que visem a recuperação de ativos ilícitos e de procedimentos céleres e eficazes de deteção do alegado enriquecimento.
35. Institucionalizar o **orçamento participativo em todos os orçamentos** nacionais, regionais e locais, e alargar a áreas cujas transferências orçamentais são menores (particularmente, a área da Cultura).
36. Criar o **Serviço Cívico Nacional**, com programa de educação para a cidadania e vida coletiva, obrigatório para aqueles que perfazem 18 anos.
37. Introduzir período de consulta pública, de audições e de estudos e relatórios síntese das evidências recolhidas que informem o legislador dos problemas em questão e solidificar conhecimentos para a elaboração dos projetos de lei.
38. Identificar e compreender quais são os riscos à integridade nos processos de decisão ou legislativo e medir a aplicabilidade e impacto de determinadas incompatibilidades e impedimentos; simplificar e harmonizar o quadro normativo em matéria de regulação de conflitos de interesses à luz das boas práticas internacionais.
39. Repensar e fortalecer os procedimentos e mecanismos de gestão de conflitos de interesses, incluindo uma revisão do quadro sancionatório (maior escalonamento das infrações e adequação das sanções).
40. Reforçar a coordenação governativa e administrativa, particularmente no âmbito do Conselho de Ministros; integrar plataformas de "social media" na conceção e implementação das políticas públicas.
41. Descentralizar administrativamente o território continental em cinco regiões plano (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve) e reforçar a democraticidade e controlo da transferência de poderes para as instituições regionais e municipais.
42. Instituir a governação em rede e integrada de todas as Administrações Públicas (nível central, regional e local), implementar programas e fomentar iniciativas de um Estado-empendedor com novas abordagens (desformalização do modo de trabalhar, colaborar e liderar, trabalhar em rede, gestão da avaliação do desempenho, formação avançada, prática e implementada na prática, *smart spending, mindlabs, edulabs*, etc.) em todo o setor público, e ainda reduzir as estruturas administrativas hierarquizadas.
43. Valorizar a liderança pública, credibilizar o recrutamento e seleção de dirigentes com jurados do setor privado, repensar o modelo da CReSAP, nomeadamente separar a componente diretiva da componente avaliativa na composição de júris e aumentar o peso dos fatores "liderança", "competências transversais" (e não habilitações formais) e "ética" na seleção de dirigentes.
44. Implementar o **Orçamento do Estado Claro** e promovê-lo para todos os orçamentos públicos; criar e implementar um Livro Verde da Despesa Pública.
45. **Reduzir os Custos de Contexto** das famílias, empresas, associações e de-

mais organizações e instituições da sociedade.

46. **Restaurar e reformar o Instituto Nacional de Administração**, como escola pública para o setor público e os cidadãos.
47. Valorizar a avaliação do desempenho público e levar a sério a gestão pública, e passar de uma gestão de pessoal ou de recursos humanos para uma gestão de pessoas.
48. Realizar uma **Auditoria Cidadã à Dívida do Estado Português**, com o intuito de separar a dívida virtuosa e assim dar mais transparência à natureza e origem da mesma, e maior responsabilização.
49. Reforçar a transparência e diminuir custos para o consumidor na atividade bancária.
50. Reforço da prestação de contas dos reguladores, da responsabilidade social dos bancos, do alargamento (garantístico) do acesso à base de dados de contas do sistema bancário pelas autoridades judiciais.
51. Criar um **Centro de Inteligência Económica** e um programa de incentivo à internacionalização de start-ups.
52. **Reforma das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e das Comunidades Intermunicipais**, mais democraticidade, representatividade económica, social e cívica, eficiência e escrutínio dos recursos e da distribuição de dinheiros que realizam, de acordo com o modelo de descentralização, nomeadamente sujeitas a um processo eleitoral de sufrágio direto.

TERCEIRO: REINVENTAR AS POLÍTICAS

"I am not an advocate for frequent changes in laws and Constitutions. But laws and institutions must go hand in hand with the progress of the human mind.

As that becomes more developed, more enlightened, as new discoveries are made,

new truths discovered and manners and opinions change, with the change of circumstances, institutions must advance also to keep pace with the times. "
THOMAS JEFFERSON

REINVENTAR POLÍTICAS HUMANISTAS E SOCIAIS CRIADORAS DE RIQUEZA E COM UMA COMUM VISÃO ESTRATÉGICA NACIONAL!

Queremos um País e uma Europa com forte e sustentável modelo social, o que obriga a pensar o futuro através de novos paradigmas e de políticas centradas na demografia, natalidade, parentalidade, pedagogia, prevenção, competências, entre outras, orientadas para o aumento do poder de compra, do trabalho e emprego, da educação, saúde, justiça, desporto e cultura, entre outras honrosas áreas e atividades da vida humana.

Defendemos um diálogo com todas as forças Políticas com o objetivo de procurar consensos e compromissos alargados que viabilizem "pactos de regime" em áreas como: ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO (PÓS 2020); sistema político, reforma do estado e administração, justiça, educação, saúde e infraestruturas públicas, tangíveis e intangíveis.

Queremos uma sociedade próspera e sustentável, i.e., uma sociedade reprodutora, inclusiva, paritária, solidária, inteligente, colaborativa e criativa. Uma sociedade centrada no conhecimento, nas competências e na colaboração entre os agentes económicos e sociais. Uma sociedade que promova a criação de riqueza, a valorização da iniciativa, mérito, talento e sucesso individual, organizacional e comunitário. Uma sociedade de oportunidades e de igualdades no acesso a direitos, a bens e serviços essenciais, em especial, as crianças, os jovens, os desempregados, as pessoas com deficiência e incapacidades e idosos.

Como já referido, o fosso entre ricos e pobres em Portugal aumenta há sete anos consecutivos. Portugal é hoje um dos Países mais desiguais da Europa e do mundo desenvolvido. A distribuição de rendimento é muito desigual em Portugal e agravou-se com o programa de ajustamento. Hoje é claro que o ajustamento foi feito principalmente à custa dos mais pobres e não dos mais ricos. Não é por isso de estranhar que a taxa de risco de pobreza em Portugal, antes de apoios sociais, atinja hoje quase metade da população. É urgente quebrar o ciclo vicioso de empobrecimento, que afeta principalmente os portugueses mais vulneráveis e mudar o nosso paradigma económico que continua a assentar em trabalho indiferenciado e em mão de obra barata.

Os Países onde os níveis de desigualdade são mais baixos são precisamente aqueles em que o grau de complexidade económica é mais alto. As economias de alta complexidade são aquelas em que os fatores económicos, educacionais e tecnológicos se interligam em relações de interdependência gerando um círculo virtuoso de conhecimento complexo. Um País pode investir muito em educação, em I&D, em inovação, mas se não tiver uma estrutura produtiva capaz de absorver esses conhecimentos e transformar isso em riqueza material, então não será capaz de potenciar todo o investimento fei-

to a montante.

O investimento em educação e ciência são fundamentais, mas não são por si só suficientes para gerar crescimento económico. Este é um problema que neste momento mais afeta Portugal. Como sabemos, temos hoje a geração mais qualificada de sempre, mas não temos um tecido económico com complexidade suficiente para absorver essas qualificações. O que faz com que muitas vezes a mão-de-obra qualificada seja desvalorizada e remunerada ao nível da mão-de-obra indiferenciada.

Queremos ainda simplicidade, estabilidade e previsibilidade da política fiscal, nos apoios em IDI, e em setores estratégicos e de futuro (energéticos, ambientais, tecnológicos, económicos, indústrias criativas, envelhecimento ativo, entre outros).

Para além de se basearem nas pessoas e nas soluções de futuro, as políticas devem ser baseadas em factos e evidências, não em mitos e preconceitos, valorizando estudos científicos e auscultando as populações (locais) e demais interessados, devendo todo o ciclo de políticas públicas ser informado por princípios de bom senso e de boa governação.

Ninguém fica para trás: nascemos juntos, vivemos juntos, avançamos juntos!

53. Aumentar o poder de compra dos portugueses e do Salário Mínimo Nacional para 700 euros em 2023, com uma clara aposta na melhoria da riqueza, rendimento e qualidade de vida das classes médias.
54. Promover a paridade salarial entre mulheres e homens, que desempenham o mesmo tipo de funções.
55. Apoiar a natalidade, maternidade e paternidade através de incentivos concretos, incluindo subsídios, por mais tempo, e benefícios, incluindo não financeiros (tempo e local de trabalho, planeamento e gestão do trabalho, especiais tratamentos, isenções e descontos em determinados serviços, bens e produtos, partilha de benefícios e responsabilidades parentais, conciliação do trabalho com a vida familiar).
56. Promover um debate interno e nacional sobre adoção do rendimento básico universal nacional.
57. Promover o acesso financiado à habitação para jovens nos centros de Lisboa e Porto, sobretudo país, e instituir incentivos específicos para a construção ou concessão de imóveis com vista ao arrendamento a jovens até aos 35 anos.
58. Ensino pré-escolar obrigatório para todas as crianças, com transporte e alimentação gratuitos para as crianças e famílias desfavorecidas e do interior, bem como alargar a rede de creches e jardins de infância, dos respetivos horários e extensível aos fim-de-semana.
59. Combater, de forma efetiva, a pobreza, especialmente a infantil.
60. Incentivar uma vida ativa e saudável para todos os cidadãos, nomeadamente através de programas de fomento da atividade desportiva, especialmente escolar.
61. Investir e promover a medicina preventiva, os cuidadores informais e boa gestão das unidades de saúde.
62. Criar um Fundo para o Tratamento do Cancro, com o objetivo de assegurar a todos os cidadãos os últimos avanços disponíveis nos tratamentos, exames e medicamentos oncológicos.
63. Combater o insucesso e abandono escolar, nomeadamente pela introdução de tutores para os alunos, redução dos alunos por turma e intervenção de psicólogos na orientação e avaliação de vocações.
64. Reforçar a autonomia das escolas e a flexibilização curricular, por uma "Escola empreendedora para o mundo digital".
65. Integrar na estrutura das escolas, responsáveis e equipas técnicas que conheçam as necessidades do mercado, planos, metas e objetivos, num quadro de desenvolvimento que venha a ser estabelecido para o modelo português de ensino/aprendizagem (que terá de ter, em simultâneo, objetivos curriculares clássicos e avançados, sobretudo de desenvolvimento das capacidades dos alunos adaptadas ao mundo atual, com prática sobre projetos reais, com uma avaliação feita a partir de uma pirâmide de indicadores objetivos, que vai muito para além dos resultados académicos); e que apoiem o planeamento, a execução e o controlo do novo modelo e que garantam o *coaching* aos professores, que, obviamente, terão de ter as novas atividades planeadas em termos da sua atividade escolar.
66. Rever currículos e valorizar novas aprendizagens, baseado nos critérios de seleção dos exames e dos testes, como paradigmas fundamentais do ensino.
67. Renovar o modelo de ensino/aprendizagem das escolas, preparando-se para criar novas gerações de portugueses munidos de ferramentas capazes de responder de forma cabal às exigências e às condicionantes do futuro, alterando modelos que deram resultado no passado, quando o objetivo da massificação de conhecimentos era uma garantia de sucesso para os alunos na sua vida futura, mas que hoje se encontram manifestamente desfasados de um mundo cada vez mais globalizado e que exige novas competências para responder a novos desafios.
68. Promover a desmaterialização dos recursos educativos e estimular o desenvolvimento de uma indústria de recursos educativos digitais em língua portuguesa, com capacidade de internacionalização, que crie livros digitais inte-

- rativos e objetos de aprendizagem em suportes como: vídeo digital, música, aplicações interativas, interatividade multimédia.
69. Envolver os alunos e os professores no processo de aquisição de conhecimento e de construção de competências, motivando-os através da utilização de conteúdos educativos digitais, mais atrativos e apreensíveis.
 70. Criar um ecossistema digital de recursos educativos, bem como uma comunidade de prática, que agregue os esforços de desenvolvimento de novos recursos educativos digitais, designadamente criados por professores e alunos, e certificados por uma entidade reguladora independente.
 71. Conceber programas e metas educativas pensadas em função dos novos recursos educativos digitais, por forma a gerar maior empatia entre professores e alunos, com o objetivo de criar um ambiente de maior motivação e de estímulo, que desenvolva as competências do Séc. XXI, adaptar os planos curriculares individuais e introduzir nos currículos do ensino básico a educação para o empreendedorismo.
 72. Atingir a meta de **1% do Orçamento do Estado para a Cultura** até ao final da próxima legislatura e crescer gradualmente essa percentagem anualmente.
 73. Implementar um **Plano Nacional das Artes e Cultura** (incluindo teatro, artes plásticas, dança, desenho, conservação e restauro, escrita, etc.) na formação escolar, a par do Plano Nacional do Livro e da Leitura, e criar um **Serviço Nacional Público de Cultura**, estratégico, organizado em rede, incluindo autarquias locais e demais agentes locais, serviços públicos, agentes turísticos, entre outros, em sintonia com uma Rede Nacional de Centros Culturais, em coordenação estreita com as autarquias.
 74. Promover a **autossuficiência alimentar nacional** através de uma Estratégia Nacional de Combate à Importação (apoio à produção nacional de bens e serviços importados).
 75. Proteger a biodiversidade, do ambiente e incrementar a sustentabilidade dos ecossistemas nacionais.
 76. Introduzir um **Programa Nacional de Boa Gestão e Liderança** nas organizações (setor público, privado e social).
 77. Atribuir **incentivos ao microcrédito** para todos, os que o desejam, de modo a alavancar a economia, e disseminar os sistemas de financiamento colaborativo.
 78. Estimular a **transferência direta de apoios públicos às pessoas**.
 79. Promover plataformas digitais online oficial de efetiva promoção do encontro entre oferta e procura, no que respeita a atividades profissionais, em prego e trabalho pontual remunerado.
 80. Elaborar uma **Carta Magna de Direitos e Deveres** que regule e enquadre o âmbito das relações do Estado com as organizações da economia social, tendo em vista assegurar que estas se regem por princípios de transparência, de democraticidade e de sustentabilidade.
 81. Consagrar a representação institucional das organizações da economia social no Conselho Económico e Social.
 82. Introduzir **atividades extracurriculares pagas e subsidiadas nas escolas públicas**, no domínio das línguas, desporto, artes, etc.; desenvolvimento dos denominados soft skills na escola, através de um programa escolar fornecido por empresas privadas a título de voluntariado.
 83. **Promover o voluntariado** nas escolas, não para substituir professores ou auxiliares, mas para levar a cabo tarefas que estes não estão vocacionados para desempenhar (pode ser desenvolvido em domínios como a recolha de fundos para aquisição de equipamentos ou materiais; o auxílio de crianças a atravessar as ruas; a entrega de roupas e outros bens essenciais a famílias de alunos carenciados; promoção da ecologia; desenvolvimento de soft skills); os alunos mais velhos devem ser convidados a participar em ações de voluntariado na escola: (i) dando explicações a alunos mais novos sob orientação de professores; (ii) dirigindo clubes de teatro, dança, debate... também sob orientação de professores, etc.).
 84. Afirmar o modelo social europeu, preservar e aprofundar a sustentabilidade do contrato social, combater a evolução demográfica, *maxime* pela via da natalidade, da família e imigração.
 85. Criar um **Programa Nacional de Erradicação da Pobreza**.
 86. Alargar os regimes específicos de Segurança Social (ex.: artistas).
 87. Restaurar o ensino dual e aposta no ensino técnico e industrial.
 88. Reforçar a autonomia escolar, sobretudo na contratação de professores e reforçar as escolas de resposta ao nível do apoio psicológico, médico, social, entre outros.
 89. Criar um novo programa de aprendizagem ao longo da vida e de formação de adultos (à luz dos princípios das Novas Oportunidades), atribuir qualificações e formações técnicas, graus de técnicos em variadas profissões e estender o âmbito da Iniciativa Novas Oportunidades aos(as) licenciados(as).
 90. Criar a figura do professor(a)/tutor(a) que enquadre um grupo reduzido de alunos(as) em todo o seu percurso escolar.
 91. Reduzir o número de **alunos(as) por turma para um máximo de 15**.
 92. Criar e adequar os mecanismos de formação profissional para reduzir o

desemprego de longa duração.

93. Reforçar a participação dos **pais/encarregados de educação na vida e gestão da escola**.
94. Desenvolver programas de prevenção do risco nas escolas (abuso sexual, sexualidade drogas, outros).

REINVENTAR OS PARADIGMAS, POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS INADEQUADAS À GOVERNAÇÃO, GESTÃO E PROSPERIDADE DA VIDA E ATIVIDADES DOS PORTUGUESES E DO PAÍS!

"Hoje, ainda permanece válida a lição da primeira revolução industrial: a extensão com que a sociedade adota a inovação tecnológica é a principal determinante do progresso."
KLAUS SCHWAB

Políticas públicas a pensar no todo, com todos e no futuro - o futuro é hoje!

Temos o sonho de transformar Portugal no melhor País do mundo, para viver, para trabalhar e para lazer.

Com efeito, queremos Políticas públicas mais inteligentes, rigorosas, transparentes e sustentáveis. Queremos mudar os atuais paradigmas de trabalho e gestão, da economia e da educação e formação. Deste modo, refutamos o atual modelo ineficiente e desajustado de gestão, muito apoiado em mão-de-obra intensiva e indiferenciada, redutor da produtividade e promotor de salários baixos. Ao País não basta mudar de paradigmas de governação e de atuação, pois, tem de adotar uma estratégia mínima para as ameaças e oportunidades que Portugal e o mundo enfrentam (emigração, "fuga de cérebros", envelhecimento populacional, tensão geopolítica, alterações climáticas, desastres naturais, brechas na cibersegurança e infraestruturas e serviços essenciais, crises financeiras, dívidas nacionais elevadas, revolução tecnológica, automação e inteligência artificial, robótica, etc).

O País tem de se preparar minimamente para enfrentar estes desafios, encará-los de forma estratégica e coletiva, sobretudo ao nível da gestão dos recursos públicos, pois tal alinhamento não só o prepara para o futuro imediato, como auxilia e orienta os governos (nacionais, regionais e locais) a delinear políticas públicas mais inteligentes, responsivas, eficazes e maximizadoras de valor acrescentado para toda a comunidade.

Daí a necessidade de antecipar, valorizar e garantir a autossustentabilidade nacional dos recursos públicos e bens mais básicos e valiosos no mundo atual, ou seja, a autossuficiência alimentar; a autonomia energética; o aproveitamento da população envelhecida; a viragem para políticas de prevenção e gestão de risco (saúde, desporto, atividades físicas e de bem-estar); o acesso universal ao conhecimento e competências, bem como a universalidade do acesso à Internet, das aprendizagens de acesso internacional como a língua inglesa, a plataformas eletrónicas e programas de programação e edição, o acesso ao microcrédito, o incentivo ao empreendedorismo, entre outras ignições da libertação de talento e criação de riqueza, são essenciais para o desenvolvimento humano e sustentável, plataforma de prosperidade e crescimento, económico e social, duradouros.

Queremos igualmente uma **Justiça** alinhada com o País, elevada segundo os melhores padrões internacionais, e que corresponda aos desígnios do Estado e às necessidades dos seus cidadãos e populações. Queremos uma justiça que funcione, isto é, que seja célere, comunicativa e não dispendiosa. Dado que o mau funcionamento do sistema de justiça põe em causa o (bom) funcionamento e a qualidade da economia, corroendo a atividade Política e criando graves tensões e problemas na governança e nos agentes do setor. Deste modo, destrói-se os valores de toda uma sociedade, ao se ter um sistema de justiça tão ineficiente, não prestigiado e adverso ao cidadão. De salientar, que nesta premissa, se prejudica a atração de investimento estrangeiro e se contribui para a deslocalização de empresas implantadas no País. Ademais, provoca a insolvência de empresas e de cidadãos, quando estes, por exemplo, não conseguem cobrar o que lhes é devido em tempo útil.

Queremos, pois, uma nação bem governada e melhor gerida por pessoas com qualificações adequadas aos cargos que exercem, promotora de boas lideranças, fomentadora de confiança nas instituições, impulsionadora de excelência das atividades e negócios e respeitadora da defesa dos direitos e deveres dos cidadãos e demais indivíduos e agentes.

Os Portugueses contam, as Políticas contam!

95. Simplificar e eliminar a tramitação processual judicial (os mais simples e de baixo valor devem ser reduzidos a formas orais transcritas ou às fases de articulados, e de decisão, sendo excecionais as demais formas e fases).
96. Implementar um Plano de Combate à Economia "paralela e informal", de combate à fraude e evasão fiscais e recuperação e declaração de contribuições devidas ao Estado.
97. Eliminar os obstáculos legislativos e organizacionais do processo de insolvência e tornar este um instrumento efetivo de reestruturação e recupera-

- ção de empresas.
98. Promover eficazmente a arbitragem, como meio complementar aos tribunais estaduais (*maxime*, possibilitar julgamento de litígios relativos a direitos indisponíveis).
 99. Instituir mecanismos eficazes de colaboração dos Tribunais e das Polícias com os tribunais arbitrais, maior intervenção social e popular.
 100. **Reduzir a Tributação na Justiça**, deixando a mesma de ser dissuasora do recurso à mesma pelos Cidadãos, embora controlando os abusos de litigância.
 101. Criar uma **Carreira de Advocacia Pública**, substituindo o atual sistema de defesas oficiosas.
 102. Instituir a reserva obrigatória de um mínimo de das vagas para Desembargador e para Conselheiro a Juristas de reconhecido mérito, incluindo uma experiência profissional jurídica não inferior a 10 anos para o primeiro caso e de 20 anos para o segundo.
 103. Introduzir disciplinas obrigatórias de **Cidadania e Educação para a Vida**, desde o 2.º Ciclo do Ensino Básico e até final do Secundário, incluindo nelas o estudo da Constituição da República, dos Tratados Europeus e dos Instrumentos Internacionais de Proteção dos Direitos do Homem, questões da Filosofia e Antropologia ligadas ao viver, conviver, respeitar, pensar, trabalhar, educar, amar, entre outros fatores cruciais para o livre e realizado desenvolvimento da personalidade e talento das pessoas.
 104. Incrementar uma economia assente na COMPETITIVIDADE E em CADEIAS-DE-VALOR da pré-produção (I&D, design, canal de vendas) à pós-produção (distribuição, marketing, rede de comercialização).
 105. Centrar a educação e o trabalho nas COMPETÊNCIAS E QUALIFICAÇÕES, orientados para as TICE, multilinguismo, ensino dual, vocacional, técnico e industrial, e na aprendizagem ao longo da vida.
 106. Descentralizar o poder, administração e serviços, e afirmar o nosso território como fator de igualdade e **Empreendedorismo Social**.
 107. Promover a **Governança em Rede e Integrada** de todas as Administrações Públicas;
 108. Criar uma comissão *ad hoc* para a proposição e implementação de eliminação e redução de dos chamados custos de contexto, especialmente no contexto empresarial.
 109. Apostar nacionalmente, como País e marca nacional, Portugal como local de prática e entendimento entre as diversas civilizações e religiões, independentemente da sua raça, nacionalidade, religião, cultura, etnia, etc.
 110. Disponibilizar serviços de design de sites de internet e de tradução dos seus conteúdos para as empresas que pretendem exportar (muitas das nossas PME, mesmo muitas daquelas que exportam, não dispõem de meios financeiros para ter um site de qualidade e muito menos para o traduzir para diversas línguas estrangeiras).
 111. Apoiar a criação de redes de distribuição e venda de produtos portugueses em mercados estrangeiros, viabilizando a chegada dos produtos portugueses aos pontos de venda; e ainda existir apresentação em Portugal de distribuidores e importadores estrangeiros aos produtores portugueses (propõe-se que seja promovida a vinda regular a Portugal de distribuidores e importadores estrangeiros e lhes sejam apresentadas empresas portuguesas para que estas possam começar a exportar ou entrar em novos mercados).
 112. **Valorizar os Portos nacionais e fazer do Porto de Sines um hub** de concentração de carga, completamente automatizado e de baixo custo destinado ao serviço do *transhipment*".
 113. **No domínio da imigração e minorias étnicas:**
 - Avaliar de forma rigorosa e sistemática, no sistema educativo público, a relação entre a inclusão/exclusão social em contexto escolar e os impactos desta no bem-estar e nos resultados escolares, e fomentar uma gestão inclusiva da diversidade em contexto escolar;
 - Identificar Boas Práticas na gestão da diversidade social em contexto escolar;
 - Articular as escolas com a comunidade local por forma a utilizar cidadãos em regime de voluntariado auxiliares nas práticas de assimilação/integração de estrangeiros/imigrantes;
 - (Re)pensar as políticas de realojamento, pois a concentração residencial das populações realojadas aumenta o risco social, e conseqüentemente os custos de segurança (ex., número maior de elementos de forças policiais em alguns bairros críticos) e gera sentimentos negativos em relação ao "outro" (ex., o medo do desconhecido) e a perpetuação de estereótipos em relação a determinados grupos sociais;
 - Melhorar a coordenação e articulação de esforços entre vários agentes privados e públicos: organizações de administração central e local, forças de segurança, organizações da sociedade civil (ex., grupos comunitários), escolas; determinar políticas ativas de formação profissional e medidas de incentivo à criação de empresas e empregabilidade a jovens provenientes de contextos sociais mais vulneráveis, as quais deverão englobar iniciativas de educação-formação, de adaptação de re-
 114. **Ainda para mais desenvolvimento humano e sustentável**, deverá existir maior igualdade na esfera pública e na esfera privada para homens e mulheres, fomentando a partilha de responsabilidade familiar por parte dos pais (aumento da licença da paternidade e da promoção de uma partilha da atual licença de maternidade, reforço de apoios ao trabalho dos pais e no mercado de trabalho; fomentar a governação integrada dos ecossistemas de inovação; criar um regime fiscal atrativo para a criação e valorização de capital intelectual e empresarial e dos clusters ecoinovação, ligado ao desenvolvimento local, regional e nacional; desenvolver a competitividade e diplomacia económica e científica nos mercados de I&D, públicos e privados; apostar nas energias renováveis com políticas inteligentes e de condicionalidade para o interesse público; criar um programa de incentivo ao retorno de emigrantes portugueses altamente qualificados; promover padrões de consumo e de produção sustentáveis; *REFORMULAR*
 115. **Também para o Território, energia e ambiente:** afirmar o território como fator de igualdade social (interior/litoral; bairro social/cidade); valorizar a natureza, biodiversidade, ambiente, ordenamento do território, clima, segurança e sustentabilidade dos ecossistemas nacionais, especialmente associados à criação de riqueza, negócios e desenvolvimento local e regional; apostar na eletricidade verde; proibir o uso de sacos de plástico; privilegiar e incentivar a mobilidade ecológica e os transportes públicos e não poluentes; criar plataformas de participação, queixa e debate de matérias locais, abertas a cidadãos; promover "cidades do conhecimento"; criar pactos para o desenvolvimento urbano; criar pactos de integração e inclusão a aplicar em bairros desfavorecidos; criar um programa de capacitação e recuperação de condomínios e reabilitação urbana; implementar um programa integrado de valorização dos recursos florestais incluindo a componente de prevenção dos principais riscos biológicos, económicos e sociais à sua preservação; criar um sistema de incentivos para atividades, fomento da economia e fixação de pessoas em zonas rurais e no interior; promover uma estratégia para Portugal ser um dos Países líderes da UE na Indústria Verde, aumentando o peso desta na economia, emprego e investimento público, bem como as exportações industriais verdes; triplicar o investimento em I&D em energia ambiente total de despesa em I&D; instituir mecanismos e ferramentas de promoção da auditoria e controlo ambiental nos serviços e empresas.
 116. **Ainda para a Saúde:** implementar uma gestão integrada das unidades de saúde com participação das comunidades e autarquias; informação clínica integrada e partilhada, a nível regional e nacional; isentar de taxas moderadoras os pacientes reencaminhados pela linha Saúde 24 ou por unidades de saúde; institucionalizar e regular a figura do cuidador; instituir o acompanhamento remoto dos doentes por médicos e unidades de saúde.
 117. **Ainda para a Justiça:** fazer cumprir as recomendações GRECO para os atores da justiça; exercício efetivo e obrigatório pelo Ministério Público da ação popular, especialmente quando lhe é comunicada pelas autoridades com poderes de supervisão, regulação, inspeção... a existência de violação de interesses difusos, de interesses coletivos ou de interesses individuais homogêneos.
 118. **Ainda para a Defesa e Segurança:** promover a arbitragem; criar um programa nacional, efetivo e amplamente divulgado de "proteção de testemunhas"; alargar a presença da PSP a todo o território nacional; reforçar o sistema de proteção e garantias jurídicas (incluindo judiciais) e administrativas dos denunciantes (*whistleblowers*).
 119. **Ainda para o setor da Banca e Seguros:** instituir a obrigatoriedade de as associações de defesa dos consumidores de serviços financeiros passem a ter assento nos órgãos de gestão dos bancos; obrigatoriedade de os bancos disporem de serviços internos independentes e de recorrerem a serviços externos de investigação de fraudes; regulação europeia (e nacional) reforçada dos *hedge funds*, no âmbito da supervisão dos bancos centrais e dos reguladores dos mercados de capitais, o mesmo sucedendo com quaisquer sociedades ou organismos de investimento coletivo dedicados especificamente à obtenção de fundos e à realização e gestão de investimentos.

QUARTO: RECENTRAR E FAZER PROSPERAR PORTUGAL, NA EUROPA E NO MUNDO

"Conhecer não é demonstrar nem explicar, é aceder à visão"
ANTOINE SAINT-EXUPÉRY

Precisamos de reforçar a nossa influência, capacidade e coordenação, de modo a que possamos aprofundar a integração dos portugueses na Europa e recentrar Portugal no mundo. Queremos que Portugal seja um País exemplar na criação e na maximização de riqueza e na criação de valor-acrescentado. Potenciando a nossa privilegiada localização intercontinental e o estratégico posicionamento Atlântico, que tantos resultados nos permitiu alcançar no passado. Portugal tem de funcionar como um eixo intercontinental, como uma plataforma giratória de pessoas e bens no Espaço Económico Europeu (EEE) e na triangulação Europa/América/África.

O PAÍS CONTA, A EUROPA CONTA, O PLANETA CONTA!

120. Definir um desígnio e estratégia nacional que permita tornar Portugal num *hub* da globalização e TICE (mobilidade, nuvem de informação, exploração da inteligência nas redes de comunicações, competitividade e modernização dos serviços, tecnologia, robótica e inteligência artificial), como centro de interligação mundial de infraestruturas de redes de comunicações e tecnologias de informação e comunicação, para atrair empresários e empreendedores, serviços, fornecedores e investimentos, inovação e competitividade à escala global, envolvendo todos os atores da economia e sociedade.
121. Liderar, ao nível mundial, a **NOVA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL 4.0** (organização em rede, estabelecendo parcerias com empresas de base tecnológica e instituições de ensino superior, tendo em perspetiva melhorar as suas estruturas de produção e comercialização e apostar em cadeias-de-valor globais).
122. Apostar na **Autonomia Energética Nacional** e incentivar a eficiência energética nas residências, casas, edifícios e demais equipamentos, públicos e privados, comerciais e industriais.
123. Criar um **Ministério da Diáspora, da Língua Portuguesa e da Globalização**, uma rede económica, via diáspora, integrando o eixo diplomático e fazer do português língua oficial da ONU (e de todas as organizações internacionais em que o País participe) uma luta e uma questão de Interesse Nacional.
124. Tornar **Portugal num "Paraíso" para o empreendedorismo e empreendedores** e negócios de criação de valor e riqueza coletiva, associada ao desenvolvimento humano, local e regional.
125. Promover uma **Plataforma para a Internacionalização do setor das TICE**.
126. Promover **Políticas de Dados Abertos Públicos**, por todas as administrações públicas, de forma a induzir e ecossistemas de investigação, inovação, iniciativa e empreendedorismo económico e social.
127. Criar um **Tribunal Internacional para Dirimir Litígios entre Investidores e Estados da CPLP, no âmbito da CPLP**, para dirimir litígios entre investidores e os Estados da CPLP.
128. Disponibilizar online uma **Enciclopédia da Língua Portuguesa**, feita por peritos e para leigos, incluindo crianças e pessoas portadores de deficiência, com conteúdos educativos e criativos, que venha a constituir uma obra de referência mundial para todas as culturas e nações.

Especialmente na União Europeia:

129. **Combater o défice democrático (e fiscal) europeu**, sobretudo pelo reforço da democracia nas instituições europeias, do especial escrutínio dos cargos não eletivos, colocando-os sob a direta dependência do Parlamento Europeu, e definir um conjunto de regras democráticas concretas e comuns a todos os estados e serviços públicos.
130. Promover e intervir ativamente na criação do Fundo Monetário Europeu na **reforma institucional da Zona Euro**, nomeadamente com a promoção de políticas comerciais justas nos diversos Estados-Membros.
131. Promover a definição de uma base de **direitos sociais europeus mínimos** (direito a descanso semanal, direito a férias pagas, direito a subsídio de desemprego, direito a uma remuneração mínima).
132. Promover a proibição europeia de investimento ou financiamento de empresas que não respeitem as regras ambientais, fiscais, laborais e de transparência mínimas.

133. Criar **agências europeias de rating ambiental, fiscal, social e de transparência**.
134. Promover a **Ação Popular Europeia**, particularmente como a atribuição ao Tribunal de Justiça e a concessão dessa legitimidade ao Advogado Geral e a associações de cidadãos.
135. Comunitarizar as Políticas de apoio aos desempregados e criar um Rendimento Mínimo Europeu.
136. **Rever a cega e quantitativa "regra de ouro" do Tratado Orçamental**, onde os défices estruturais anuais não podem ser superiores a 0,5% do PIB para Países como Portugal que têm a dívida pública > 60% do PIB (nos restantes casos o défice estrutural não deve ser superior a 1%), sem alienação de qualquer responsabilidade financeira nos termos do Direito aplicável.
137. **Alterar os Estatutos do Banco Central Europeu** (que apenas contém como objetivo a estabilidade de preços com uma taxa de inflação abaixo, mas próxima, de 2%) para incluir como objetivo a manutenção de um nível elevado de emprego e do crescimento económico (ou atividade económica forte); adicionalmente, o BCE deveria poder financiar diretamente os Países da Área do Euro (com a devida regulamentação), por forma a que cada País não fique à mercê dos mercados e das agências de rating.

RENOVAÇÃO DOS COMPROMISSOS

"O futuro invade-nos... com o objetivo de se transformar em nós antes mesmo de acontecer"
RAINER MARIA RILKE

O futuro depende de nós e nunca é demais repetir aquilo em que acreditamos. Por isso, são nossos **propósitos, propostas e compromissos**, através de um CHOQUE DEMOCRÁTICO e de um PROGRAMA ESTRATÉGICO PARA A NAÇÃO E GOVERNAÇÃO:

- **REINVENTAR A GOVERNAÇÃO DO PS E UNIR O PARTIDO**, especialmente, para (i) combater a impotência não democrática dos militantes, (ii) mudar para um **novo paradigma de vivência e convivência partidária** ético, responsivo, aberto, produtivo, inovador, eletivo, funcional e operativo, da base para o topo decisório, (iii) tornar o PS adequado e elevado à vida e aspirações das pessoas, à **confiança dos cidadãos na Política** e nas instituições políticas e públicas nacionais, e à resposta e solução de problemas sociais e económicos complexos (pobreza, desemprego, demografia, direitos humanos, emigração, transformação tecnológica, alterações climáticas), (iv) **regenerar a vida Política e partidária**, renovar os políticos, o sistema e cultura políticos e práticas políticas, com ética, transparência e prestação de contas.
- **REINVENTAR A POLÍTICA E AS POLÍTICAS**, particularmente, para (i) **reformar as atuais reformas**, (ii) garantir o **primado da felicidade, da prosperidade, da ética e do desenvolvimento humano, social, económico e cívico do País**, (iii) potencializar a coesão, igualdade, mobilidade e responsabilidade social, (iv) avançar-se para uma nação vanguardista no desenvolvimento sustentável, na criação, valorização e libertação de valor e riqueza humana, económica, social e comunitária, (v) uma nação pioneira na adoção de novos paradigmas do trabalho, do conhecimento, da educação, da saúde, do desporto, da cultura, do mercado e da tecnologia, (vi) uma **nação da boa governação** e gestão, inovadora nas políticas e instituições públicas e privadas de qualidade e prestígio, centradas na criação e transferência do capital humano, social, tecnológico.
- **RECENTRAR E FAZER PROSPERAR PORTUGAL, NA EUROPA E NO MUNDO**, nomeadamente, para (i) valorizar, capacitar e maximizar os atuais e potenciais recursos próprios do País, do Estado e Administração, (ii) afirmar Portugal como uma nação autossustentável e líder na transformação digital, tecnológica e da 4.0 revolução industrial, (iii) criar um país "amigo" do empreendedorismo, (iv) promover uma Europa como pátria dos direitos civis e dos direitos sociais (tal como os EUA são a terra da liberdade) e assim difundir o modelo económico-social, (v) (vi) promover unidade e razão de ser ao projeto europeu e permitirá melhor integração dos imigrantes, (vii) impulsionar uma **reforma democrática interna da EU**, (viii) melhorar o aproveitamento das vantagens comparativas em face dos demais Estados Membros da UE, ao serviço da economia e da sociedade, dos agentes económicos e sociais, e (ix) ser **um País com uma economia de alto valor-acrescentado**, associada ao aumento da riqueza nacional, regional e local. ■

MOÇÃO B

GERAÇÃO 20-30

1.º SUBSCRITOR: ANTÓNIO COSTA

INTRODUÇÃO

O XXII Congresso do Partido Socialista ocorre a um ano e meio do final desta legislatura, num momento em que o Governo do Partido Socialista está em plena execução do seu programa do Governo e tem muito trabalho pela frente. Ao mesmo tempo, este é o momento certo para iniciar a preparação do próximo ciclo. Um ciclo que será marcado por eleições para o Parlamento Europeu, em maio de 2019, pelas eleições para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira e para a Assembleia da República, também em 2019.

Um dos fatores que contribuiu para o sucesso da governação do PS foi a forma como preparámos as nossas bases programáticas: um processo de discussão aberta ao exterior, participada no seio do Partido Socialista e que recolheu contributos dos mais variados setores. A forma como construímos os documentos estratégicos - a "Agenda para a Década", o cenário macroeconómico "Uma década para Portugal" e, depois, o Programa Eleitoral do PS - traduziu-se em bases programáticas sólidas que nos têm guiado durante estes dois anos e meio de governação.

Se hoje o PS se pode orgulhar de dizer "prometemos, cumprimos", é por termos tido o cuidado de preparar bem, com rigor e ambição, os compromissos que assumimos com os portugueses. Há quatro anos, iniciámos esse caminho com a Agenda para a Década. Agora retomamos essa visão estratégica para a preparação do novo ciclo.

É essa a proposta que se faz nesta Moção de Orientação Estratégica: olhar para o médio e longo prazo, para as grandes questões estratégicas que se colocam ao País. Propomos que nos concentremos em quatro desafios fundamentais:

- as alterações climáticas;
- a demografia;
- a sociedade digital;
- as desigualdades.

O título da moção - Geração 20/30 - tem um duplo sentido: o sentido de ser o horizonte entre 2020 e 2030, a próxima década; mas também um desafio geracional, porque as grandes questões que selecionamos são, em grande medida, desafios para a geração 20/30. Não significa que estes não sejam desafios já do presente, mas a nossa geração tem como missão, sobretudo, preparar o País para que esta geração 20/30 possa viver todas as oportunidades para se realizar plenamente.

O PS apresenta-se aos portugueses neste novo ciclo depois de dois anos e meio de uma governação de sucesso, que permitiu melhorar a vida dos portugueses, a economia e o emprego, restabelecer a confiança e a esperança no futuro. A governação do PS mostrou que era mesmo possível virar a página da austeridade, honrar a palavra dada aos portugueses e respeitar os compromissos internos e internacionais. Uma governação que, a respeitar os seus compromissos, tem resultado num aumento da confiança dos portugueses na democracia e nas instituições.

Está, no essencial, cumprido com êxito o programa de recuperação de rendimentos e da confiança, da economia e do emprego, bem como das finanças públicas e da credibilidade internacional do país. Agora, desenha-se um novo ciclo na sociedade portuguesa. E o novo ciclo tem de ser o da consolidação desta recuperação e, sobretudo, o de garantir a sustentabilidade deste trajeto virtuoso no longo prazo. É para este desígnio que concorrem as quatro prioridades estratégicas identificadas.

O PS apresenta-se a este novo ciclo com a tranquilidade e a transparência de quem fez escolhas claras e as assumiu nos momentos certos perante o país. Em todos os documentos estratégicos do caminho que percorremos estava bem expressa a recusa em ficar limitado pela estreiteza das escolhas do passado.

1. UM PARTIDO FORTE E DINÂMICO PARA CONSTRUIR O FUTURO

O PS teve desde o seu último congresso uma grande vitória nas eleições regionais dos Açores e a sua maior vitória eleitoral de sempre nas eleições autárquicas de 2017. Estas vitórias só foram possíveis por termos um partido forte, dinâmico e modernizado.

É da maior importância acompanhar a atividade que temos no governo com a atividade do partido a todos os níveis, ao nível federativo, ao nível concelhio e ao nível das secções. Só um partido vivo assegura a correta e adequada ligação

permanente entre a sociedade na sua diversidade e de todos aqueles que exercem funções em nome do Partido Socialista. Seja numa freguesia, seja num município, numa região autónoma, no Governo ou na Assembleia da República, é fundamental para o nosso trabalho termos um partido vivo, aberto e em contacto permanente com a sociedade, e que não seja uma correia de transmissão do Governo, da Câmara ou da Freguesia, mas a voz participada dos cidadãos. E foi por isso fundamental a existência, pela primeira vez, de uma figura prevista nos estatutos: o Secretário-Geral Adjunto.

Para preparar o próximo ciclo eleitoral:

- Realizaremos uma Convenção Nacional em janeiro de 2019 para construir uma plataforma vencedora, assente nos valores que unem a Europa e Portugal, para as eleições para o Parlamento Europeu. Para enfrentar este desafio contamos com todos os socialistas e com todos os portugueses.
- Em junho de 2019 realizaremos uma Convenção Nacional para a aprovação do Programa Eleitoral do Partido Socialista. Até lá, o Gabinete de Estudos deve preparar o Programa, em permanente diálogo com diferentes setores da sociedade e com todas as estruturas do PS. Esse trabalho deve partir destas áreas estratégicas para o futuro do país e deve permitir ao PS apresentar-se às próximas eleições legislativas, à semelhança do que aconteceu há dois anos e meio, com bases programáticas sólidas, com um Programa com objetivos claros e compromissos ambiciosos.

As autonomias regionais dos Açores e da Madeira são uma marca do Portugal democrático. A consagração de órgãos de governo próprio nas regiões autónomas (RA) dos Açores e da Madeira constituiu o maior sinal de respeito e confiança de todo o Portugal pelas realidades insulares.

Se é verdade que o aprofundamento das autonomias regionais não é património exclusivo de ninguém, é justo reconhecer no PS a força partidária que ao longo da nossa história democrática mais contribuiu para esse aprofundamento: nas sucessivas revisões constitucionais; na aprovação dos estatutos político-administrativos das RA, na normalização do relacionamento financeiro entre o Estado Central e as Regiões Autónomas.

No ano de 2018, realizar-se-ão eleições legislativas regionais na Região Autónoma da Madeira. A expectativa do PS é oferecer uma solução de governo estável e duradoura aos madeirenses, em consequência de um projeto político abrangente envolvendo a sociedade madeirense.

2. O PROJETO GOVERNATIVO DO PS: CUMPRIR AS PROMESSAS, ALCANÇAR OS RESULTADOS, REAVER A CREDIBILIDADE DO PAÍS

Ao longo destes dois anos e meio fomos capazes de construir uma alternativa que provou ser estável e coerente, que rompeu o conceito de "arco da governação" e acabou com o tabu das soluções governativas com apoio maioritário da esquerda, assim enriquecendo a nossa democracia.

Ao longo destes dois anos e meio o Governo do PS foi cumprindo os compromissos que assumiu no seu Programa Eleitoral, primeiro, e no Programa do Governo, depois, nas diferentes áreas.

Cumprimos a promessa de **repor os rendimentos e quebrar o ciclo de empobrecimento**, com a reposição dos salários da Administração Pública, com o aumento do salário mínimo nacional (que cresceu 15% em termos nominais, 11% em termos reais), com a reposição da atualização regular das pensões, com a eliminação da sobretaxa de IRS e da CES, que foi aplicada aos pensionistas pelo Governo da direita, e com o alívio do IRS para a classe média com a criação de novos escalões.

Cumprimos o compromisso de garantir **maior justiça fiscal**, com a substituição do quociente familiar de 2015 pela dedução fixa por filho, com a recuperação da cláusula de salvaguarda do IMI e a garantia de impenhorabilidade da casa de morada de família, com a revogação da isenção de IMI e IMT para fundos de investimento e a introdução do adicional ao IMI para património de elevado valor; aumentámos a derrama para empresas com lucros superiores a 35 M€.

Cumprimos nas **políticas de coesão social** com que nos comprometemos no Programa Eleitoral com que nos apresentámos às eleições legislativas de 2015, através do aumento dos mínimos sociais (CSI, RSI) e do reforço do Abono de Família, da criação da Prestação Social para a Inclusão (para pessoas

com deficiência), da automaticidade da Tarifa Social de Energia para utentes economicamente vulneráveis e do lançamento de um mecanismo que permite a aplicação da Tarifa Social da Água por parte dos municípios e, nas pensões, com o aumento extraordinário das pensões mais baixas e a valorização das carreiras mais longas no cálculo das pensões.

Recuperámos o equilíbrio financeiro do regime previdencial da Segurança Social, eliminando em dois anos a necessidade de transferências excecionais do orçamento do Estado para a Segurança Social. Em conjunto com este reequilíbrio criaram-se novas fontes de financiamento da Segurança Social (consignação do adicional ao IMI e de um valor percentual do IRC). Este conjunto de mudanças veio melhorar de forma significativa a sustentabilidade de longo prazo da Segurança Social.

Cumprimos na prioridade dada à **criação de emprego e à dignificação das relações laborais**. Nos últimos dois anos foram criados 288 mil empregos, a proporção de vínculos sem termo no total da população empregada aumentou e o salário mínimo subiu de 505 euros para 580 euros, devendo atingir os 600 euros em 2019. Houve um diálogo permanente com os parceiros sociais nas diferentes áreas da governação e em particular na concertação e, em clara rutura com o ciclo político anterior, foi assumida uma política de estímulo à negociação coletiva, que ultrapassou em 2017 os 800 mil abrangidos. Foram repostas as 35 horas na Administração Pública, foi revogado o regime de requalificação na Administração Pública, iniciou-se o descongelamento das carreiras da função pública e está em curso um programa para acabar com os vínculos precários e ilegítimos no Estado, fazendo corresponder a um posto de trabalho permanente um vínculo permanente. Eliminou-se o corte de 10% no subsídio de desemprego a partir do 6.º mês e aprovou-se um regime de acesso a reformas antecipadas por trabalhadores com longas carreiras contributivas e que tenham começado a trabalhar entre os 12 e os 14 anos. Estão a ser reforçados os quadros e os meios ao dispor da Autoridade para as Condições do Trabalho para garantir uma mais efetiva capacidade de atuação. Mais recentemente, foram submetidas à apreciação da concertação social um conjunto de medidas para reduzir a precariedade e para valorizar a contratação coletiva, reservando o instrumento do banco de horas para as convenções coletivas. Também na **aposta na escola pública e no reforço do SNS** o Governo cumpriu os seus compromissos eleitorais. Na educação, os manuais escolares são gratuitos para alunos do 1.º ciclo, lançámos o programa de combate ao insucesso escolar, as tutorias no ensino básico e a flexibilização pedagógica na gestão dos currículos e estamos a concretizar a universalização do ensino pré-escolar. Na saúde, melhorámos o acesso com a redução dos valores das taxas moderadoras, com o alargamento da população abrangida por médico de família, com a abertura de novas USF e com o aumento das camas em cuidados continuados. Reforçámos significativamente os recursos humanos no SNS. Melhorámos a qualidade, com a introdução de cuidados de saúde oral e visual nos cuidados de saúde primários, o lançamento da construção de novos hospitais e mais consultas e mais cirurgias no SNS. Garantimos a transparência, com a introdução da liberdade de escolha dentro do SNS e a criação do Portal do Serviço Nacional de Saúde.

Estamos a cumprir o relançamento da **aprendizagem ao longo da vida**, tendo sido criado o Programa Qualifica para recuperar a formação e qualificação de adultos abandonadas pela direita, já com mais de 165 mil inscritos, bem como o Programa InCode2030, para melhorar de forma articulada as competências digitais em todos os públicos, dos mais desfavorecidos aos mais qualificados, em todos os níveis de ensino e na formação profissional, e nos centros de investigação e universidades.

Cumprimos no reforço do investimento em Ciência e em Tecnologia. Aprovámos um regime de contratação de doutorados promovendo o rejuvenescimento dos recursos humanos do sistema científico nacional. Promovemos a colaboração na investigação aplicada entre instituições de ensino superior e empresas através dos Laboratórios Colaborativos. Aumentámos o número de vagas no Ensino Superior e reforçámos a Ação Social Escolar para uma maior democratização da formação superior. Apostámos na formação avançada aumentando o número de bolsas de doutoramento concedidas. Garantimos a instalação nos Açores do AIR Centre, Centro Internacional de Investigação do Atlântico, orientado para a investigação oceânica e do clima.

Cumprimos no propósito de **relançar o crescimento, dinamizar a economia** e apostar no conhecimento. Acelerámos a execução dos fundos comunitários que se encontravam estagnados, tendo atingido o montante de mais de 1300 milhões de euros pagos até ao final de dezembro de 2017. O Programa de Desenvolvimento Rural já efetuou mais de 1100 milhões de euros de pagamentos, tendo 2016 sido o melhor ano de sempre em termos de candidaturas aprovadas.

Promoveu-se a melhoria da **situação financeira das empresas** com a criação do Programa Capitalizar. Foram aprovadas mais de 50 medidas de simplificação administrativa, de fiscalidade, de estruturação empresarial, de alavancagem de financiamento e investimento e medidas de dinamização do mercado de capitais. Reduzimos o IVA da restauração dinamizando um setor que é um forte gerador de emprego. Reduzimos o montante do Pagamento Especial por

Conta aliviando a tesouraria das pequenas e médias empresas. Foi eliminado o IVA alfandegário melhorando de forma significativa a tesouraria das empresas importadoras e que são muitas vezes também elas exportadoras.

Foi criado o programa StartUp Portugal para promover o dinamismo empreendedor e foi criado o Programa Indústria 4.0 para a digitalização da economia, elevando as competências das empresas e dos seus recursos humanos. Foi criado o Programa Interface, que reforçará a ligação das estruturas de produção de conhecimento à indústria, promovendo a inovação e a transferência de tecnologia, aumentando por esta via a competitividade das empresas portuguesas. Na área do Mar, foi lançado o Fundo Azul, já com 70 M€ de investimento proposto, e está em curso a Estratégia para a Competitividade dos Portos. Cumprimos no propósito de **estabilizar o sistema financeiro**, que irresponsavelmente o governo anterior deixou debilitado. Fizemos a recapitalização da Caixa Geral de Depósitos em condições de mercado, eliminando as pressões para a sua privatização. Foram criadas condições à recapitalização do sistema financeiro adequando o prazo de pagamento do empréstimo do Fundo de Resolução. Concretizámos a venda do Novo Banco, apesar das condições desvantajosas deixadas por uma resolução decidida em 2014.

Cumprimos ao retomar a modernização do Estado e a simplificação administrativa e no alargamento dos serviços prestados aos cidadãos e às empresas. O *Simplex* voltou com mais de 200 medidas de simplificação em implementação, entre as quais o IRS Automático que permitiu reduzir de 30 para 12 dias o prazo de reembolso. Foram abertas mais 17 Lojas do Cidadão e os seus serviços foram expandidos a mais de 229 Espaços do Cidadão, alargando assim a rede de serviços de proximidade prestados pelo Estado. Foi iniciado um processo abrangente de revisão da despesa pública que permitirá poupanças e melhorias de desempenho dos serviços públicos centralizando procedimentos de aquisição. Estamos em vias de concluir a aprovação na AR dos diplomas fundamentais e de finalizar a negociação com a ANMP e com a ANAFRE sobre os diplomas setoriais que concretizam o mais profundo processo de descentralização, que definimos desde o início como a pedra angular da reforma do Estado. Cumprimos ao assumir uma **nova atitude na Europa** adotando uma posição de negociação ativa junto das instituições europeias. Foi desta forma que Portugal conseguiu anular as sanções por incumprimento da meta do défice orçamental entre 2013 e 2015 e foi também desta forma que os Orçamentos do Estado para 2016, 2017 e 2018 foram aceites apesar do reconhecimento de uma alteração de políticas. Mas Portugal provou também que a nova política proposta não só não era incompatível como até promovia a consolidação orçamental e, por isso, saímos do Procedimento por Défices Excessivos e da classificação de país com desequilíbrios macroeconómicos. O reconhecimento da credibilidade de Portugal é evidente e traduz-se no papel ativo nas discussões europeias, nas mudanças de *rating* da República, e também na eleição do ministro das Finanças português para a presidência do Eurogrupo. Estamos na linha da frente das reformas europeias, de que é exemplo a contratualização com a Comissão Europeia do projeto-piloto de reformas para a qualificação de adultos.

Cumprimos ao garantir o interesse público nos setores estratégicos. Revertimos a concessão ilegal dos transportes públicos urbanos e municipalizámos o transporte rodoviário aproximando a gestão do interesse das populações por eles servidas. Promovemos o regresso do investimento no setor, recuperámos muitos dos passageiros perdidos nos anos do governo da direita e melhorámos e aumentámos a oferta. Garantimos o controlo público da TAP através de um acordo com os acionistas que reservou ao Estado metade do capital da transportadora aérea nacional. Cumprimos ao garantir o interesse público nas rendas do setor energético.

Cumprimos na **valorização do território** e na prioridade dada aos territórios de baixa densidade. A Unidade de Missão para a Valorização do Interior desenvolveu o Programa Nacional para a Coesão Territorial que identifica 164 medidas para ajudar ao desenvolvimento do interior e contrariar a tendência de desertificação dos últimos anos. De entre as medidas destacam-se um quadro fiscal mais favorável, incentivos à fixação de médicos no interior, apoio à mobilidade geográfica de desempregados, instalação de serviços públicos, medidas de alargamento da mobilidade e outras medidas de discriminação positiva. Cumprimos ao devolver serviços públicos judiciais a territórios que tinham sido privados de tribunais por decisão do governo PSD/CDS.

Cumprimos ao apresentar em outubro de 2016 um conjunto alargado de medidas que constitui uma verdadeira **reforma da floresta em Portugal**. Submetemos os diplomas a uma consulta pública de três meses para garantir a máxima participação e envolvimento. Foram tomadas medidas no âmbito da titularidade da propriedade florestal com a implementação de um Sistema de Informação Cadastral e a dinamização de um Fundo de Mobilização de Terras. Foram tomadas medidas no domínio da gestão e do ordenamento florestal como a simplificação da constituição de Zonas de Intervenção Florestal e a instituição de incentivos e isenções fiscais aplicáveis às Entidades de Gestão Florestal. Foram tomadas medidas de defesa da floresta como a criação do Programa Nacional de Fogo Controlado e a revisão do regime jurídico das ações de arborização, travando a expansão da área de eucalipto.

Cumprimos na construção de uma **sociedade mais igual**. Cumprimos na eliminação da discriminação na adoção por casais do mesmo sexo e no alargamento do recurso à Procriação Medicamente Assistida. Cumprimos ao restabelecer o respeito e dignidade das mulheres portuguesas revogando as leis que alteraram o acesso à IVG, salvaguardando a saúde sexual e reprodutiva. Aprofundámos as medidas de promoção de igualdade entre homens e mulheres introduzindo quotas de género nos órgãos de administração das empresas cotadas e no setor público empresarial. Apresentámos uma proposta de lei para promover um combate eficaz às desigualdades remuneratórias entre homens e mulheres. Aumentámos o patamar mínimo de representatividade de género nas listas eleitorais de 33% para 40%. Aprovámos medidas para estabelecer a representação equilibrada no pessoal dirigente e nos órgãos da Administração Pública com um patamar mínimo de 40%. Cumprimos na disponibilidade manifestada aos nossos parceiros europeus para receber em Portugal um número de refugiados superior à quota estabelecida no contexto do êxodo da guerra síria. Aprovámos a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação que define, até 2030, orientações e medidas de política pública nos domínios da igualdade entre mulheres e homens, da prevenção e combate à violência contra as mulheres, violência doméstica e discriminação em razão da orientação sexual, da identidade de género e características sexuais.

Cumprimos também na **aposta na Cultura**, cuja criação do ministério foi acompanhado de uma política de investimento. Investimento com a não alienação da coleção Miró que, numa lógica de desconcentração, ficou sediada no Porto. Investimento na aquisição de seis obras da pintora Vieira da Silva para ficarem sediadas na fundação com o seu nome. Investimento com a criação do Programa Revive que recupera património imobiliário histórico, valorizando ainda o seu potencial turístico. Investimento no reforço do apoio às artes com um crescimento de 79% no período 2018-2021 face ao período precedente. Investimento com a gratuidade da entrada nos museus e monumentos nacionais aos domingos e feriados.

Cumprimos na promoção da **sustentabilidade ambiental**, vinculando o país ao ambicioso Acordo de Paris, aumentando de forma expressiva a potência instalada em energias renováveis, incluindo a aprovação de uma estratégia para as energias renováveis oceânicas. Cumprimos retomando a aposta na mobilidade elétrica com incentivos à aquisição de veículos elétricos e com um ambicioso programa de renovação das frotas dos transportes públicos urbanos. Aprovámos o novo estatuto jurídico dos animais, no qual se reconhece a natureza de seres vivos dotados de sensibilidade. Aprovámos o fim gradual da isenção de pagamento de ISP pelas centrais de produção de energia elétrica a partir do carvão e regulámos a atividade de transporte em veículo descharacterizado. Aprovámos um plano de ação para a economia circular, elemento essencial para promover a dissociação entre o crescimento económico e o aumento do consumo de recursos.

Cumprimos na apresentação de uma **Nova Geração de Políticas de Habitação** que terá um Programa de Arrendamento Acessível para as classes médias com dificuldades de acesso ao mercado, um Programa de Apoio ao Acesso à Habitação que pretende assegurar uma habitação digna e adequada a agregados familiares em situação de grave carência habitacional. Foi dinamizado o Fundo Nacional para a Reabilitação do Edificado, que será mobilizado para o Programa do Arrendamento Acessível. Foi aprovado um incentivo fiscal ao arrendamento de longa duração e criado um seguro de renda para minimizar a insegurança dos arrendatários e, assim, facilitar o acesso ao arrendamento. Alargámos as condições de acesso e os montantes afetos ao Programa Porta 65 possibilitando o acesso à habitação a mais jovens durante um período de tempo mais alargado.

Cumprimos e estamos a cumprir tudo aquilo com que nos comprometemos perante os portugueses e perante os nossos parceiros parlamentares. E se hoje os resultados são melhores é porque boas políticas dão bons resultados. Em pouco mais de dois anos foram criados 288 mil empregos. Sempre dissemos que não haveria boas contas públicas sem um bom desempenho económico e a criação de emprego é ilustrativa. Menos 450 milhões de euros em subsídios de desemprego e mais 1600 milhões de euros em contribuições foram decisivos para que alcançássemos o menor défice da nossa democracia: 0,92% do PIB em 2017.

É inquestionável que a política de devolução de rendimentos levou a um aumento da confiança que deu um impulso decisivo à recuperação da economia. O crescimento de 2,7% do PIB registado em 2017 foi o maior deste século, o rendimento real das famílias aumentou 4,7% em dois anos, o investimento cresceu 9,1% em 2017 e há hoje menos 80 mil pessoas em situação de pobreza.

Não criámos só mais emprego como criámos melhor emprego. Apesar de Portugal ter ainda um peso de vínculos precários superior à média europeia, nos últimos dois anos o peso da contratação permanente na população empregada aumentou. Mais de 40 mil pessoas que estavam empregadas a tempo parcial involuntariamente encontraram um emprego a tempo completo. O dinamismo do mercado de trabalho permitiu recuperar 45 mil desencorajados para a população ativa. Há hoje menos 200 mil desempregados, dos quais 150 mil de-

sempregados de longa duração.

As desigualdades caminham para atingir os níveis mais baixos de sempre depois dos sérios agravamentos verificados no ciclo político anterior, ainda que a sociedade portuguesa persista mais desigual que a média da União Europeia. Temos hoje mais e melhores serviços públicos. Há hoje mais 7900 profissionais de saúde no Serviço Nacional de Saúde, correspondendo a um crescimento de 6,3%, houve um aumento da atividade global no SNS, uma expansão da Rede de Cuidados Continuados Integrados e reduziu-se a despesa das famílias com saúde. Nos transportes públicos urbanos a aposta do governo já resultou num reforço de 3% dos recursos humanos, um aumento de 9,1% de passageiros, um crescimento de 6,3% da oferta e o investimento até 2019 vai quadruplicar o realizado na legislatura anterior. Na educação temos hoje mais 7000 professores, mais 2500 assistentes operacionais e está em curso um investimento de mais de 230 milhões de euros na requalificação de mais de 200 escolas.

3. CONSTRUIR O FUTURO: UM PROJETO DE GERAÇÃO

As próximas décadas confrontam-nos com um mundo em mudança acelerada. Os desafios estratégicos que selecionámos interpelam-nos quanto ao que podemos fazer hoje para minimizar o impacto da mudança que se avizinha. As mudanças nunca são plenamente positivas ou negativas, mas a velocidade e intensidade a que se processam gera uma natural insegurança. É para reduzir essa insegurança, para maximizar as virtualidades e para potenciar as oportunidades que é crítico pensar as políticas que poderemos implementar no médio prazo para melhor preparar as futuras gerações para estes desafios estratégicos.

O facto de encararmos estes desafios como geracionais não significa que não sintamos já hoje os seus efeitos. O desafio das alterações climáticas vivemo-lo no nosso dia-a-dia, como mostra a seca extrema dos últimos meses e a devastação provocada pelos incêndios florestais do verão passado.

Sabemos que o mundo se comprometeu no Acordo de Paris a não permitir um aumento de mais de 2 graus da temperatura. E sabemos também que mesmo que esse objetivo seja cumprido o número de dias de calor extremo irá quintuplicar. Significa que as situações de risco vão ser cada vez maiores, traduzindo-se de forma dramática na quantidade e na qualidade da água disponível, nas condições dos nossos solos e no que será a capacidade de a humanidade se alimentar. Colocam-se, assim, imensos desafios do ponto de vista da mitigação, seja na gestão da água, seja na produção e no consumo energético, seja na forma como gerimos o nosso território.

O desafio demográfico é também central para o nosso futuro. O índice de envelhecimento de Portugal em 1990 era de 68,1, em 2000, dez anos depois, já tinha subido para 100,6, e há dois anos em 2016 já se situava em 150,9. A manter-se a atual dinâmica, a população de Portugal vai reduzir-se de 10 milhões de pessoas para 7 milhões de pessoas. É a sustentabilidade da nossa sociedade que é questionada por esta dinâmica demográfica, tornando urgente contrariá-la, mesmo que apenas mitigando as suas principais determinantes. O desafio demográfico interpela-nos em diferentes dimensões, desde como garantir a sustentabilidade nos modelos sociais às políticas que podemos implementar para aumentar a natalidade criando as condições para que as famílias realizem plenamente a sua vontade de ter o número de filhos que desejam ter. Mas questiona-nos também sobre como asseguramos um envelhecimento ativo e saudável para gerações com esperança de vida cada vez maior.

Por mais que se promova a natalidade, tal não bastará para repor o nosso equilíbrio populacional, pelo que o saldo migratório é também importante no médio prazo. Precisamos de imigração e isso tem que ser afirmado de forma clara: precisamos de atrair pessoas e talento para viver e trabalhar em Portugal, para aqui se realizarem pessoal e profissionalmente e dessa forma também ajudarem ao nosso equilíbrio demográfico.

O desafio da sociedade digital é também ele transversal a muitos domínios e, embora estejamos longe de viver ou antever os seus efeitos na plenitude, a sociedade digital é já hoje uma realidade cada vez mais presente. A questão coloca-se desde logo no funcionamento da democracia, garantindo que as ferramentas digitais de participação democrática não são instrumentalizadas ao ponto de constituírem uma ameaça ao funcionamento da democracia. Estas mudanças são contemporâneas de profundas alterações da geografia da economia global que amplia os efeitos das mesmas. Mas colocam-se desafios também no mundo do trabalho em que a digitalização de processos e a robotização tendem a alterar profundamente as tarefas que hoje são realizadas. Segundo a OCDE, a robotização e a automação podem vir a eliminar 14% dos atuais empregos e alterar de forma significativa o perfil de especialização de outros 32%. Estamos assim confrontados com o desafio de conseguir criar mais postos de trabalho do que os que são destruídos, à semelhança do que aconteceu, numa ótica global, nas anteriores revoluções industriais. Mas estamos também confrontados com o desafio de garantir que os que estão atualmente a fazer o seu percurso educativo sejam dotados de capacidades que

lhes permita adequar-se a um mercado de trabalho em profunda mutação. Sabemos que a inovação não se trava e que temos que saber adaptar-nos ao desafio da inovação possivelmente com um grande esforço de formação ao longo da vida para a população ativa, garantindo que a tecnologia integra e não exclui trabalhadores.

Estamos confrontados com um quarto desafio também ele transversal e mundial, que é o de garantir que deixamos às gerações futuras uma sociedade menos desigual e com mais oportunidades para todos. Em 1980 0,1% da população mundial detinha 10% da riqueza e estima-se que esses 0,1% venham a deter 25% da riqueza mundial em 2050. Este é um desafio que nós temos de enfrentar porque a maior ou menor desigualdade se reflete nas oportunidades que geramos, na educação proporcionada aos nossos filhos, na oportunidade de aceder aos melhores cuidados de saúde, na oportunidade que temos de poder viver com total liberdade e segurança.

E as desigualdades não são apenas de rendimento. Outras desigualdades subsistem e colocam em causa a coesão social. Continuamos a ter uma intolerável complacência para a desigualdade de género, não sendo aceitável que ao fim de 44 anos de democracia continuemos a ter o nível de desigualdade salarial entre homens e mulheres que hoje existe em Portugal. Queremos ser um país aberto, um país inclusivo, um país que percebe que para assegurar o seu equilíbrio demográfico tem não só de aumentar a natalidade como também de aumentar a imigração; um país que tem de combater a xenofobia, o racismo, a intolerância às diferenças que existem na nossa sociedade.

Há seguramente outros desafios da maior importância. Contudo, estes quatro são centrais ao pensamento estratégico que queremos para o país e para a marca identitária do Partido Socialista, e colocam-se na diversidade de respostas que temos que encontrar de forma integrada e transversal para enfrentar cada um deles.

3.1. Alterações Climáticas

O Acordo de Paris estabelece que cada país deve desenvolver medidas, elaborar planos e monitorizar a sua ação para combater o aquecimento global. Os países comprometeram-se a medidas que permitam limitar o aquecimento global a 2 graus celsius e empreender esforços para que o aquecimento global seja de apenas 1,5 graus celsius até ao final do século XXI. No âmbito do Acordo, a União Europeia estabeleceu como meta uma redução, até 2030, de 40% das emissões de gases com efeito estufa.

E Portugal foi ainda mais longe nas suas metas, sendo um dos poucos países do mundo que se comprometeu a ser carbonicamente neutro até 2050.

Tivemos recentemente uma ilustração de como os fenómenos extremos que são potenciados pelas alterações climáticas desafiam a capacidade de resposta dos Estados. Estamos colocados perante um desafio de cumprimento do nosso compromisso internacional mas temos também um desafio de pensar e articular as políticas públicas para melhor responder à necessária mitigação e adaptação às alterações climáticas.

O desafio que temos pela frente exige-nos que pensemos de forma integrada em tantos e tão diversos domínios. Temos que ter um território mais coeso e mais resiliente, temos que estar na linha da frente da transição energética para as fontes de energia renováveis. Temos que ser capazes de pensar a transição para uma economia circular, menos consumidora de matérias-primas e também menos geradora de resíduos. Temos que modificar os padrões de mobilidade urbana apostando decisivamente na melhoria da oferta dos transportes públicos e na mobilidade elétrica e partilhada.

O PS deve participar em todos os níveis do debate em torno das alterações climáticas – internacional, nacional, regional e local – aproveitando todos os fóruns para difundir os desafios globais e soluções concretas que podemos adotar. Este é um desafio global, mas que depende de ações de todos e de cada um de nós. As autarquias, pela sua proximidade às populações e pela sua ação quotidiana nos territórios, são instituições centrais para vencermos os desafios com que nos confrontamos.

3.1.1. Tornar o Território mais coeso e resiliente

Na sua diversidade, o território é um bem precioso e único: as suas cidades, as paisagens, o capital natural, o clima e as amenidades urbanas e rurais. O território tem um valor económico, social e ambiental que é preciso preservar, valorizando os seus ativos territoriais.

O território é também a “casa” da adaptação climática. Um litoral capaz de resistir à subida do nível médio das águas do mar, uma rede de rios e ribeiros preparados para a existência de cheias e de secas, que olha os recursos naturais do lado da limitação da procura e não do reforço da sua oferta como se esta fosse ilimitada. Um território gerido com proximidade, onde as áreas protegidas são ativos de excelência, as áreas florestais são sumidouros de carbono, criando uma paisagem cujos mosaicos fomentam a biodiversidade.

Portugal tem que saber territorializar as suas políticas setoriais, aumentando os seus impactos e tornando-as mais eficientes (menos custos e mais

resultados).

3.1.2. Liderar a transição energética

Portugal registou nos últimos anos um progresso muito assinalável na produção de energias renováveis. O seu peso no consumo de eletricidade passou de 27,5% em 2004 para 54,1% em 2016 (**Eurostat**). Não deixando de apostar nas renováveis, é preciso atender ao facto, quando olhamos para o total de energia consumida em Portugal, que a energia produzida a partir de fontes renováveis é ainda de apenas 24,1%. Ou seja, é necessário fazer uma aposta clara na descarbonização dos restantes 75%, concentrados essencialmente nos transportes e na indústria. É necessário arranjar respostas alternativas ao transporte individual e é preciso aumentar de forma significativa o peso da mobilidade elétrica.

É preciso aprofundar a aposta nas energias renováveis no domínio hídrico como eólico. Mas é preciso aprofundar a aposta na energia solar, aproveitando a redução do preço da tecnologia fotovoltaica. Este é o único dos itens das energias renováveis em que Portugal está abaixo da média europeia, o que é tanto mais paradoxal quanto Portugal é o país da União Europeia com a maior exposição solar.

Portugal tem ainda um grande potencial por explorar no domínio da microgeração, muito associada à energia solar mas não exclusivamente. Existe potencial para incentivar, potenciar e apoiar a geração local de energia tanto por empresas como por cidadãos ou entidades públicas.

É preciso tornar mais acessíveis os instrumentos de apoio à eficiência energética que muitas vezes exigem uma literacia energética e não energética acima da média. É importante promover os equipamentos com a eficiência energética máxima cujo custo acrescido pode constituir um fator que limita a sua aquisição por agregados de menores recursos. Ainda no domínio da eficiência importa ainda a sensibilização das autarquias locais como atores fulcrais dos poderes públicos também no domínio energético. As autarquias podem ser muito relevantes, não apenas sensibilizando com o seu exemplo, mas também apoiando as comunidades nas suas iniciativas tendentes a um melhor aproveitamento energético.

3.1.3. Alterar os padrões de mobilidade

É preciso investir numa mais rica articulação entre bens e serviços com o objetivo de construir uma economia mais flexível e competitiva. Os carros estão imobilizados 92% do tempo. É ostensivo o desperdício que isto representa, na produção como na ocupação do espaço, especialmente o urbano. A dinamização da economia de partilha oferece uma oportunidade para promover novos conceitos de mobilidade que privilegiem o serviço em detrimento da posse.

Confiando que a economia de partilha poderá ocupar um espaço relevante no médio prazo, há que reconhecer que no curto prazo é necessário uma forte aposta no transporte público e também uma aposta decisiva na mobilidade elétrica, tanto individual como coletiva. Existe hoje uma convicção crescente que o setor automóvel se encontra numa fase de transição. Todos teremos a ganhar se o Estado se assumir como catalisador dessa transição, com ganhos significativos na redução de emissões, na qualidade ambiental, nas consequências para a saúde e, não menos importante, para a qualidade de vida nas nossas cidades, cujo espaço público deverá ser projetado a pensar na mobilidade como um todo (incluindo peões e bicicletas) e não apenas no automóvel. A nova mobilidade exige uma reflexão atempada sobre o futuro da indústria automóvel e suas componentes.

3.1.4. Promover a gestão eficiente da água

Os meses mais recentes de seca extrema deixaram-nos particularmente alerta para o uso racional da água. Devemos esperar que as alterações climáticas deixem Portugal mais vulnerável a períodos prolongados de seca.

Devemos atuar de forma decidida, não apenas na sensibilização popular, mas também, e sobretudo, repensando o uso que lhe damos. Deve ser sistematizado o uso de água reutilizada, particularmente na rega de espaços públicos. Devem ser identificados os obstáculos técnicos, logísticos e administrativos a um uso sistemático de água reutilizada. Deve fazer-se na gestão da água uma transição como estamos a ser capazes de fazer na energia.

3.1.5. Adequar a atividade agrícola

É preciso repensar e adequar as culturas a um clima em mudança. A necessária adequação das culturas exige conhecimento. O conhecimento relevante sobre o clima já é produzido atualmente não sendo, contudo, evidente que este esteja num formato acessível aos produtores agrícolas.

É necessária uma maior consciência que o setor alimentar é um dos grandes consumidores de recursos, a par da construção e dos transportes. Se nestes dois últimos casos, as alterações climáticas nos confrontam com os nossos modelos de produção e de consumo, a indústria alimentar também não pode ser exceção. A atividade agrícola consome 80% da água no nosso país, pelo que a eficiência hídrica na agricultura deverá impor-se como um dos mais relevantes projetos no futuro imediato. A prioridade à eficiência hídrica deve acompanhar o desenvolvimento do projeto do Programa Nacional de Regadio em

execução.

3.1.6. Valorizar a floresta e os seus recursos

A floresta tem sido bastante valorizada recentemente no discurso político. Pela sua importância no ordenamento do território, pela preservação dos valores naturais, mas também pela necessidade de valorização económica que a torne mais atrativa. Mas a floresta tem sido pouco valorizada numa das suas mais relevantes vertentes, a capacidade de captação de CO₂.

A neutralidade carbónica que Portugal pretende atingir em 2050 deve ser abordada não exclusivamente pelo papel da redução de emissões dos principais emissores poluentes, mas também pelo papel que as florestas podem ter como sumidouro de CO₂. Em 2015, a floresta foi responsável pela absorção de 12% das emissões. Recordando que existe um mercado de emissões de carbono, pode ser ponderado que este valor económico seja repercutido nos produtores florestais. Deve ser ainda valorizada esta captação de CO₂ nas cidades com a proliferação de espaços verdes e ponderar respostas complementares.

3.1.7. Apostar na economia Circular

A economia mundial e a portuguesa em particular é ávida de recursos que não são inesgotáveis. Nesse sentido, impõe-se a transição para uma economia que seja menos consumidora de matérias-primas e menos geradora de resíduos. Importa promover uma indústria que seja capaz de conceber os seus produtos atendendo a todo o seu ciclo de vida, pensando a reutilização dos seus materiais logo na sua conceção e garantindo que os bens produzidos mantêm o seu máximo valor económico pelo maior período de tempo possível.

Importa ainda incentivar uma economia de serviços em detrimento de uma economia de bens e da sua posse, na qual, e sem perda de bem-estar, os consumidores passem a ser utilizadores. Um bom exemplo do que pode ser essa transição é a partilha de carros, referida anteriormente pela sua pertinência no âmbito da mobilidade.

É importante consciencializar a comunidade que os custos ambientais das matérias-primas não estão devidamente internalizados. E devem ser promovidas as economias que desmaterializam os seus serviços, como já acontece na área da cultura com a música e o audiovisual.

3.2. Demografia

Portugal partilha com outros países europeus um problema demográfico grave que, sendo anterior, se agravou seriamente durante a crise, com saldos migratórios muito negativos e com um decréscimo acentuado do índice sintético de fecundidade, que atingiu em 2013 um mínimo histórico de 1,2 filhos por mulher, muito abaixo do necessário para a reposição geracional (cerca de 2,1). Em resultado, Portugal regista um crescente desequilíbrio da pirâmide demográfica: em 2016 havia 132,5 pessoas com mais de 65 anos por cada 100 jovens. O desafio demográfico inclui necessariamente duas dimensões – as questões migratórias e os equilíbrios geracionais por via da natalidade e do envelhecimento – e dois grandes tipos de medidas – as que contrariam a dimensão da crise demográfica e as que enfrentam as suas consequências.

No que diz respeito às medidas que podemos adotar para reduzir os efeitos da crise demográfica está em causa continuar a reforçar as políticas de família e introduzir novas soluções para a conciliação entre vida profissional e vida pessoal; completar a rede de apoio à primeira infância e pré-escolar; proteger as condições para que os jovens não adiem a constituição de família, com novas políticas de habitação e a estabilização das relações de trabalho; incentivar o regresso dos emigrantes que queiram voltar a Portugal e promover a imigração.

Para enfrentar os efeitos e consequências deste choque demográfico estão em causa medidas que promovam a sustentabilidade do território e dos sistemas de proteção social, nomeadamente o SNS e o sistema público de segurança social.

3.2.1. Promover melhores condições para o aumento da natalidade

Nas últimas décadas, e em particular em governos do PS, houve uma aposta consequente no aprofundamento da rede de equipamentos e dos serviços de apoio à família (desde logo, creches e pré-escolar), numa melhor conciliação entre trabalho e vida familiar e maior partilha destas responsabilidades entre homens e mulheres. No entanto, apesar de ter soluções inovadoras (como no incentivo à partilha das licenças parentais) e de ultrapassar as metas europeias de cobertura de equipamentos sociais, Portugal tem um dos níveis mais baixos de fecundidade de todo o mundo, o que sugere a necessidade de um forte impulso a uma estratégia de investimento integrado em políticas que proporcionem melhores condições de estabilidade e escolha às pessoas e às famílias, em particular às mais jovens.

Encurtar a distância entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada, aproximando o número de filhos que as pessoas têm do número de filhos que gostariam de ter, implica agir sobre diferentes fatores. Não apenas sobre as condições de exercício da parentalidade e conciliação entre vida profissional e

familiar, mas também sobre os custos financeiros de ter filhos, que criam desigualdades no acesso à parentalidade, e sobre as razões do excessivo adiamento dessa decisão, em particular a instabilidade laboral e a dificuldade no acesso à habitação. Hoje, a idade média a que as mulheres têm o primeiro filho está nos 30 anos, e os custos financeiros e outros encargos dos primeiros anos ajudam a explicar o forte decréscimo dos segundos filhos, empurrados para idades em que a fertilidade desce.

3.2.2. Mais emprego, melhor emprego: combater a instabilidade laboral

O combate à precariedade é, além de um instrumento poderoso de combate às desigualdades, uma das dimensões mais críticas para criar perspetivas de estabilidade e condições para tomadas de decisão sobre projetos de vida, desde logo de ter filhos. Não basta por isso mais emprego: gerar boas oportunidades de emprego e assegurar a qualidade dos vínculos laborais é essencial. Aumentar o rendimento das famílias, facilitar a inserção no mercado de trabalho e promover a estabilidade laboral, diminuindo a incerteza das famílias, em particular das mais jovens, são linhas de intervenção estratégica para diminuir os obstáculos e os custos da parentalidade, para encurtar a distância entre a fecundidade desejada e a fecundidade realizada e, desde logo, para combater o adiamento indesejado da natalidade.

3.2.3. Tornar a habitação mais acessível a mais pessoas

De todas as áreas das políticas sociais, a habitação será talvez aquela em que as políticas públicas foram menos sistemáticas, transversais e consistentes ao longo das décadas. Ora, se Portugal é um dos países europeus onde os jovens saem mais tarde de casa dos pais, as dificuldades acrescidas na transição para o mercado de trabalho e em particular na obtenção de um emprego estável conjugam-se também com dificuldades no acesso à habitação de segmentos muito significativos da população. A pressão acrescida sobre o mercado habitacional, de aquisição de casa própria ou de arrendamento, em contextos metropolitanos, e a existência de carências habitacionais significativas em Portugal justifica a prioridade recentemente atribuída pelo Governo a novas políticas de habitação e torna premente assumir a centralidade desta prioridade no contexto das políticas públicas de coesão e de combate aos problemas demográficos.

3.2.4. Promover melhores políticas de família e conciliação entre trabalho e vida familiar

Apesar dos progressos acima referidos na cobertura de equipamentos sociais, continuam a existir desequilíbrios na rede e problemas de acesso aos serviços de apoio à família, em particular em contextos urbanos. A questão do acesso coloca-se também por via da adequação dos transportes, dos horários, da equidade e do preço dos serviços sociais, que constitui fator importante dos custos da parentalidade em Portugal. Uma particular atenção deve ser dada ao reforço das redes de apoio à família em territórios (como as áreas metropolitanas) onde a acessibilidade a esses serviços é mais deficitária. Para este esforço é fundamental ter em conta o esforço do setor público e da rede da Economia Social. Um renovado investimento na expansão da rede de equipamentos com base em critérios de prioridade, com o envolvimento de entidades públicas e das autarquias, e a promoção de maior acessibilidade a estes serviços é essencial para melhorar as condições de parentalidade, em particular nos primeiros anos de vida das crianças.

O reforço das políticas de família por via dos apoios sociais e outras vias de apoio aos custos financeiros dos primeiros anos de vida das crianças, aliás na linha iniciada pelo atual Governo, é também da maior importância, bem como melhorias nos horários de trabalho de mães e pais.

Por outro lado, o PS deve estudar medidas no sentido de redistribuir os tempos de trabalho ao longo da vida, questão essencial não apenas para o desafio demográfico, mas também para os desafios da sociedade digital de que se trata adiante.

3.2.5. Incentivar fluxos migratórios mais favoráveis

Mas o desafio demográfico não se resolve apenas pela promoção da natalidade. Sem um olhar estratégico para o potencial das migrações, dificilmente alcançaremos condições de sustentabilidade demográfica. Além de um saldo natural negativo desde 2011, Portugal apresenta um saldo migratório negativo desde 2009, resultado da redução da entrada de imigrantes, mas sobretudo devido ao aumento da emigração.

Num contexto de baixa fecundidade e com fluxos de emigração que são ainda relevantes, reduzir os níveis de emigração, fomentar o regresso dos que partiram recentemente ou em vagas migratórias mais antigas, incluindo lusodescendentes, e captar novos movimentos de imigração pode e deve constituir um importante fator de sustentabilidade demográfica.

3.2.6. Limitar os riscos da emigração por falta de oportunidades e perspetivas

A mobilidade global, e de modo muito particular no espaço europeu, é uma ca-

racterística do mundo contemporâneo e um direito fundamental de todos os cidadãos da UE. Mas, respeitando integralmente este quadro, um primeiro desafio é o de limitar o risco de reprodução dos fluxos emigratórios recentes por falta de oportunidades e perspectivas em Portugal. Apesar da forte recuperação económica e da confiança na sociedade portuguesa, o simples facto de terem existido fluxos emigratórios significativos em tempos recentes contribui para que estes se prolonguem. É crítico, para este fim, prosseguir a aposta na recuperação económica e do emprego, que tem sido prioridade e marca da governação PS, e a geração de expectativas de oportunidades e estabilidade laboral que são decisivas para as decisões das pessoas de ficar ou partir.

3.2.7. Apoiar todos os que querem voltar

Os emigrantes, de vagas recentes ou mais antigas, bem como os seus descendentes, têm uma ligação a Portugal, à língua e à cultura portuguesa que pode e deve ser potenciada num ciclo de crescimento sustentado e de oportunidades que se abrem no nosso país. A diáspora portuguesa tem um potencial demográfico relevante e a atratividade de Portugal para muitos emigrantes e seus descendentes em diferentes regiões do globo é hoje maior por diversos fatores, das condições de estabilidade e segurança às perspectivas que se abrem para a nossa economia e sociedade. Uma estratégia de promoção ativa do país, de informação sobre oportunidades de trabalho e estudo em Portugal, e de apoio àqueles que quiserem regressar é uma componente relevante de uma política demográfica consistente.

3.2.8. Lançar uma política nacional de atração e acolhimento de imigrantes

Num contexto de elevado dinamismo do mercado de trabalho, diversas atividades económicas beneficiariam da vinda de imigrantes de perfil diverso: quadros altamente qualificados em áreas, como a agricultura, com elevadas necessidades de contratação, assim como em áreas fundamentais para a competitividade externa e em áreas de elevado impacto do ponto de vista dos equilíbrios territoriais. Por outro lado, a atração de estudantes e investigadores estrangeiros, nomeadamente para mestrados e doutoramentos, tem um enorme potencial, por exemplo do ponto de vista da internacionalização das nossas universidades e de reforço do sistema científico, e deve, por isso, ser estimulada. É crucial reforçar os mecanismos de informação sobre direitos, condições e apoios, bem com a agilidade dos processos de legalização destes fluxos e da situação dos que já se encontram em território nacional, das autorizações de residência ao reagrupamento familiar de imigrantes e refugiados, combatendo desde logo redes de imigração ilegal, a clandestinidade e a economia subterrânea e o desincentivo à vinda para Portugal de cidadãos estrangeiros. A importância desta prioridade à imigração implica distinguir e tratar de forma distinta a gestão administrativa da imigração daquelas que são as funções no quadro da segurança interna.

3.2.9. Assegurar a sustentabilidade dos sistemas de proteção social

Uma estratégia abrangente e sistemática para enfrentar os desafios demográficos não pode deixar de lidar com as consequências das mudanças demográficas das últimas décadas. O aumento da esperança de vida corresponde a uma conquista inequívoca das sociedades desenvolvidas, mas suscita desafios muito profundos para os sistemas de saúde e de segurança social. Hoje, mais de um quinto da população residente em Portugal tem mais de 65 anos e estima-se que dentro de 30 anos essa proporção aumente para 35%, mas 72% das pessoas com mais de 65 anos sofrem de doença prolongada, com particular incidência nas mulheres e nas pessoas de menores rendimentos. No espaço de apenas dez anos, a esperança média de vida em Portugal aumentou três anos, mas Portugal tem um dos níveis mais baixos de esperança de vida saudável da Europa, o que significa que a margem para aprofundar a qualidade de vida da população mais velha é muito significativa.

3.2.10. Preparar o SNS para a pressão do envelhecimento

Os desafios demográficos interpelam diretamente as políticas de saúde: desde logo porque os utentes do SNS têm hoje um perfil muito diferente daquele que tinham há quatro décadas e, ao mesmo tempo, porque para promover a saúde das futuras gerações Portugal precisa de apostar na promoção de hábitos saudáveis desde a infância. Importa recuperar a aposta na saúde escolar e incentivar a adoção de hábitos saudáveis nas famílias, em particular nos segmentos mais pobres e menos escolarizados, onde a prevalência da obesidade é mais elevada e onde os hábitos nocivos têm maior incidência. De facto, se Portugal ficou em primeiro lugar num conjunto de 41 países desenvolvidos nos índices de saúde e bem-estar das crianças num estudo realizado pela UNICEF em 2017, traduzindo enormes progressos em domínios como a mortalidade neonatal e a saúde mental, destacou-se pela negativa no domínio da alimentação. Mas também na resposta à população mais velha, a maior incidência de doenças prolongadas e crónicas, bem como a erosão dos suportes familiares, implicam um esforço acrescido do SNS: ultrapassar a lógica mais institucional nos

cuidados continuados e promover serviços de saúde que protejam a privacidade e a autonomia dos utentes é por isso fundamental. Dotar o SNS de mais e melhores recursos, e promover ao mesmo tempo uma melhor gestão e uma melhor articulação com outras áreas, como a educação e o trabalho – decisivas para a promoção de hábitos e ambientes saudáveis, têm de ser prioridades

3.2.11. Promover a sustentabilidade da Segurança Social diversificando as fontes de financiamento

As pressões sobre os sistemas de segurança social não são novas, mas vão previsivelmente agudizar-se ao longo das próximas décadas. Contra os discursos catastrofistas e as tentações privatizadoras, foi a governação do PS que empreendeu as reformas do sistema público de pensões para melhor o proteger contra as pressões demográficas e essa deve continuar a ser uma marca e um património para o futuro. A diversificação das fontes de financiamento é um esforço que deve ser aprofundado nos próximos anos, em linha com avanços recentes ou em curso (combate à precariedade). Mas não só pela arquitetura, regras e financiamento se defende a segurança social. Há um conjunto de fatores a montante que contribuem de modo decisivo para promover a sustentabilidade da segurança social: os níveis agregados de emprego e a estabilidade deste, nomeadamente pela integração no mercado de trabalho da maior percentagem possível de desempregados e inativos em idade ativa (mais de 1,3 milhões de pessoas), que reforçam as contribuições e reduzem os riscos sistémicos de despesa com proteção social; a promoção de trajetórias mais sustentáveis e com melhor ajustamento dos tempos de trabalho ao longo da vida, e em particular dos trabalhadores mais velhos, favorecendo o prolongamento da vida ativa e a transição para a idade da reforma, mas criando melhores condições para que essa seja uma fase digna, com qualidade de vida; e, muito em particular, a valorização da formação, qualificação e aprendizagem ao longo da vida enquanto forma de promover o envelhecimento ativo e saudável e o prolongamento das trajetórias profissionais bem-sucedidas.

3.2.12. Assumir a centralidade da questão demográfica no território

Os fenómenos de concentração nos centros urbanos e no litoral do país, traduzidos na desertificação de muitas regiões, a dualidade histórica entre cidades e interior rural e a acentuada polarização da distribuição da população no território, com concentração nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, refletem-se em desigualdades territoriais significativas, que fazem com que pessoas que vivem em diferentes regiões tenham condições de vida muito diferentes. Desigualdades que, sem a intervenção do Estado, tendem a perpetuar-se num ciclo de perda de dinamismo – desertificação, desinvestimento, escassez de oportunidades e níveis de atratividade cada vez menores – e que, ao mesmo tempo, agravam as pressões a que também as áreas metropolitanas estão sujeitas, sendo elas próprias atravessadas por desigualdades a diversos níveis. A questão demográfica assume uma posição crítica na nossa capacidade de contrariar este ciclo e promover uma maior convergência territorial. Contrariar o envelhecimento excessivo das regiões do interior, incentivando a fixação de famílias jovens, é um fator decisivo para promover a elevação do perfil de competências e potencial produtivo e de modernização do interior, fomentando uma maior equidade territorial na capacidade de captação de investimento e criação de emprego. Reagir ao desafio demográfico implica, por isso, ativar e potenciar os instrumentos de adaptação das políticas públicas às realidades regionais e locais. Para isso, é fundamental promover uma melhor articulação entre o nível central e local da administração pública, mas também entre agentes públicos e privados. Destaca-se, em particular, o papel estruturante que a Economia Social tem na criação de emprego e na melhoria das condições de vida nos territórios de baixa densidade. Estudar mecanismos inovadores de coordenação entre diferentes níveis de intervenção pública e de participação de diferentes agentes é crítico quer para garantir uma informação mais acessível e mais completa sobre os equipamentos e serviços de apoio à família disponíveis nas diferentes regiões do território português, quer para uma coordenação mais efetiva ao nível da captação de investimentos, fatores fundamentais para promover a fixação das famílias nos territórios. Ao mesmo tempo, o envelhecimento demográfico, sobretudo num contexto de erosão do modelo de família alargada, tem subjacente o problema do isolamento das pessoas mais velhas. Neste contexto, os serviços públicos são convocados a desempenhar um papel cada vez mais importante no apoio às populações mais velhas, pelo que a sua qualificação e direcionamento para aquelas que são as efetivas necessidades das populações a que se destinam são dimensões fundamentais de uma resposta abrangente ao desafio demográfico.

3.3. Sociedade Digital

A digitalização é um dos maiores desafios que as nossas sociedades e econo-

mias enfrentam. A transformação digital encerra oportunidades imensas, mas também riscos significativos.

Tecnologias emergentes, como a inteligência artificial ou o *blockchain*, são tecnologias de múltiplos usos, em diversos setores económicos e no quadro da economia digital em geral, que têm e terão impactos em muitas áreas da nossa vida em sociedade. Impactos nos modos de produção e de consumo, mas impactos também na forma como interagimos – da democratização do acesso à informação que as redes sociais permitem até aos riscos, cada vez mais presentes, de abuso de dados pessoais e de manipulação.

A transformação digital cria novos fatores de competitividade e faz com que velhos obstáculos percamos a sua relevância. Permite abrir mercados a muitos novos atores, oferecendo inúmeras oportunidades de progresso. Permite que muitas *startups* surjam e prosperem, fomentando a inovação, ampliando as escolhas dos consumidores e aprofundando a comunicação entre os indivíduos. Mas encerra também os riscos de novas formas de concentração propiciadas pelas plataformas digitais e pelo acesso aos dados pessoais.

O desafio para as políticas públicas é assegurar que a transformação digital é orientada para o crescimento e para o bem-estar. É criar as condições para que se aproveitem as suas potencialidades e se atenuem os riscos que lhe estão associados. Mas também assegurar que se reforça a confiança, se garante uma conectividade segura e se restringem as possibilidades de abuso. Que se assegure a igualdade de oportunidades nesta nova sociedade, promovendo as competências digitais ou o acesso à tecnologia, e evitando novas formas de exclusão social. É garantir a resiliência dos valores democráticos.

Para tal, é necessário um esforço de preparação, ativação e regulação em várias frentes. Na frente da educação e formação, que são estruturantes para criar melhores condições de resposta da sociedade e dos indivíduos às dinâmicas da transformação digital que desafiam a capacidade dos Estados, as relações laborais estabelecidas e os sistemas de proteção social como os conhecemos. Mas também na frente das infraestruturas, em particular de informação e comunicação, necessárias para que essa transformação digital possa ocorrer. E na frente da criação de um ambiente regulatório propício à criação e experimentação e ao desenvolvimento de novas soluções, sem pôr em causa os direitos e as liberdades dos indivíduos.

O PS quer garantir que Portugal não perde as oportunidades associadas à revolução digital e pelo contrário se posiciona na linha da frente daqueles que as exploram.

3.3.1. Portugal preparado para a 4.ª revolução industrial

Portugal está melhor preparado para enfrentar esta 4.ª revolução industrial do que alguma vez esteve para enfrentar as anteriores. Todas as anteriores revoluções industriais encontraram um Portugal pouco desenvolvido e sem reunir as condições necessárias à plena exploração das oportunidades.

Ao contrário, esta 4.ª revolução industrial encontra Portugal numa melhor posição relativa. Portugal tem hoje as infraestruturas tecnológicas e os recursos humanos qualificados que são necessários ao sucesso da revolução digital. Portugal atrai hoje empresas tecnológicas, que confiam no potencial dos profissionais portugueses, em particular dos mais jovens e mais qualificados. Portugal é dos países europeus que, em termos relativos, mais forma jovens nas áreas científicas e tecnológicas.

O desafio que temos é tirar partido e potenciar as condições que temos já reunidas para que Portugal esteja na linha da frente desta 4.ª revolução industrial. E o PS tem que continuar a defender esse esforço contínuo de melhoria das condições de sucesso para esta nova revolução industrial, em particular no que respeita à garantia das infraestruturas de conectividade e à qualificação dos recursos humanos, garantindo que ninguém nem nenhum território é excluído da mesma.

3.3.2. Renovar a aposta na Educação e na Aprendizagem ao Longo da Vida

Sendo certo que o país está hoje melhor preparado do que alguma vez esteve para enfrentar um processo de mudança à escala global, é também verdade que os desafios que se colocam são muitos e complexos. Para os enfrentar, é preciso aprofundar a predisposição da sociedade portuguesa, de modo transversal, para o mundo digital. Isso exige uma aposta determinada na educação, desde o pré-escolar ao ensino superior, e, depois disso, na aprendizagem ao longo da vida.

O mundo digital cria novos palcos e protagonistas do conhecimento. Isso exige que a escola atue em rede com uma comunicação revitalizada que integre novos agentes. Adicionalmente, necessita de uma organização diferente - com flexibilidade curricular, e com ambientes mais criativos e desafiantes. No fundo, é preciso que a escola se torne uma plataforma aberta e colaborativa e que o digital não se transforme num elemento de exclusão.

O PS deve assegurar, como fez ao longo da história recente, a centralidade da aprendizagem ao longo da vida na política de educação e formação, assumindo a sua ainda maior relevância atual, dada a natureza particularmente dinâmica da economia digital. Essa mudança convoca todos, jovens e adultos, a desen-

volverem as suas competências digitais, dotando-os de uma maior resiliência e capacidade adaptativa perante as rápidas mudanças do mercado de trabalho. É importante ainda reforçar a formação de professores e investigadores garantindo a quem transmite as competências digitais as condições ideais para o fazer. E exige a todas as instituições – escolas, empresas, universidades, autarquias e administração central – que participem neste processo.

3.3.3. Afirmar a prioridade à Inovação

Portugal é cada vez mais reconhecido como referência internacional no plano tecnológico e digital. O perfil de elevadas competências das gerações mais jovens e mais qualificadas, com elevada apetência para as tecnologias de informação e comunicação, e a capacidade de adaptação e aprendizagem dos ativos portugueses são fatores que fazem de Portugal um polo relevante de atração de investimento e de talento científico e tecnológico europeu e internacional. Mas afirmar a posição de Portugal nas cadeias globais de valor da sociedade digital requer um esforço adicional para aumentar o peso das exportações de base tecnológica nas nossas vendas ao exterior. Para isso, é necessário promover um maior investimento público, mas também, e sobretudo, um maior investimento privado em Investigação e Desenvolvimento (I&D).

Portugal investe hoje 1,3% do PIB em I&D, que compara com 2,1% da média da Zona Euro (**Eurostat**), e, quando olhamos para a despesa do setor empresarial, ela é em Portugal de 0,6%, o que representa menos de metade dos 1,4% do PIB verificados na Zona Euro. Para corrigir esta desvantagem, é fundamental que o país assuma coletivamente o desafio de alcançar os 3% do PIB em I&D até 2030.

A aposta no I&D deve ter uma preocupação transversal com a promoção de condições para o desenvolvimento de uma cultura de ciência aberta, apoiada em centros de inovação que favoreçam a democratização e a equidade na participação e acesso ao conhecimento científico.

Mas importa também que esse I&D chegue às empresas e ao mercado gerando inovação. Foi precisamente com o objetivo de juntar centros de saber, como universidades e centros de investigação, e centros de fazer, como empresas, que o Governo do Partido Socialista criou o Programa Interface.

Só essa colaboração assegura quer o alinhamento de prioridades em I&D como também o seu melhor desenvolvimento e posterior comercialização, promovendo a inovação.

E é esse o caminho que o PS deve continuar a defender. Um caminho de aposta na I&D nestes domínios da sociedade digital e também na crescente valorização do conhecimento pelo nosso tecido produtivo, para que o conhecimento se transforme em valor e o valor se transforme em bem-estar dos nossos cidadãos.

3.3.4. Emprego e relações laborais no mundo em transformação

A história do trabalho é marcada pela introdução, em diferentes momentos, de inovações tecnológicas que desafiaram a organização tradicional do trabalho, que tornaram algumas profissões redundantes e ao mesmo tempo estimularam o aparecimento de novas atividades com exigência de diferentes competências. Hoje, os desenvolvimentos rápidos da inteligência artificial e da robotização traduzem uma aceleração do poder tecnológico sobre a realidade e exigem uma capacidade permanente de adaptação e de resposta à mudança. Ao mesmo tempo, a digitalização da economia e a expansão do trabalho nas plataformas digitais levantam desafios complexos do ponto de vista da regulação das relações laborais.

O emprego na economia digital tem a vantagem de introduzir maior flexibilidade na gestão dos horários, a possibilidade de trabalhar à distância e de ter uma maior autonomia na organização do trabalho. Por outro lado, cria novos desafios à inserção profissional.

E tem associados outros riscos: a indefinição dos modelos de emprego e de proteção social aplicáveis, os padrões de remuneração instáveis ou a transferência de responsabilidades dos empregadores para os trabalhadores em áreas como a formação, a segurança social e a segurança e saúde no trabalho. Ou ainda o risco de fragmentação da força de trabalho, com consequências nos níveis de associativismo e na negociação coletiva.

Os progressos na robótica e inteligência artificial traduzem-se em ganhos civilizacionais: ganhos de eficiência e produtividade, minimização dos riscos associados ao trabalho humano, desde logo na redução da sinistralidade, são alguns exemplos. Mas criam também os riscos de desemprego tecnológico. O desaparecimento de algumas profissões, mas sobretudo a transformação profunda dos empregos, com mutações contínuas das qualificações necessárias, são consequências para as quais devemos estar preparados.

A OCDE estima que 14% dos atuais empregos possam vir a ser num futuro próximo completamente automatizados e estima ainda que 32% dos empregos venham a sofrer profundas alterações no seu perfil de especialização. Isto não significará forçosamente uma perda líquida de emprego, uma vez que um elevado nível de automação gerará certamente emprego, ainda que com um perfil de qualificações distinto. Mas significa que teremos possivelmente a curto prazo um enorme desafio às qualificações da nossa população ativa a

que teremos que dar resposta.

Sendo prematuro assumir uma redução rápida e significativa do emprego, o Estado deve preparar respostas para os mais vulneráveis aos rápidos desenvolvimentos tecnológicos e ponderar mecanismos que assegurem o acesso de todos ao mercado de trabalho, sob prejuízo de se agravarem alguns dos atuais desafios estruturais no mercado de trabalho. Portugal tem níveis elevados de segmentação laboral e deve, portanto, dedicar uma atenção muito particular à emergência de novas modalidades atípicas de emprego.

O PS tem a responsabilidade de conciliar a aposta nas potencialidades da inovação e atenuar os riscos que resultam da economia digital. Se, por um lado, queremos Portugal na linha da frente da tecnologia mundial e, por outro, queremos também participar ativamente no surgir da sociedade digital, recolhendo os seus benefícios, estamos conscientes que nos cabe acautelar os seus impactos no emprego, nas relações laborais e na proteção social.

Devem ser explorados caminhos que não desistam do direito ao emprego para cada um. Para isso devem ser garantidos os princípios do nosso modelo de proteção social, bem como a agilidade com que os sistemas de educação e formação respondem às alterações no padrão de qualificações exigido, de modo a não gerar novas formas de exclusão social.

Importa, pois, trabalhar no sentido de definir um quadro legal sobre esta realidade que impeça que ela se transforme num segmento invisível da população ativa e que, simultaneamente, atenda à sua dimensão europeia e internacional, o que exige um esforço acrescido de aproximação dos enquadramentos jurídicos no espaço europeu.

3.3.5. O estado empreendedor e o papel das políticas públicas

A experiência no Governo tem contribuído para essa discussão, nomeadamente com a implementação dos *Startup Vouchers* no âmbito da Estratégia Nacional para o Empreendedorismo "*Startup Portugal*", ou a proposta de tornar Portugal uma Zona Livre Tecnológica, com um quadro regulatório que seja favorável à inovação e à experimentação com novas tecnologias. Foi o reconhecimento desta atitude perante as novas tecnologias que permitiu a Portugal ser considerado *Innovation Champion* (Campeão da Inovação) pela *Consumer Technology Association*, posicionando-se como o 9.º país mais inovador do mundo.

Esta abertura às novas tecnologias foi também a que permitiu ao Estado colaborar com a plataforma *Airbnb* para permitir um maior controlo e eliminando a economia paralela da plataforma, acrescentando justiça fiscal no setor do alojamento e hotelaria.

Esta inovação não pode passar ao lado do Estado. Tecnologias como o *blockchain*, a inteligência artificial e a *internet of things* oferecem ao Estado a possibilidade de uma administração do território mais próxima, de uma menor burocracia, e de uma gestão da informação mais segura e económica. Desde o *Startup Simplex* ao *Govtech*, as novas tecnologias não têm sido alheias à iniciativa deste Governo Socialista. Enquanto responsáveis pelo lançamento do programa Simplex, os socialistas têm a obrigação natural de continuar pioneiros na utilização das novas tecnologias ao serviço da modernização administrativa.

O Estado deve ainda ser promotor da boa exploração de *big data*, reconhecendo os impactos que este recurso pode ter em domínios tão vastos como a gestão urbana, a indústria ou a saúde, e contribuindo para alavancar o seu potencial de inovação e de aumento da produtividade e redução de custos. A *big data* tem benefícios potenciais em diversas áreas da nossa vida coletiva, mas é necessário garantir, de modo transversal, que é utilizada de modo benigno e que não compromete os direitos de privacidade dos cidadãos e empresas.

3.3.6. Fortalecer a Democracia

As novas tecnologias criam inúmeras oportunidades, mas colocam também desafios que atravessam os fundamentos da própria democracia nas sociedades modernas. A velocidade crescente a que a informação circula e a sua disseminação nas redes sociais levantam questões muito sérias sobre a necessidade de moderar a informação não fidedigna, em particular quando esta circula de forma concertada e massificada, ao serviço de campanhas empenhadas na construção de perceções coletivas erradas e com potencial de corrosão da coesão social e do próprio bem-estar das sociedades.

Para fazer face a este contexto, a atuação do Estado terá de passar naturalmente pela promoção da literacia digital, de modo a proteger as pessoas contra a manipulação em espaços digitais, mas também por uma atuação intransigente na proteção de dados dos utilizadores das plataformas e pelo robustecimento da sua capacidade para limitar a atuação de canais que ajam de forma articulada com o objetivo de colocar em causa os pilares da nossa vida coletiva.

3.4. Desigualdades

O aumento significativo das desigualdades e concentração da riqueza que assume proporções crescentes a nível global tem sido acompanhada, em vários países desenvolvidos, pela densificação de bolsas de exclusão de mercado de trabalho. Estes fenómenos suscitam indignação, revolta e, não poucas vezes,

sentimentos de intolerância que alimentam a preocupante subida dos partidos de extrema-direita um pouco por toda a Europa.

Em 2000, Portugal era o país da Europa como o maior rácio S80/S20, indicador que afere a razão entre os rendimentos dos 20% da população com maiores rendimentos e os 20% da população com menores rendimentos. Este indicador caiu desde então de 6,4 em 2000 para 5,9 em 2016, sendo neste momento o 8.º país da União Europeia com as maiores desigualdades medidas por este indicador. De 2000 a 2016, Portugal foi dos poucos países em que a desigualdade se reduziu e o segundo em que a redução foi mais expressiva. Contudo, este valor continua elevado e bem acima dos 5,2 da média da UE.

O combate à pobreza, à exclusão social e às desigualdades socioeconómicas impõe-se hoje como um desígnio nacional e internacional não somente por razões de equidade e de justiça social, mas também por razões de eficiência e de coesão social. Só o fortalecimento do Estado Social e de serviços públicos universais e gratuitos pode promover verdadeiramente a igualdade de oportunidades. Só a minimização da precariedade e a redução das disparidades salariais pode travar a insegurança económica que compromete os projetos de vida das novas gerações.

O combate a todas as formas de desigualdades, além de ser um imperativo ético, jurídico e constitucional na defesa e garantia dos direitos fundamentais, é também um fator determinante para a coesão social. Coesão e justiça social são ainda corroídas pelas desigualdades na relação com os direitos e o reconhecimento como pessoa que se traduzem em discriminações várias, sejam de género, orientação sexual ou identidade de género, raciais, étnicas ou religiosas, de deficiência ou idade.

A atual legislatura permitiu iniciar um caminho de dignificação do trabalho e de recuperação dos salários, de recuperação dos mínimos sociais, de aprofundamento da contratação coletiva e de redução da precariedade. Mas os desafios que se colocam na próxima década são inúmeros, e não apenas não encontram solução numa única legislatura como evoluem e surgem novos desafios em matéria de desigualdade com o desenvolvimento da economia digital. O PS deve comprometer-se com a promoção de uma abordagem integrada dos vários fatores de desigualdade e discriminação que contribua para uma sociedade de cada vez mais igualitarista.

O PS deve estudar uma ferramenta eficaz para ter capacidade de aplicar uma medida de impacto nas desigualdades dos diferentes instrumentos estratégicos das políticas públicas e em cada Orçamento do Estado, assim como alterações na fiscalidade.

3.4.1. Combater as desigualdades perante a escola

A redução das desigualdades tem como elemento fundamental o combate às desigualdades no acesso à educação, no sucesso escolar e nos trajetos escolares, do ensino pré-escolar ao superior. Portugal precisa de recuperar o défice educativo nas gerações adultas, de melhorar o sucesso escolar e reduzir o abandono escolar precoce, de reduzir a desigualdade entre escolas e territórios escolares e de diminuir os encargos das famílias com a educação dos filhos. Os progressos alcançados nos últimos anos ainda não nos retiraram dos últimos lugares no domínio da equidade educativa entre os países da União Europeia. Este é, pois, um domínio de ação prioritária do Estado.

O Partido Socialista deve aprofundar todas as medidas de promoção do sucesso escolar, da universalização do pré-escolar ao combate ao insucesso escolar no ensino superior, diversificando os instrumentos e as estratégias flexíveis de combate ao insucesso.

3.4.2. Promover a igualdade de género

A desigualdade de género tem ainda em Portugal múltiplas expressões. Uma das expressões mais relevantes é a disparidade salarial de género. Em Portugal, no ano de 2016, as mulheres receberam em média menos 17,5% do que os homens, um valor acima da (já de si preocupante) média europeia. Dez anos antes, Portugal apresentava um dos mais baixos índices de disparidade da União Europeia (8,4%). O agravamento dos níveis de desigualdade salarial de género é contrário à aproximação das taxas de emprego de mulheres e homens (cujas diferenças diminuiu de 10,5 p.p. em 2007 para 6,3 p.p. em 2017) e à trajetória de valorização das qualificações das mulheres, que representam desde há décadas a maioria dos licenciados em Portugal e desde 2006 a maioria dos doutorados. Para promover uma maior convergência nos salários de homens e mulheres, o Governo do PS apresentou recentemente uma proposta de lei para promover a igualdade remuneratória de género que introduz medidas de transparência salarial e que estabelece mecanismos de atuação da inspeção do trabalho para garantir uma efetiva avaliação e correção das diferenças salariais de género. Mas as desigualdades não resultam apenas da discriminação no pagamento para as mesmas funções. Elas traduzem também um bloqueio cultural no acesso das mulheres a cargos de chefia e dirigentes. O Governo aprovou em junho passado uma lei que determina que empresas públicas e empresas cotadas em bolsa tenham uma representatividade de género mínima nos seus órgãos de administração e de fiscalização. Mais recentemente, a Assembleia da República aprovou uma proposta que estabelece um regime de representação

equilibrada no pessoal dirigente e nos órgãos da administração direta e indireta do Estado.

Será importante avaliar o impacto que estas medidas conseguirão ou não ter na desigualdade de género. O Partido Socialista compromete-se a uma monitorização atenta e compromete-se, também, com a introdução de mecanismos complementares no caso de a desigualdade salarial de género não reduzir ou se reduzir a um ritmo não compatível com o país menos desigual que queremos deixar às futuras gerações.

Mas a desigualdade de género assume outras expressões na vida pública, nomeadamente da política. O Partido Socialista fez aprovar em 2006 a Lei da Paridade que estabeleceu uma representatividade mínima de um terço nas listas eleitorais. Em 2015, um terço dos deputados eleitos eram mulheres quando em 2002 esse valor não chegava a 20%. Recentemente, o Governo renovou a ambição nesta área, elevando a representatividade mínima para 40% e colocando restrições ao regime de substituições que permitia por vezes subverter o sentido da lei.

Importa agora olhar para outros domínios da nossa vida coletiva e identificar medidas que possam potenciar uma melhor representatividade de género. A conciliação da vida pessoal com a vida profissional é uma área onde se justifica trabalhar continuamente. Segundo um estudo da OCDE as mulheres trabalham em casa 5h28m enquanto os homens trabalham apenas 1h36m. Não sendo um domínio de fácil atuação é certamente das desigualdades que mais compromete a afirmação das mulheres nos espaços profissionais e cívicos. Sendo uma questão cultural, a intervenção é mais complexa mas acreditamos que subsiste uma latitude de atuação nos domínios da educação e do simbólico em que o Estado pode contribuir para um papel mais equilibrado de mulheres e homens na vida em sociedade.

3.4.3. Combater as desigualdades com mais e melhor emprego

A criação de 288 mil empregos e a redução da população desempregada em mais de 200 mil foi um dos maiores contributos do Governo PS para a redução da pobreza e das desigualdades nos seus primeiros dois anos de legislatura. Prosseguir políticas que promovam a criação de emprego e tomar medidas que garantam que o emprego é de melhor qualidade são prioridades do PS para a próxima década.

Uma das expressões mais dramáticas da desigualdade de rendimentos é o elevado número de trabalhadores com baixos salários e em risco de pobreza, fenómeno que assume proporções particularmente elevadas nos trabalhadores a tempo parcial e nos trabalhadores com contratos não permanentes. Os desempregados de longa e muita longa duração são outro grupo muito exposto às desigualdades, acumulando muitas vezes situações de afastamento prolongado do mercado de trabalho a baixas qualificações.

A trajetória de atualização do salário mínimo prosseguida pelo Governo contribuiu para reduzir a intensidade da pobreza dos trabalhadores, diminuindo a proporção de trabalhadores com baixos salários e contribuindo, ao mesmo tempo, para a redução da disparidade na distribuição salarial. Contudo, em 2016, último ano com dados oficiais conhecidos, a proporção de trabalhadores em risco de pobreza permanecia elevada nos 10,9%, acima dos 9,5% da Zona Euro, atingindo os 13,5% nos trabalhadores com contratos não permanentes e 30,2% nos trabalhadores a tempo parcial.

Por isso, o PS deve liderar um movimento para um consenso estratégico de convergência salarial, tanto internamente, reduzindo as disparidades salariais, como externamente, promovendo a aproximação ao nível médio dos salários na Europa. Significa isto considerar prioritário o aumento da produtividade pelas qualificações, pela maior incorporação tecnológica, por mais inovação. Só assim podemos caminhar de forma sustentada para:

- uma política de atualização sustentada do salário mínimo, preferencialmente ancorada num objetivo de médio prazo, garantindo que o objetivo de elevar os salários mais baixos é prosseguido num quadro de previsibilidade e confiança para todos os agentes;
- o aprofundamento dos esforços para dinamizar a contratação coletiva enquanto espaço privilegiado de fixação de salários ao nível da empresa e do setor e enquanto mecanismo fundamental de redução das desigualdades salariais e de promoção de condições de maior equidade para os trabalhadores na metade inferior da distribuição que individualmente possuem menos poder de negociação;
- acompanhar a implementação das medidas aprovadas para a promoção de igualdade remuneratória de género, em que se introduziram medidas de transparência salarial e mecanismos de atuação da inspeção do trabalho para garantir uma efetiva avaliação e correção das diferenças salariais de género;
- ponderar a implementação de medidas para a convergência de rendimentos ao nível dos territórios;
- prosseguir o combate à segmentação laboral como instrumento de promoção da convergência salarial.

3.4.4. Estabilizar dos mínimos sociais

Portugal é um dos países mais desiguais da Europa mas é também dos países

que tem tido melhores resultados na redução das desigualdades, sobretudo no combate à pobreza. A criação de prestações sociais eficazes (RMG em 1997 e CSI em 2006) permitiu reduzir de forma significativa bolsas persistentes de pobreza bem como a sua severidade. Não obstante, Portugal tem ainda um longo caminho a percorrer.

A eficácia do Complemento Solidário para Idosos é particularmente ilustrativa de como as políticas públicas bem pensadas e desenhadas produzem bons resultados. O Governo do PS repôs o valor de referência assim que entrou em funções e, mais recentemente, alargou o universo de elegíveis, tendo em curso uma campanha de divulgação do CSI.

O Partido Socialista não se deve conformar com a persistência de desigualdades que colocam em causa a coesão social, comprometendo-se a reavaliar os instrumentos de mínimos sociais de apoio à população em idade ativa para melhor conciliar a proteção social com os estímulos à integração no mercado de trabalho.

3.4.5. Construir respostas globais para a desigualdade de rendimentos

Um **relatório do parlamento inglês** divulgado recentemente prevê que, a manter-se a tendência observada desde 2008, em 2030 1% da população mundial poderá concentrar dois terços da riqueza global. Por outro lado, apesar das dificuldades de aferição, estima-se que 10% da riqueza mundial esteja sediada em territórios de tributação privilegiada. A excessiva concentração de riqueza e a **tendência global de crescimento de desigualdades** dentro dos países e entre países é hoje uma preocupação global, não só porque põe em causa os valores democráticos da meritocracia e da justiça social, mas também porque compromete o dinamismo da própria economia, reduzindo a procura e gerando desemprego que, por sua vez, agravará os níveis de procura.

A acumulação de riqueza e a sua autorreprodução são desafios à escala internacional e que requerem uma resposta política coordenada e inteligente que passa, desde logo, pela criação de instrumentos internacionais que impeçam a existência de territórios e mecanismos de evasão fiscal. Os socialistas europeus já propuseram medidas que podem ter algum impacto na redução da evasão fiscal mas muitas outras permanecem por aprovar. A Comissão Europeia propôs a Taxa sobre Transações Financeiras há muito reclamada pelos socialistas europeus mas que ainda está por implementar e Portugal está, aliás, no grupo de 10 países que se propuseram aderir logo na fase inicial. O PS deve assumir um papel de liderança nesta temática a nível europeu.

3.4.6. Garantir maior Justiça fiscal

Um sistema fiscal justo é um elemento fundamental não apenas do combate às desigualdades mas também do progresso económico e social.

Importa implementar políticas capazes de garantir uma justa taxação dos ganhos de capital, que surgem muitas vezes como expediente para evitar a tributação de rendimentos em sede de IRS.

O combate à evasão fiscal é um elemento central na garantia de justiça fiscal e, num mundo global, a troca de informações e a ação conjunta entre vários países é a chave para uma ação eficaz.

3.4.7. Assegurar relações laborais estáveis

Apesar das melhorias registadas nos últimos dois anos, Portugal continua a ter um peso de contratação permanente bastante distante da média europeia. O Governo apresentou recentemente medidas que visam a promoção da contratação sem termo, sem a qual nenhuma das partes investe devidamente na relação laboral, comprometendo quer a produtividade e potencial de modernização das empresas, quer as condições de segurança e estabilidade e as perspetivas de progressão dos trabalhadores.

O PS assumiu um conjunto de compromissos no sentido de melhorar a qualidade do emprego em Portugal, combatendo a precariedade e promovendo a contratação permanente. Além das medidas já concretizadas e em curso, o Governo apresentou um conjunto de propostas em sede de concertação social para introduzir um maior equilíbrio na legislação laboral e para promover práticas mais sustentáveis de contratação. Os impactos das medidas já adotadas e a adotar deverão ser avaliados à luz dos desenvolvimentos de curto e médio prazo do mercado de trabalho, no contexto da sociedade digital, e eventualmente reforçados com medidas complementares caso subsista a excessiva segmentação do mercado de trabalho.

No abrangente conjunto de medidas que o Governo apresentou aos parceiros sociais constam também medidas de promoção da contratação coletiva. Também neste domínio, o Governo tomou medidas nos dois primeiros anos que permitiram uma melhoria da cobertura por convenções coletivas, permanecendo ainda assim muito abaixo de padrões europeus e abaixo dos níveis que o Executivo ambiciona, sabendo o papel da contratação coletiva no aumento do desenvolvimento económico e na redução das desigualdades.

Além do aprofundamento das medidas de combate à precariedade e da con-

tinuação da promoção da contratação colectiva, devem ser ponderadas outras abordagens ainda com pouca expressão em Portugal, nomeadamente o reforço dos incentivos à participação dos trabalhadores na gestão das empresas e uma aposta na transparência salarial.

3.4.8. Reduzir as desigualdades geracionais

A maior incidência de alguns dos fatores de desigualdade entre as gerações mais jovens traduz-se numa redução das oportunidades neste segmento da população. São neste domínio particularmente graves a incidência de fatores de desigualdade como o acesso ao mercado de trabalho e a uma relação salarial estável, bem como ao primeiro alojamento. A insegurança acrescida que daqui resulta tem constituído um dos fatores mais poderosos para a opção pela emigração e a busca de oportunidades que permitam concretizar recursos educativos com baixa procura em Portugal. Reduzir os atuais níveis de emigração passa, sobretudo, por reduzir a desigualdade geracional nos domínios do emprego e da precariedade, seja ela no mercado de trabalho ou de habitação.

3.4.9. Lutar contra as discriminações

Uma das áreas em que o PS mais tem contribuído para a redução das desigualdades e discriminações é a da igualdade em função da orientação sexual e da identidade. Depois de em 2001 se ter reconhecido juridicamente a união de facto e de em 2010 se ter contemplado o casamento entre pessoas do mesmo sexo, os últimos dois anos registaram novos progressos, como a eliminação da discriminação na adoção por casais do mesmo sexo e no alargamento de condições à Procriação Medicamente Assistida.

As desigualdades socioeconómicas não interseam apenas de modo variável as diferentes gerações mas têm também uma incidência mais gravosa em populações racialmente discriminadas. A sobreposição entre desigualdade e racismo, em especial em territórios marginalizados, contém um potencial grave de corrosão da coesão social e nacional. O PS precisa de pôr em prática medidas antidiscriminação mais eficazes, desenvolver estratégias de reconhecimento que reduzam a incidência do preconceito e contrariar lógicas de guetização territorial.

Finalmente, o destino da imigração depende muito das políticas de integração dos migrantes. Esta integração tem uma componente cívica, de igualdade de direitos, resultante do estatuto de estrangeiro da maioria dos novos migrantes; social, quando os migrantes são de origens mais desfavorecidas; e cultural, quando na sua receção estão envolvidos preconceitos e práticas discriminatórias. Políticas inclusivas de integração são, pois, políticas de cidadania política e social. O Partido Socialista teve um papel crucial na promoção, em Portugal, de novas políticas de imigração, mais inclusivas e cosmopolitas. O papel que desempenhou no plano legislativo e na criação de estruturas de gestão da integração dos migrantes e de intervenção sobre os fenómenos da discriminação precisa hoje de ser renovado e atualizado. É sobretudo necessário retomar a afirmação e concretização do princípio geral da igualdade de direitos entre nacionais e estrangeiros imigrados em Portugal.

CONCLUSÃO

O grande desígnio que o PS deve assumir na entrada da terceira década do século XXI é o de consolidar a recuperação económica e social conseguida nos últimos anos, mas fundamentalmente o de criar condições para prolongar e tornar sustentável o ciclo de crescimento da riqueza e do emprego.

Trata-se, por um lado, de fortalecer de forma estrutural as condições para o país responder aos desafios contemporâneos e, por outro, de reduzir de modo igualmente sustentado os impactos negativos nas nossas economia e sociedade de ciclos desfavoráveis da envolvente internacional.

Só assim teremos verdadeiras condições para cumprir o desígnio a que dedicámos esta moção: geração 20/30 possa viver todas as oportunidades para se realizar plenamente

É por isso que esta moção se concentra em quatro desafios estratégicos e de impacto transversal para o futuro: as alterações climáticas, a demografia, a sociedade digital e as desigualdades. Estes temas não esgotam a resposta à construção do futuro, mas colocam o PS na dianteira do debate sobre o futuro. O PS pode agora preparar de forma participada e aprofundada o Programa Eleitoral com que se apresentará às eleições legislativas de 2019.

O próximo ciclo eleitoral, que de acordo com os calendários previstos começa nas eleições europeias e culminará nas legislativas, é da maior importância para o país. Virada a página da austeridade, será neste novo ciclo que se irão reforçar as condições para que Portugal vença os desafios estratégicos da próxima década.

Da capacidade e da força do PS dependerá a concretização deste desígnio. E depende de nós próprios, em primeira instância, reunir as condições, na sociedade portuguesa mas também dentro do partido, para que a nossa visão da Geração 20/30 seja partilhada e reconhecida como a melhor para o futuro do país.

O PS conta com os seus militantes, simpatizantes e eleitores e com todos os portugueses para mobilizar o país para estes desafios. Isso implica, desde logo, reforçar a influência política e social do partido. O PS precisa de aprofundar a sua dinâmica de abertura e renovação, na melhor tradição do que temos feito ao longo da história, e responder de modo positivo aos desafios da participação cívica e política que hoje se colocam às democracias contemporâneas.

É necessário dar voz aos mais jovens e reforçar a nossa ligação aos movimentos sociais, nomeadamente no mundo laboral e empresarial, associativo e solidário.

Porque a Geração 20/30 só concretizará plenamente o seu potencial se conseguirmos a melhor combinação entre uma estratégia global para o país, políticas públicas adequadas e rigorosas, o contributo e participação dos diferentes quadrantes da sociedade civil e um partido forte, presente e ativo para lutar por esta ambição coletiva.

Esta é a visão da Geração 20/30.

E é este o Partido Socialista que se apresenta aos portugueses para a concretizar. ■


PS

**CONGRESSO
NACIONAL**